

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

MARIELE FERNANDES PEGORARO

**O VALOR AFETIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE
DO MERCADÃO DE CAMPO MOURÃO-PR.**

**CAMPO MOURÃO – PR
2023**

MARIELE FERNANDES PEGORARO

**O VALOR AFETIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE
DO MERCADÃO DE CAMPO MOURÃO- PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Memórias e Espaços de formação

Área de Concentração: História Pública

Orientador: Dr. Bruno Flávio Lontra Fagundes

**CAMPO MOURÃO – PR
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Fernandes Pegoraro, Mariele

O valor afetivo do patrimônio cultural: uma análise do Mercado de Campo Mourão - Pr. / Mariele Fernandes Pegoraro. -- Campo Mourão-PR, 2023.
124 f.: il.

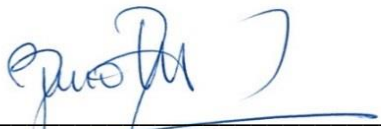
Orientador: Bruno Flávio Lontra Fagundes.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública) -- Universidade Estadual do Paraná, 2023.

1. História Pública. 2. Turismo. 3. Patrimônio Cultural. 4. Mercadões. I - Flávio Lontra Fagundes, Bruno (orient). II - Título.

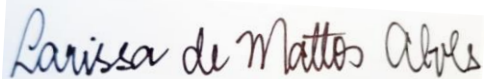
MARIELE FERNANDES PEGORARO

**O VALOR AFETIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE DO
MERCADÃO DE CAMPO MOURÃO - PR**

BANCA EXAMINADORA



Dr. Bruno Flávio Lontra Fagundes (orientador) – Programa de Pós-Graduação em
História Pública/Universidade Estadual do Paraná – Unespar



Dra. Larissa de Mattos Alves – Universidade Estadual do Paraná – Unespar



Dr. José Newton Coelho Meneses – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Data de Aprovação
27/04/2023
Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa à minha filha Laura, dona da minha missão mais difícil e ao mesmo tempo mais prazerosa e gratificante: a de ser sua mãe. Todo meu amor é seu.

AGRADECIMENTOS

Na vida a gente demora para entender, que ela é feita de ciclos que deixam suas marcas, aí quando a gente se dá conta, as coisas começam a fazer sentido de que tudo realmente tem um porquê e um momento para acontecer.

Este trabalho é fruto de um ciclo bastante importante e cheio de significados em minha vida, principalmente no que refere ao lado profissional. Foram dois anos intensos de muita determinação e aprendizado, onde algumas pessoas contribuíram para que os caminhos fossem percorridos de uma forma mais tranquila.

Na minha casa foi necessário criarmos nossa própria rede de compartilhamento, responsabilidades, tarefas e afetos sempre guiaram o percurso, que nem sempre foi isento de dificuldades, pelo contrário. Alberto meu esposo e Laura nossa filha, obrigado por estarem e permanecerem comigo, juntos seguimos dando sentido a nossas vidas e a nossa família, amo vocês.

Os meus Familiares, em especial a minha mãe, sou grata por todos os momentos de incentivo, quem tem família tem tudo.

Aos meus colegas de Colegiado do Curso de Turismo, tenho o privilégio de trabalhar com profissionais comprometidos e inspiradores, mas uma professora em especial tem toda minha admiração, **minha professora Larissa** obrigado por seu conhecimento, sabedoria e dedicação não só com o ensino, mas com as pessoas, muito obrigado por estar presente neste momento.

A todos os professores e agentes universitários do programa de pós-graduação em história pública da UNESPAR, meus sinceros agradecimentos, foram tempos de muita aprendizagem, profa. Cyntia e prof. Jorge, suas aulas foram inspiradoras.

Meu orientador, prof. Bruno, um obrigado seria muito pouco para mensurar o sentimento de gratidão por nossa parceria. Queria deixar aqui registrado minha admiração por tanta sabedoria, paciência, conhecimento e dedicação, você será sempre meu orientador e espero que novas parcerias aconteçam.

Por fim, meu agradecimento a aquele me manteve firme e focada, mesmo diante do cansaço, Deus, você é mesmo o cara, toda honra e glória a ti, porque eu acho que consegui.

ORAÇÃO DO TEMPO

És um senhor tão bonito quanto a cara do meu filho...

Tempo tempo, tempo tempo, vou te fazer um pedido...

Tempo tempo tempo tempo...

Por seres tão inventivo e pareceres contínuo,

Tempo tempo tempo tempo, és um dos deuses mais lindos...

Tempo tempo tempo tempo...

que o meu espírito ganhe um brilho definido,

Tempo tempo tempo tempo, e eu espalhe benefícios...

Tempo tempo tempo tempo...

Trecho da canção de Caetano Veloso.

RESUMO

PEGORARO, Mariele Fernandes. **O valor afetivo do patrimônio cultural: uma análise do Mercado de Campo Mourão**- Pr. 124 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2023.

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender a percepção e a relação dos frequentadores e dos lojistas do Mercado de Campo Mourão acerca do reconhecimento do espaço enquanto patrimônio afetivo do município. Para a consolidação da cidade, as décadas compreendidas entre 1950 e 1970 representaram a plena efervescência urbanística municipal, fato que se consolidou no percurso do tempo como importante narrativa histórica. Muitos elementos urbanísticos deste período foram apropriados como bens culturais e efetivaram-se como patrimônios oficiais e afetivos aos residentes. Neste cenário, insere-se nosso objeto de estudo, o Condomínio Comercial Prefeito Horário do Amaral, popularmente conhecido como “Mercadão”. O espaço, para além de sua função comercial, mostra-se um local identitário e simbólico, de trocas culturais para seus frequentadores e lojistas, possui também potencialidades para o desenvolvimento da atividade turística, já que pode ser considerado um atrativo cultural da cidade. Assim, analisar os usos, apropriações e motivações dos frequentadores e lojistas para com o espaço contribuiu na afirmação do mercadão enquanto patrimônio afetivo da cidade com todas suas potencialidades e limitações. Desta forma como estratégia metodológica ao utilizamos a pesquisa ação, com visitas *in loco* e aplicação de questionários buscamos produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para discussão e fazer avançar o debate acerca das questões abordadas, de maneira coletiva, participativa e ativa. Deste modo, foi possível evidenciarmos a importância e relevância do Mercado de Campo Mourão enquanto bem cultural e patrimônio afetivo da cidade. Esperamos que o desenvolvimento da pesquisa contribua na promoção de espaços, produtos e saberes que carreguem consigo simbologias que representem trocas culturais e de conhecimento, novos olhares, promovem novos debates e novas formas de produzir e fazer história.

Palavras-chave: Patrimônio; História Pública; Mercado.

ABSTRACT

PEGORARO, Mariele Fernandes. **The affective value of cultural heritage: an analysis of the Mercado of Campo Mourão-PR.** 124 f. Dissertation. Graduate Program in Public History-Master. Paraná State University, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, year.

This research has the general objective of understanding the perception and relationship of the regulars and shopkeepers of the Mercado de Campo Mourão about the recognition of space as an affective heritage of the municipality. For the consolidation of the city, the decades between 1950 and 1970 represented the full municipal urban effervescence, a fact that was consolidated over time as an important historical narrative. Many urban elements from this period were appropriated as cultural assets and became official and emotional assets for residents. In this scenario, our object of study is inserted, the Prefeito Horácio do Amaral Commercial Condominium, popularly known as “Mercadão”. The space, in addition to its commercial function, is an identity and symbolic place, of cultural exchanges for its visitors and shopkeepers, it also has potential for the development of tourist activity, since it can be considered a cultural attraction of the city. Thus, analyzing the uses, appropriations and motivations of customers and shopkeepers towards the space contributed to the affirmation of the market as an affective heritage of the city, with all its potentialities and limitations. In this way, as a methodological strategy, when we use action research, with on-site visits and application of questionnaires, we seek to produce knowledge, gain experience, contribute to the discussion and advance the debate on the issues addressed, in a collective, participatory and active way. In this way, it was possible to highlight the importance and relevance of Mercado de Campo Mourão as a cultural asset and affective heritage of the city. We hope that the development of the research contributes to the promotion of spaces, products and knowledge that carry with them symbologies that represent cultural and knowledge exchanges, new looks, promote new debates and new ways of producing and making history.

Keywords: Heritage; Public History; Mercado.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de Localização do Município de Campo Mourão.....	15
Figura 2 - Mapa Turístico de Campo Mourão.....	60
Figura 3 - Fotografias da Estação Aeroviária de Campo Mourão década de 1960...	62
Figura 4 - Fotografia Bosque das Copaíbas, final da década de 1950.....	63
Figura 5 - Fotografias do Chafariz Municipal.....	64
Figura 6- Coreto Municipal Alberto Nogaroli.....	65
Figura 7- Fotografias da Igreja São José de Campo Mourão.....	65
Figura 8 - Fotografia Catedral São José de Campo Mourão	66
Figura 9 - Fotografias da Primeira Construção de Alvenaria de Campo Mourão...	66
Figura 10 - Fotografia de um “Encontro Festivo” Serraria do Sr. Belin Carollo...	68
Figura 11 - Fotografias da Avenida Capitão Índio Bandeira 1970 e da Construção do Hotel Santa Maria.....	68
Figura 12- Fotografias do Cine Plaza Campo Mourão.....	69
Figura 13 - Fotografias da Antiga Rodoviária, hoje Estação da Luz de Campo Mourão.....	70
Figura 14 - Fotografia da FECILCAM- Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.....	71
Figura 15 - Croqui da Arcádia de Campo Mourão.....	71
Figura 16 - Fotografia do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.....	73
Figura 17- Fotografia do primeiro mercado público brasileiro: Mercado da Candelária Rj.....	77
Figura 18 - Fotografia do primeiro mercado público de São Paulo: Mercado Público da rua 25 de Março.....	77
Figura 19 - Fotografias do Mercado Público de Florianópolis.....	79
Figura 20 - Mercado Público Les Halles de Paris.....	80

Figura 21 - Ilustração e fotografia do Mercado Público de Ver o Peso de Belém.....	80
Figura 22 - Mercado Público de São José, Recife – Pe.....	81
Figura 23 - Ilustração e fotografia do Mercado Central de São Paulo.....	82
Figura 24 - Fotografia dos Vitrais do Mercado Central de São Paulo.....	83
Figura 25 – Mapa de localização do Centro Cultural e do Centro Histórico de Campo Mourão.....	85
Figura 26 - Material Publicitário do projeto do Mercado Municipal de Campo Mourão.....	86
Figura 27 - Fotografias do Mercado Municipal de Campo Mourão década de 1970.....	87
Figura 28 – Fotografias do ambiente externo e interno do Mercado.....	87
Figura 29 – Fotografias do Condomínio Comercial Prefeito Horário do Amaral.....	88
Figura 30 - Fotografias do incêndio no Mercado de Campo Mourão em 2009.....	90
Figura 31 - Se você pudesse definir o Mercado em uma palavra, qual seria?.....	102
Figura 32 - Rede de compartilhamento e colaboração de saberes e ações.....	104
Figura 33 - Site onde Turistar.....	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Local de Residência dos frequentadores do Mercado de Campo Mourão.....	94
Gráfico 2 - Sobre a oferta de outras atividades, como atividades culturais no Mercado -frequentadores.....	95
Gráfico 3 - Sobre a oferta de outras atividades, como atividades culturais no Mercado - lojistas.....	96
Gráfico 4 - Qualificações da infraestrutura do Mercado - Lojistas.....	97
Gráfico 5 - Qualificações da infraestrutura do Mercado- Frequentadores.....	97
Gráfico 6 - Motivação de ida ao Mercado.....	99
Gráfico 7 - Mercado como lugar histórico de Campo Mourão.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Publicações de Patrimônio, História Pública e Turismo em eventos de História Pública.....	40
Quadro 2 - Dossiês de História Pública em Revista e Periódicos.....	45
Quadro 3 - Trabalhos identificados no evento da ANPTUR.....	49
Quadro 4 - Publicações no Periódico Cultura e Turismo – CULTUR.....	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: O PATRIMÔNIO CULTURAL	20
1.1 Os valores do Patrimônio no Percurso do Tempo	21
1.2 Quando assunto é Patrimônio e História Pública e Turismo, o que se tem pesquisado?	39
1.3 História Pública e Turismo: a multidisciplinaridade em prol da construção do conhecimento numa perspectiva plural	54
CAPÍTULO 2: A CIDADE DE CAMPO MOURÃO E A CONSTITUIÇÃO DE HÁBITOS URBANOS	59
2.1 Entre o passado e o presente: O patrimônio Histórico Cultural da cidade de Campo Mourão	60
2.2 Os Mercadões como Patrimônio Cultural	75
2.2.1 A Estruturação dos Mercados Públicos Brasileiros	75
2.3 O Mercado Municipal de Campo Mourão enquanto patrimônio afetivo	84
2.4 A percepção dos frequentadores e dos lojistas do Mercado Municipal de Campo Mourão Pr	91
2.4.1 O instrumento de pesquisa	91
2.4.1 Apresentação e análise dos resultados	93
2.5 Projeto contando histórias, produzindo memórias	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS	110
APÊNDICE	119

INTRODUÇÃO

Todos os grupos sociais se apropriam de elementos que condicionam as suas formas de se relacionar com o meio no qual estão inseridos. Neste âmbito se aloca e se conectam as questões econômicas, políticas, sociais e, dentre outras, as culturais.

No que diz respeito às interações materiais e imateriais com os elementos culturais, elas validam e codificam particularidades e singularidades que auxiliam na construção de nossas identidades, de nossas narrativas históricas, de nossas memórias, estabelecendo de tal modo intercâmbios entre o presente, o passado e o futuro.

Muitas dessas relações culturais podem ser observadas e estudadas a partir dos patrimônios culturais. Os patrimônios culturais são uma forma de legado que, interpretados de várias maneiras, auxiliam na forma como reconhecemo-nos pertencentes a grupos sociais, uma vez que promovem sentimentos de pertença.

Ao longo do tempo foram incorporados ao campo de estudos e vivências do patrimônio valores que direcionaram as suas formas de seleção e proteção, e mais, parâmetros de abordagem que promoveram diversos significados semânticos, em uma maior proporção para sua materialidade e desproporcionalmente para sua intangibilidade.

Os bens materiais, e principalmente os monumentos, foram os grandes objetos das políticas públicas de institucionalização e salvaguarda dos patrimônios históricos e posteriormente culturais, principalmente nas sociedades ocidentais que, inspiradas na instituição nos Estados Nação Europeu, procuravam construir uma identidade nacional.

O estabelecimento de uma identidade nacional convergia para a seleção e promoção de elementos culturais, sociais, políticos e ambientais que representassem a coletividade de um país, no entanto, na maioria das vezes a escolha se dava a partir de narrativas dominantes, deste modo as referências dos patrimônios passíveis de oficialização alinhavam-se a uma histórica nacional hegemônica por vezes elitista e seletiva.

Esta visão elitista e seletiva de institucionalização patrimonial, promovia o enquadramento de uma narrativa histórica, “importante” para grupos que comungavam dos mesmos ideais históricos, sociais, políticos, econômicos, e mostrava-se conflituosa e de resistência para outros, ao passo que muitos bens culturais com singularidades e particularidades, como, por exemplo, os de usos e apropriações populares – os Mercadões -, não figurassem em escala de prioridades de oficialização.

No entanto, ao passo que o universo de entendimentos, bem como de novas demandas sobre as formas de patrimonializar se ampliaram, novas realidades passaram a potencializar as relações inerentes aos patrimônios. Como por exemplo questionamentos como: quantas histórias cabem em um passado? Quais são mais importantes?

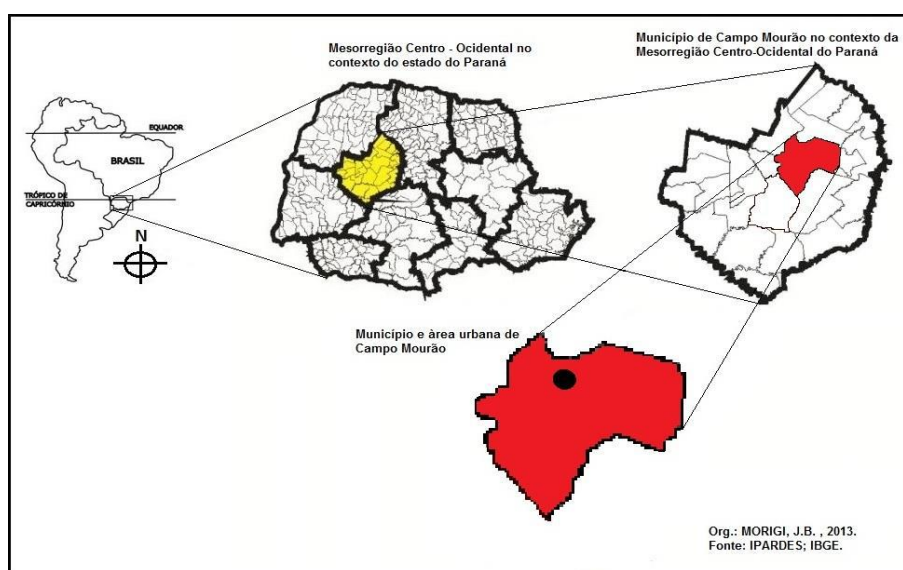
Desta forma, não cabia mais a não consideração dos saberes, dos dizeres e dos fazeres, das apropriações cotidianas, além de outros elementos de caráter imaterial importantes tanto quanto os bens materiais.

O valor imaterial, simbólico em todas suas nuances, também é importante no processo de patrimonialização de bens culturais. Assim, a percepção e as apropriações subjetivas tornam-se relevantes na constituição e salvaguarda dos patrimônios.

É neste cenário que se insere o objeto de estudo desta pesquisa, o Condomínio Comercial Prefeito Horácio do Amaral de Campo Mourão (PR), popularmente conhecido como Mercado.

O município de Campo Mourão está localizado na porção Centro-Oeste do Estado, possui área territorial de 749,637km², com densidade demográfica de 115,05 hab/km². A cidade possui aproximadamente 96 mil habitantes, é um polo-microrregional que serve de referência a 25 municípios e a mais de 357 mil pessoas. Justamente devido à localização privilegiada, está inserida no eixo de integração para os principais centros urbanos do país e do Mercosul conforme observado na figura 1- Mapa de Localização do Município de Campo Mourão (IBGE, 2020).

Figura 1- Mapa de Localização do Município de Campo Mourão (PR)



Fonte: Dissertação de MORIGI, Josimari de Brito, 2016.
 Autoria: MORIGI, Josimari de Brito, 2016

Em sua colonização, seu desenvolvimento econômico foi marcado pela agricultura, pela pecuária e pela atividade madeireira, contudo, para a consolidação da cidade com seus hábitos urbanos, as décadas compreendidas entre 1950 e 1970 representaram a plena efervescência urbanística municipal, fato que se consolidou no percurso do tempo como importante narrativa histórica. Muitos elementos urbanísticos deste período foram apropriados como bens culturais, e efetivaram-se como patrimônios oficiais e afetivos aos residentes.

O Mercado de Campo Mourão representa um bem cultural deste período. O espaço está em pleno funcionamento há mais de cinquenta anos na cidade e, para além de sua função comercial, apresenta-se como um local identitário e simbólico, de trocas culturais para seus frequentadores, de memórias e histórias que ligam o presente ao passado, muitas delas reproduzidas e afirmadas pelos lojistas, que por meio de gerações, garantem a oferta material e imaterial de produtos e serviços que estruturam o espaço.

Cientificamente, mostra-se um objeto de pesquisa com muitas possibilidades, e particularidades, contudo pouco explorado, apenas duas pesquisas foram realizadas sobre o espaço conforme identificadas em nossas buscas, uma no ano de 2013, no campo da Geografia, a qual buscou contextualizar a importância do Mercado no processo de urbanização da cidade de Campo Mourão e outra do ano de 2021, na área de Arquitetura e Urbanismo, que propôs a revitalização da infraestrutura do espaço e a implementação de equipamentos de entretenimento e lazer. Destacamos, deste modo, a relevância da nossa pesquisa.

Turisticamente, apresenta potencialidades de usos também para este fim, uma vez que se apresenta como um atrativo cultural da cidade, e o desenvolvimento, principalmente de atividades de cunho cultural, incentivaria a consolidação de uma demanda municipal já existente e potencializaria uma demanda regional.

No entanto, será que os frequentadores e lojistas percebem o mercado como patrimônio de Campo Mourão?

Uma forma de entender como os frequentadores e lojistas do mercado municipal percebem o espaço e qual sua representatividade enquanto patrimônio municipal, é analisando os usos, apropriações e motivações, bem como suas potencialidades e limitações.

Diante desta perspectiva, foi estabelecido como objetivo geral desta pesquisa: compreender a percepção e a relação dos frequentadores e dos lojistas do Mercado de

Campo Mourão acerca do reconhecimento do espaço enquanto patrimônio afetivo do município. E como objetivos específicos:

- A: Caracterizar o estabelecimento dos bens culturais municipais a partir da urbanização da cidade, em especial as décadas de 1950 a 1970;
- B: Apresentar a historiografia e as narrativas da implementação do Mercado de Campo Mourão;
- C: Analisar as apropriações e usos dos frequentadores do espaço estudado;
- D: Disseminar conhecimento histórico por meio da informação turística e do uso de tecnologia.

Baseados nos objetivos propostos e como estratégia para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a pesquisa ação. Na pesquisa-ação, como apresenta Thiollent (1886), os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas, nas quais as pessoas implicadas no processo de pesquisa tenham algo a "dizer" e a "fazer".

Conforme destaca o autor, não se trata de apenas levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação, os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados.

Pela pesquisa-ação, é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação.

Com ela é possível produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas, agregando vários métodos ou técnicas com os quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa em nível da captação de informação.

A pesquisa ação oferece ao pesquisador melhores condições de compreensão, decifração, interpretação, análise e síntese do "material" qualitativo gerado na situação investigativa (THIOLLENT,1886).

Desta forma, quanto aos procedimentos técnicos, foram utilizados, em um primeiro momento, a pesquisa bibliográfica (GIL, 2010) para a construção do referencial teórico acerca dos seguintes temas: Patrimônio Cultural, Campo Mourão e o Mercado Municipal de Campo Mourão. A pesquisa documental auxiliou no levantamento das

fontes materiais, pois nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas - como cartas pessoais, diários, fotografias, jornais, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, entre outros (GIL, 2010), valemo-nos da observação direta e participativa, para familiarização e reconhecimento do objeto de estudo.

Em um segundo momento, para a análise dos usos e apropriações dos frequentadores e lojistas do Mercado Municipal, foram estruturados dois questionários com três blocos de questões que objetivaram identificar as principais características dos frequentantes e lojistas, como o perfil, a motivação e também as percepções do espaço enquanto patrimônio afetivo da cidade.

As informações pertinentes às particularidades administrativas de funcionamento e da gestão do Condomínio Comercial Horácio do Amaral foram obtidas por meio de entrevista semiestruturada realizada com o síndico do Condomínio/Mercadão.

Tais procedimentos metodológicos permitiram que a pesquisa se estruturasse em dois eixos temáticos teóricos. O primeiro eixo é contemplado pelo capítulo 1 denominado *O Patrimônio Cultural*, onde suas seções tiveram como objetivo tecer reflexões sobre os valores atribuídos ao patrimônio cultural no percurso do tempo, como esses valores estão expressos nas pesquisas científicas relacionadas à história pública e no turismo e, por fim, apresentar a história pública como um campo teórico/prático multidisciplinar.

O segundo eixo compreendido pelo capítulo 2 intitulado *A Cidade de Campo Mourão e a constituição de hábitos Urbanos* valeu-se de seções que se concentraram na contextualização das narrativas históricas e historiografias da urbanização do município de Campo Mourão delimitadas entre as décadas de 1950 e 1970 e da estruturação dos mercados públicos brasileiros e do “Mercadão” de Campo Mourão inaugurado em 1971, além da apresentação do instrumento de coleta de dados e análise dos resultados.

O segundo eixo contemplou ainda a proposta do projeto *contando história, produzindo memórias*, que, por meio da criação de uma rede de compartilhamento e colaboração de saberes e ações, tem o intuito de disseminar conhecimento histórico através da informação turística e uso de tecnologia.

Os resultados de nossa pesquisa por mediante a análise da percepção dos frequentadores e lojistas do mercadão atestam e validam o entendimento do bem cultural como um patrimônio afetivo da cidade.

O espaço, para além de sua função comercial, mostra-se um local identitário e simbólico, de trocas culturais para seus frequentadores, possui também potencialidades

para o desenvolvimento da atividade turística, já que pode ser considerado um atrativo cultural da cidade. Assim, analisar os usos, apropriações e motivações dos frequentadores e lojistas para com o espaço contribuiu na afirmação do mercadão enquanto um importante bem cultural da cidade com todas suas oportunidades e limitações.

O bem cultural, ao ser afirmado enquanto patrimônio afetivo, desperta outros agentes e outras estruturas no processo de patrimonialização de bens culturais, não tão rígidas e bem definidas como os instrumentos legais, no entanto tão significativas quanto estes instrumentos. O patrimônio afetivo condiciona a conservação de significados e singularidades culturais em escalas únicas, e ao mesmo tempo diversas, ao passo que os validamos, estimulamos o entendimento de muitas das relações entre os grupos sociais com os elementos culturais, e de suas particularidades ao longo do tempo.

Neste sentido, a História Pública colabora diretamente para a potencialização destes outros condicionantes de patrimonializar, ao oportunizar de maneira plural o compartilhamento e a afirmação de saberes, histórias e memórias, promovendo de forma diferente, ampliada, os agentes produtores de conhecimento histórico.

Desta forma as ponderações realizadas na pesquisa contribuíram para evidenciar a importância e necessidade de expandirmos nossos debates e reflexões sobre processo de construção e disseminação dos conhecimentos históricos produzidos sob uma perspectiva plural e dialógica, como as que a História Pública propõe, já que acreditamos que novos olhares promovem novos debates e novas formas de produzir e fazer história.

CAPÍTULO 1

O PATRIMÔNIO CULTURAL

Ao nos debruçarmos sobre o campo de estudos inerente aos patrimônios, inserimo-nos em um campo denso de possibilidades e potencialidades, no entanto, na mesma medida, amplo e carregado de limitações.

Diante de sua amplitude, o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2022) considera que o patrimônio material é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme descrevem os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Já os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Tais definições têm embasamento legal nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

O seu universo de análises permite que vários campos do conhecimento se utilizem dos patrimônios tanto nas perspectivas materiais como imateriais, como objetos de estudos, haja vista que, por meio de suas vinculações entre o passado, presente e futuro é possível buscar respostas para muitas das relações estabelecidas e fundamentadas em nossa sociedade.

Para Choay (2017), na Contemporaneidade um dos pressupostos ao estudo dos patrimônios são os questionamentos acerca de sua seleção, institucionalização, apropriações e usos, uma vez que, por meio dos estudos relacionados aos patrimônios culturais se traduzem questões bastante pertinentes sobre o cotidiano, história e memória dos diversos grupos sociais.

Deste modo, não bastam abordagens teórico-metodológicas apenas pautadas na descoberta e preservação de patrimônio, supostamente alocados e estruturados sob um determinado tempo e espaço, mas faz-se necessário o aprofundamento e a problematização de todas as definições e significados que o patrimônio assumiu no percurso do tempo (GRAMMONT, 2006).

Nestas perspectivas, os debates e reflexões que contemplem uma perspectiva plural e dialógica, como os da História Pública, contribuem para conexões de entendimentos e análises entre seus agentes e valores estabelecidos.

Não podemos debruçar-nos sobre o espelho do patrimônio, nem interpretar as imagens que ele nos reenvia atualmente, sem procurar, antes de mais nada, compreender como a grande superfície lisa desse espelho foi constituída pouco a pouco pela soma e pela fusão de fragmentos (CHOAY, 2017, p. 27).

Diante de um contexto de análise e reflexão, este capítulo busca apresentar os valores estruturantes do patrimônio cultural no percurso do tempo, e como eles têm embasado a perspectiva das pesquisas científicas na História Pública no que se refere aos patrimônios culturais, tanto os oficiais como os afetivos.

Ainda busca tecer aproximações com o universo turístico, uma vez que diante de uma perspectiva socioeconômica a atividade se apropria dos patrimônios culturais como atrativos turísticos, podendo promover desenvolvimento por meio da afirmação de identidades culturais, tradições e legados culturais.

Consideramos que a aproximação de campos de estudos diversos por meio da multidisciplinaridade possa contribuir para a solidificação de novos olhares e práticas teóricas e metodológicas ao universo dos patrimônios.

1.1 Os valores do Patrimônio no Percurso do Tempo

É fato que as sociedades carregam sempre elementos que simbolizam as ditas “heranças culturais” que ligam o presente a acontecimentos e fatos de tempos passados.

Essas heranças são representadas pela forma como as sociedades e seus grupos sociais acessam, se apropriam e dão significado aos elementos culturais materiais e imateriais, que, distribuídos pelos mais diversos espaços, podem ser representados pela arquitetura, objetos, artefatos, gastronomia, vestuário, documentos, ritos e crenças, tradições, entre outros.

Estas estruturas simbólicas são interpretadas pelas sociedades de várias maneiras, sendo que uma de suas mais importantes expressões são os patrimônios, que em suas complexas nuances contribuem com o debate e reflexão de muitas questões atreladas a nossa história e a nossa memória.

Presentes no mundo clássico, na Idade Média e na Modernidade ocidental, o estudo dos patrimônios possibilita o entendimento das relações sociais, políticas, econômicas, históricas, ambientais e culturais, uma vez que eles promovem identidades e sentimentos de pertença a um espaço, um lugar, uma comunidade, cidade e país (GONÇALVES, 2004).

Defini-los não tem sido tarefa das mais fáceis aos estudiosos da área, pois a multiplicidade de percepções, semânticas e léxicos que compreendem sua instituição, sua salvaguarda e gestão consolidam um universo denso de entendimentos e, ao mesmo tempo, instigante e desafiador campo de pesquisa (GONÇALVES, 2004).

Nesta perspectiva, um caminho para ponderações de como as relações de patrimonialização se estabeleceram ao longo da história nas sociedades ocidentais talvez esteja pautado no aprofundamento das questões relacionadas aos valores que lhe foram atribuídos no percurso do tempo, e ainda sobre a maneira como estes condicionaram suas formas de institucionalização, apropriações e usos.

O professor Ulpiano Meneses (2012) acredita que o cerne das problemáticas relacionadas aos patrimônios culturais encontram-se atrelado à atribuição e domínios dos valores aos bens patrimoniáveis. “Atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática dos valores, que ecoa em qualquer esfera do campo” (MENESES, 2012 p. 32).

Mas quais são os valores do patrimônio, quais suas atribuições e consequências, em seus processos de patrimonialização?

Para o autor, os valores não aparecem como linhas rígidas, como fronteiras claramente precisas, pelo contrário tais valores se alocam em uma arena de conflito e de confrontos (MENESES, 2012).

Desta forma, a primeira constatação coerente reside no fato de que os valores sempre fizeram parte dos processos de patrimonialização, no entanto seus domínios não se mantiveram e operaram de forma linear na história, daí a necessidade de entendê-los em uma perspectiva plural.

Diante de uma visão mais ampla de institucionalização do patrimônio e seus processos de patrimonialização, outros agentes e narrativas tornam-se importantes no processo. Assim, para além daquele patrimônio dito oficial, atestado por instrumento legal nas esferas municipal, estadual, federal, ou até mesmo mundial, uma comunidade, um grupo de pessoas, pelos usos e apropriações cotidianas, podem configurar também patrimônios, espaços, lugares e elementos. Destacamos aqui os espaços populares como feiras e mercados municipais.

O processo de constituição do bem em patrimônio por outros meios que não os oficiais, são validados em grau de importância e significância pelos usos cotidianos e por sua representatividade pelo coletivo.

Nas primeiras concepções de patrimônio na Antiguidade da sociedade ocidental, os bens patrimoniáveis estavam sempre relacionados a uma condição individual ou familiar, assim seu estatuto era de posse e uso privado (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Ligada aos bens e herança familiar, neste universo patrimonial estavam compreendidos tudo o que pertencia à figura do pai, *pater* ou pai de família (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Sob concessão e domínio do senhor, validados e atestados mediante instrumento jurídico legal, o testamento, bens móveis e imóveis, pessoas e animais, estavam no escopo do patrimônio (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

O valor atribuído ao patrimônio enquanto herança familiar estava atrelado ao seu sentido antropológico, uma vez que se relacionava com os bens de família e a forma com que eram compartilhados de geração em geração como perpetuação de uma tradição familiar.

Para a Antropologia, o patrimônio cultural é um fenômeno social, e isso implica compreendê-lo não enquanto produzido pelo poder público, mas pela sociedade como um todo (AMÂNCIO, 2014).

Para Choay (2017), o valor antropológico é dominante na Antiguidade pelo fato de os grupos sociais viverem em uma sociedade considerada estável. Desta forma, os bens patrimoniais enraizavam-se no tempo e no espaço, no qual delimitavam-se pelas relações familiares.

Na mesma perspectiva, Gonçalves (2000) afirma que a noção de patrimônio nas sociedades da Antiguidade confunde-se com a de propriedade, os bens materiais não são classificados como objetos separados de seus proprietários, pois possuem propósitos práticos.

Na Idade Média, o Cristianismo e o fortalecimento da instituição Igreja possibilitaram uma nova percepção de patrimônio, o uso de tais espaços por vários grupos sociais instituiu o uso público e valores simbólicos de fé aos espaços, estruturas arquitetônicas e os rituais, e celebrações passaram a ser compartilhadas coletivamente (FUNARI; PINSK, 2003).

De acordo com Funari e Pelegrini (2009), o culto aos santos e a valorização das relíquias deram às pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio e que, de certa, forma, permanece entre nós: a valorização tanto dos lugares e objetos, como dos rituais coletivos.

A materialização do poder simbólico dos rituais e celebrações cristãs se traduziu no domínio das catedrais nas paisagens onde o Cristianismo predominava, e com estruturas arquitetônicas imponentes a igreja reforçava a significância do espaço de uso coletivo para a afirmação de sua identidade.

Como destaca Choay (2017), localizadas para fins vitais as grandes construções de igrejas e catedrais contribuíram para manter e preservar seu poder e sua identidade, não há valor histórico ainda agregado, nem suas variáveis estéticas são elementos predominantes no mundo da arte. O universo simbólico de fé é o mais relevante.

No movimento proporcionado pelo Renascimento, o entendimento e significado do patrimônio iniciam um processo de neologismo léxico e, como consequência, novos valores lhe são atribuídos.

Agora, para além da sua função antropológica e simbólica, os atributos e valores estéticos são também condicionantes do patrimônio. O sentido antropológico assumiu espaço secundário na relação patrimonial e as variáveis estéticas adquiriram significativa preponderância valorativa, como expressão material do patrimônio (CHOAY, 2017).

O monumento arquitetônico em especial passa por um entendimento de agente de embelezamento e magnificência das cidades. “Monumento ilustre, glorioso, magnífico.” (CHOAY, 2017, p.18).

Para tanto, com a consolidação do monumento enquanto figura imponente no cenário urbano, muitas edificações passaram por um processo de destruição “criativa”, diversos espaços com valores simbólicos foram substituídos por suntuosas edificações (CHOAY, 2017).

As artes condicionaram o valor estético do monumento/patrimônio que, mesmo representando elementos do passado, neste período torna-se uma necessidade do presente.

O passado, e o valor histórico deste período estão condicionados e atestados pela historiografia, literatura e iconografia greco-romana.

Os monumentos antigos e seus vestígios confirmavam o testemunho dos autores gregos e romanos. Mas, dentro da hierarquia de confiabilidade, eles estavam abaixo dos textos, que conservavam a autoridade incondicional da palavra (CHOAY, 2017, p.42).

No entanto, além da historiografia clássica, o Renascimento também incentivou a busca mais incisiva por esses vestígios do passado e seu valor histórico provindos da sociedade greco-romana, por meio de outros elementos materiais.

Para além dos livros, os antiquários assumem uma nova forma de conhecer e revisitar o passado. Os humanistas dedicaram-se, segundo Choay (2017), a uma ligação histórica e memorialística ao passado, por meio da catalogação e coleta de tudo que viesse dos antigos: moedas, inscrições em pedra, vasos de cerâmica, estatuária em mármore e em metal. Vestígios de edifícios também eram medidos, desenhados e estudados com grande dedicação.

Os antiquários eram representados por colecionadores, os quais, por uma rede de comunicação estabelecida entre eles, correspondiam-se e visitavam-se por toda a Europa, trocando objetos, informações e discutindo suas descobertas e hipóteses. Era muito comum que os antiquários, além de objetos, possuíssem outros tipos de acervo, segundo Choay (2017), verdadeiros dossiês.

O antiquário, desta forma, surge e assume postura contestadora à autoridade sobre o passado contida na literatura historiográfica. Conforme aponta Choay (2017), a produção material não pode enganar o tempo, como ainda fornecem informações originais sobre tudo o que os escritores da Antiguidade não nos relataram, em especial no que se refere aos modos de viver e costumes.

É um fato demonstrado que os mármore e os bronzes nos dizem muito mais sobre os funerais do que os autores antigos; e que os conhecimentos que retiramos dos monumentos são muito mais seguros do que aprendemos nos livros (CHOAY, 2017, p.67).

Desta forma, os antiquários têm contribuição direta na atribuição do valor histórico agregado ao patrimônio, por meio da materialidade dos objetos e artefatos, o passado pode ser afirmado e recordado pelo que eu toco e vejo, uma nova forma de contar, afirmar e disseminar as narrativas históricas.

De acordo com Lowenthal (1998), podemos considerar que vivemos, então, entre relíquias do passado que preenchem nossas memórias, vinculam-nos de alguma forma a concepções que estabelecemos com o meio social presente. Podemos dar vida ao passado, pela possibilidade de rememorar-lo, seja quando o entendemos como parte de nosso presente, seja como um elemento, fragmento ou fato separado dele.

Mas, é com a Revolução Francesa que o conceito moderno de patrimônio assume novas perspectivas e novos valores são inseridos em seu universo de concepções, e na mesma medida potencializados.

O caráter privado é substituído pelo público e mais ainda para uma necessidade política, os valores político e institucional se enraízam no universo dos patrimônios.

Diante da insurgência dos estados nacionais, e da construção de uma identidade nacional que pudesse ser afirmada pela coletividade como representante de sua história, o patrimônio passou a ser, assim, segundo Funari e Pinsky (2003), uma construção social de extrema importância política, era necessário criar elementos comuns que representassem a nação, coletiva e hegemonicamente.

Conforme apresenta Thiesse (2002), a constituição dos estados-nação foi precedida por uma elaboração de um sistema de identidades coletivas.

A lista de elementos que uma nação digna deste nome deve possuir está bem estabelecida: ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação atrás das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore, tudo isso sem contar algumas identificações pitorescas: modo de vestir, gastronomia, animal emblemático (THIESSE, 2002, p. 09).

Enfim, o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos (FUNARI; PINSKY, 2003).

Nesse sentido, a palavra patrimônio passa a indicar uma escolha oficial, o que também significa algo construído pelo Estado para ser uma representação do passado histórico e cultural de uma sociedade.

A indicação e a seleção dos patrimônios seguiam agora uma lógica baseada em grandes feitos históricos e em personagens históricos importantes, ou, como Pollack (1992) também definira, em “acontecimentos, lugares e personagens”.

O autor caracteriza esse fenômeno como um trabalho de enquadramento da memória, na medida em que, cada vez que uma memória está sendo relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade que estreita laços com o sentimento de identidade.

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLACK, 1989, p.12).

E, neste sentido, os bens patrimoniáveis corroboravam a construção e afirmação de uma memória coletiva que, para Halbwachs (1990, p.59).

Cria para si uma espécie de meio artificial, exterior a todos pensamentos pessoais, que envolve um tempo e um espaço coletivos e uma história coletiva [...]. Por certo, a memória coletiva não tivesse outra matéria senão séries de datas ou listas de fatos históricos [...]

Ao pensarmos, então, nos patrimônios sob esta perspectiva, eles se solidificam como espaços de memória, como identidade e pertença coletiva, de acordo com Nora (1993 p.15): “lugar da vontade de memória, já que ela se enraíza tanto no concreto, como no espaço do gesto, na imagem, no objeto”.

Os espaços de memória, de acordo com Halbwachs (1990), caracterizam a vida social de um grupo, ao passo que tais grupos, ao utilizarem estes espaços, não apenas deixam marcas, mas também as recebem, formando assim as lembranças, as memórias coletivas.

Fora das gravuras e dos livros, na sociedade de hoje, o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes, e que se percebe também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo no modo de pensar e de sentir, inconscientes conservados e reproduzidos por tais pessoas e dentro de tais ambientes [...] (HALBWACHS, 1990, p.68).

De acordo com Nora (1993), em um lugar de memória deve haver sempre a coexistência dos aspectos, material, simbólico e funcional, como forma de estimular o sentimento de identidade e pertença dos grupos sociais aos quais se vinculam.

São lugares material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança (NORA, 1993, p.21).

Diante, então, da construção de uma identidade nacional, medidas de manutenção e proteção aos bens que representassem a história da nação seriam proporcionalmente necessárias.

São estes monumentos preciosos que nós desejamos retirar da foice destruidora do tempo [...]. Faremos representar os diversos monumentos nacionais, tais como antigos castelos, abadias, mosteiros, enfim, todos aqueles que possam narrar acontecimentos da nossa história (CHOAY, 2017, p.74).

Foi então criada na França uma comissão denominada “dos monumentos” com objetivo de elaborar um método de inventariação que caracterizasse e descrevesse as

principais informações sobre o bem patrimonializável, bem como a indicação de regras e estratégias de uso e de gestão dos bens nacionais (FUNARI; PINSKY, 2003).

De tal forma, foram estabelecidas duas categorias aos bens materiais, os bens móveis e os bens imóveis, que estavam imbuídos do domínio valorativo histórico.

Para os bens móveis, estes seriam alocados em espaço aberto ao público, com função de servir a nação. Familiarmente denominados de museus, tinham como objetivo reunir acervos de obras de arte e artefatos que comunicassem de forma pedagógica o ensino - valor educacional, do civismo e da história, reforçando assim o seu valor histórico e mais ainda o valor político (CHOAY, 2017).

Já os bens imóveis, como conventos, igrejas, castelos, residências particulares, denominados de monumentos históricos por Choay (2017), necessitavam de estratégias de gestão diferentes das aplicáveis aos museus. Foi necessário atribuir novos usos para toda infraestrutura arquitetônica então recém adquirida ou apropriada pelo Estado Nação.

Neste sentido, são consolidados muitos espaços de memória, o que incentivaram também a inserção do valor econômico ao patrimônio, por meio da visitação e do turismo.

O turismo cultural se desenvolve a partir de práticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (FUNARI; PINSKY, 2003).

Aqui cabe um olhar cuidadoso para esta relação, uma vez que o turismo no percurso de seu desenvolvimento apropriou-se de formas diferentes e com interesses também diversos dos elementos culturais e naturais.

Conforme destaca Magalhães (2002), o turismo surge no século XVIII e é caracterizado neste período pelas descobertas dos elementos naturais e culturais das comunidades receptoras, essa descoberta instiga iniciativas de apropriações destes elementos para lazer, o que proporcionou a criação de grandes centros de férias denominados de “balneários”.

Em um segundo momento, compreendido entre o final do século XIX e início do século XX o desenvolvimento da atividade turística aconteceu de forma bastante expansionista e economicista, sem grandes preocupações nos usos e apropriações dos recursos naturais e culturais, o que culminou em impactos ambientais e culturais seja pela implementação de infraestruturas e equipamentos turísticos, seja pela descaracterização dos elementos turísticos.

A terceira fase compreende o ápice de desenvolvimento do turismo, denominado de turismo de massas. Na metade do século XX, o grande fluxo de pessoas promovido pela facilidade de acesso às viagens incentivou o crescimento desordenado do turismo em muitas localidades do globo. Para Ruschmann (1997), este período foi devastador para muitos recursos naturais, culturais e para muitas comunidades locais. Em especial aos patrimônios culturais, muitos bens foram descaracterizados ou transformados em função da visitação, perdendo seus valores, significados e identidades.

Diante de um cenário impactante, surge no final do século XX e ganha força no XXI novas formas de planejamento e desenvolvimento da atividade turística. Essas novas concepções de turismo que buscam o equilíbrio ambiental, social, cultural, político e econômico no seu desenvolvimento, receberam muitas definições, como “turismo alternativo”, “turismo sustentável”, “turismo brando” (MAGALHÃES, 2002).

Para Magalhães (2002), é necessário avançarmos para mais que definições, o importante é focarmos na forma como o turismo, diante desta perspectiva de sustentabilidade, é implementado de fato, haja vista a multiplicidade de interesses e relações que condicionam o acontecimento da atividade na atualidade.

Ainda para Magalhães (2002), os moldes que a sociedade contemporânea impõe para que as diferentes atividades aconteçam, o turismo está atrelado a três principais fatores influenciadores, que, por sua vez, conectam-se aos inúmeros atores, produtos e serviços de sua cadeia produtiva, impactando-os negativa ou positivamente.

O primeiro fator diz respeito ao modo capitalista de produção, que determina o acesso de quem viaja, o segundo determinante da atividade se relaciona ao desenvolvimento tecnológico, que nos remete as formas de como viajar e o terceiro elemento se conecta com as condições políticas que promovem, ou não, meios de desenvolvimento da atividade turística.

Neste sentido, a autora afirma que o planejamento responsivo e participativo seja o condicionante mais importante para o pleno desenvolvimento do turismo, uma vez que é inerente à atividade a exploração e a apropriação dos espaços físicos e sociais e das comunidades de maneira única e singular.

Há de se ressaltar a especificidade do produto oferecido [...], pois ele só pode ser consumido no local de origem e não se constitui simplesmente de um produto tangível, mas também de serviços principalmente do consumo do ambiente social (do *modus vivendi* e da cultura da população residente) (MAGALHÃES, 2002, p. 25).

Assim como no turismo, no qual a efetivação da atividade acontece influenciada por muitas relações e interesses, no processo de patrimonialização dos bens culturais acontece também da mesma forma.

O modelo francês de institucionalização dos patrimônios influenciou e ainda continua influenciando muitos países na criação de suas políticas de patrimonialização, Hartog (2006) trata esse fato como:

[...] um “grau de historicidade” idêntico para todas as sociedades. Mais precisamente, a noção devia poder fornecer um instrumento para comparar tipos de histórias diferentes, para iluminar modos de relação ao tempo: formas da experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem. Maneiras de ser no tempo (HARTOG, 2006, p. 03).

Conforme acrescenta Fonseca (2005), tais políticas alcançaram um grau de eficácia simbólica que de forma alguma seriam contestadas.

No Brasil as primeiras iniciativas de patrimonialização pelo Estado na década de 1930 estavam engendradas na perspectiva francesa, o viés nacionalista também dominou a política patrimonial (FONSECA, 2005).

Nesta época foram passíveis de patrimonialização aqueles bens imóveis ou móveis, em virtude de seus valores históricos e artísticos, ou ainda por sua peculiar e notável beleza¹ (FONSECA, 2005). A condição de notável beleza afirma o patrimônio material, e coloca as relações imateriais em um segundo plano. Deste modo, ao pensarmos nos mercados municipais, diante de tais pressupostos, seus aspectos arquitetônicos são mais relevantes dos que as trocas culturais realizadas pelas apropriações de quem faz uso do espaço.

Em 1936, foi criado o primeiro órgão nacional de preservação do patrimônio - o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) o qual estava atrelado ao âmbito do então Ministério da Educação e Saúde (FONSECA, 2005; PIZZI, 2020).

O projeto de desenvolvimento do SPHAN foi encomendado pelo ministro Gustavo Capanema ao modernista Mário de Andrade, o qual foi autor do programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro (PIZZI, 2020).

Os objetivos do programa centravam-se nas noções de tradição e de civilização, dando especial ênfase à relação com o passado, assim como na França os heróis nacionais,

¹ O primeiro patrimônio brasileiro data de 1933, quando a cidade de Ouro Preto foi declarada monumento nacional, em reconhecimento a seu rico passado histórico - palco da Inconfidência Mineira (FONSECA, 1997).

os personagens históricos ou os monumentos que, de alguma forma, os lembrassem, foram o foco das estratégias das políticas públicas relacionadas aos patrimônios (FONSECA, 2005; PIZZI, 2020).

O principal instrumento jurídico desenvolvido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi o Decreto-lei n.25/1937, que ainda está em vigor, dando bases para o processo de patrimonialização e gestão nos âmbitos estaduais e municipais do nosso país. De acordo com o decreto:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo², de que trata o art. 4º desta lei (BRASIL, 2022, s/p.).

O campo inerente aos patrimônios brasileiros só foi expandido a partir do final da década de 1960 como destaca Grammont (2006), no período de 1960 poucas leis aprovadas no país tratavam da preservação de bens culturais.

De acordo com Chuva (2011), as principais ações do então SPHAN³ concentraram-se na restauração de bens arquitetônicos, o que consumia quase que a totalidade dos recursos disponíveis.

É a partir da década de 1970 que foram iniciadas ações de políticas públicas que permitiram o estabelecimento de ferramentas que articulassem os elementos culturais nacionais de uma forma mais integrada e diversificada, a promulgação da Política Nacional de Cultura em 1975 relacionava suas diretrizes com as proposições dos planos nacionais de desenvolvimento (PNDs) (CHUVA, 2011).

Foram então reformuladas e reorganizadas as agências do Estado que de forma dispersa e isolada desenvolviam ações ao patrimônio, folclore e cultura de maneira geral. Foi criada e vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), e a ela alocados institutos que tinham como objetivos a formulação,

² Os livros do tomo são:
Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
Livro do Tombo Histórico;
Livro do tomo das Belas Artes;
Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

³ Entre as décadas de 1940 e 1960, ações aos bens culturais, em especial o folclore, também eram conduzidas pela comissão nacional que estava vinculada ao ministério das Relações Exteriores, porém em um sentido de comercialização da imagem do país no exterior (CHUVA, 2011).

coordenação e execução de programas que fomentassem a promoção da cultura nacional, dentre eles estava Instituto Nacional do Folclore (INF) que promoveu a coesão dos projetos que versavam sobre o folclore à cultura popular do país (CHUVA, 2011).

O SPHAN continuou na mesma toada, com ferramentas e ações específicas ao universo dos patrimônios culturais nacionais, focando estratégias na restauração de bens arquitetônicos, contudo, neste mesmo período deixa de ser denominado de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN) para ser nominado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nomenclatura que se mantém até os dias atuais.

Para além do MEC, o Ministério da Indústria e Comércio organizou a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que trabalhava com a ideia de bem cultural e não patrimônio, e possibilidades de desenvolvimento econômico a partir de elementos culturais de outras regiões, exceto o Centro-Oeste do país, que tinha o foco das ações voltadas as suas muitas cidades, sítios e lugares históricos que representavam a construção de uma identidade nacional brasileira. Desta maneira o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) passa a evidenciar as regiões Norte, Nordeste em suas proposições (CHUVA, 2011).

Porém, no final dos anos de 1970 o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), diante de um contexto de crise administrativa, é incorporado ao IPHAN. A reestruturação proporcionou ao mesmo tempo uma ampliação das ações aos patrimônios com uma abertura do campo cultural para outros elementos e possibilidades, e a instalação de um cenário de resistências diante de práticas arraigadas e reforçadas, como por exemplo aquelas destinadas aos patrimônios arquitetônicos principalmente do período colonial, que contribuía para a construção e afirmação de uma identidade nacional (CHUVA, 2011).

Mesmo diante de tensões, a ampliação do campo de perspectivas de entendimentos culturais se estruturou, ao passo que a Constituição Federal promulgada em 1988, em seu art.216, inclui e dispõe considerações sobre o patrimônio na sua forma imaterial:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - As formas de expressão;
- III - Os modos de criar, fazer e viver;
- IV - Os modos de criar, fazer e viver;
- V - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

- VI- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- VII - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, s. p.).

A década de 1990 é dedicada para a criação de um grupo de trabalho que fornecesse bases para o desenvolvimento de legislações que atendessem às especificidades do campo – o patrimônio imaterial nacional (PIZZI, 2020).

No cenário brasileiro, o campo dos patrimônios, a ampliação de suas categorias e valores talvez seja reflexo da atuação do SPHAN, que passou a inserir-se no processo de internacionalização da preservação (PIZZI, 2020).

Novos postulados direcionaram e disseminaram novas estratégias de seleção e proteção dos bens patrimonializáveis a nível mundial no século XX.

Fruto de eventos importantes, a promulgação de documentos denominados de cartas patrimoniais⁴ passa a nortear novos entendimentos e possibilidades de ações, pautadas não mais somente na objetividade do patrimônio de forma pontual e isolada, mas em todo o contexto do espaço onde ele está inserido, assim novos agentes são inseridos no contexto patrimonial.

De acordo com Grammont (2006), o patrimônio passa a ser analisado agora levando-se em conta a integração com seu entorno e seus vários agentes, iniciando assim uma abordagem plural de valores, que, de certo modo, tal abordagem contribuiu para novos olhares a lugares como os mercados municipais, para além de seus aspectos arquitetônicos.

Cabe, aqui, destacarmos apenas as mais relevantes cartas patrimoniais que contribuíram para a expansão do conceito de patrimônio.

A primeira carta patrimonial, a carta de Atenas (1933), é considerada uma espécie de “bíblia” segundo o movimento modernista na cidade, em especial para aspectos da arquitetura e urbanismo (KÖHLER, 2019).

A carta apresenta as principais funcionalidades da cidade moderna, habitar, trabalhar, recrear-se e circular, portanto o tecido urbano deve ser planejadamente zoneado, com espaços exclusivos para cada uma delas, inclusive os de cunho cultural (KÖHLER, 2019).

⁴ A autora Isabela Cury (2004) em sua obra *Cartas Patrimoniais*, faz um compilado das principais informações das cartas patrimoniais, destaca ainda as informações mais relevantes quanto à seleção e proteção e salvaguarda dos bens patrimonializáveis.

Diante desta perspectiva, o documento aborda, para além do patrimônio numa perspectiva de monumento isolado, o patrimônio inserido no conjunto urbano. No entanto, o foco de suas estratégias continua alinhado com as políticas públicas do passado que fixam o foco na manutenção e preservação do monumento/patrimônio em si mesmo.

O monumento, afirma a carta, é o que melhor representa a “alma” da cidade, suas características particulares e “personalidade própria,” e sua função urbana é corporificar a identidade e memória urbanas. Há duas valorizações: histórica (principal) e artística (KÖHLER, 2019, p.08).

É o período após as duas guerras mundiais que concretiza a significativa necessidade na mudança nas políticas públicas, bem como nas estratégias de seleção e preservação do patrimônio desenvolvidas pelos países,

Os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem (CHOAY, 2017, p. 12).

Um dos fatores estimulantes à nova percepção relaciona-se, conforme apresenta Gonçalves (2004), a um determinismo de “sentimento de perda” destes bens materiais pela sociedade, como se estivéssemos perdendo nossa história e nossa memória diante de um presente acelerado e um futuro incerto. Como explica o autor, o patrimônio é percebido a partir de uma condição de declínio e desaparecimento, cabendo às agências de preservação salvaguardá-los a qualquer custo.

No mesmo sentido, Hartog (2006, p.10) considera que “desde o fim dos anos 1960, o presente se descobriu inquieto, em busca de raízes, obcecado com a memória, [...] e questionador: preservar o quê e quem? Como resposta: Este mundo, as gerações futuras, nós mesmos”.

A criação da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em 1945 – forneceu, ainda segundo Hartog (2006), um bom começo para estruturar novas bases patrimoniais, entretanto destaca também a necessidade de pensar na instituição UNESCO como “ao mesmo tempo uma possante caixa de ressonância e um vasto laboratório mundial onde se elabora uma doutrina e se proclamam os seus princípios” (HARTOG, 2006, p.11).

A partir da criação da UNESCO, a mais importante e influente carta patrimonial é denominada de “Carta de Veneza” (1964). O documento consolidou e promoveu o alargamento do conceito de patrimônio histórico para patrimônio cultural (KÖHLER, 2019).

Com a ampliação do conceito, outros tipos de patrimônio passaram a fazer parte do escopo de seleção e proteção, como por exemplo obras modestas que adquiriram com o tempo uma significação cultural, o que introduz, segundo Hartog (2006), a noção de patrimônio comum que tenha significação e interesse histórico e cultural a algum grupo social.

Surge também o conceito de “conservação integrada”, de forma que a utilização de todos os meios, técnicos, jurídicos, econômicos, sociais são condicionados juntamente para efetivar a conservação do patrimônio (GRAMMONT, 2006).

Esta abordagem pautada pela noção de integração do patrimônio à vida social recomendava ainda o envolvimento da população nos processos de preservação, de modo a garantir maior visibilidade dos valores ligados à identidade micro local (PIZZI, 2020).

Ao passo que o campo se amplia, interesses ambíguos se potencializam, por exemplo se, por um lado, a perspectiva do valor político da identidade nacional hegemônica e soberana do patrimônio começa a se dissipar, com a percepção de novos tipos de bens culturais e a possibilidade de uma gestão integrada e participativa, valores como o valor da diversidade cultural se inserem e se afirmam no cenário.

Contudo, por outro lado, o valor político se refaz, ressurgiu na perspectiva do conceito de patrimônio cultural e natural da humanidade e é apresentado na ocasião da realização da XVII reunião da UNESCO, em Paris, no ano de 1972.

Conforme destaca Chuva (2011), a inserção do campo do patrimônio cultural em escala global, que vinha se delineando desde a Segunda Guerra Mundial, alcançou seu ápice com a realização do evento da UNESCO em 1972.

A carta patrimonial de Paris considera que alguns bens culturais e naturais apresentam um interesse excepcional, e, portanto, devem ser preservados como elementos do patrimônio cultural de toda a humanidade, e não mais de apenas um país (KÖHLER, 2019).

No século XX, o patrimônio cultural realmente transitou entre contradições e afirmações de seus valores, entre a necessidade do local e o global, e se relacionou com formas de desenvolvimento das sociedades.

Uma nova visão acerca da relação entre cultura e desenvolvimento passou a ser dominante na agenda de muitas organizações internacionais e multilaterais, em especial na UNESCO, e assim ações globais tiveram repercussão no local (KÖHLER, 2019).

As premissas do desenvolvimento sustentável que concentra estratégias de desenvolvimento sem comprometer o esgotamento dos recursos para as gerações futuras,

foram norteadoras na formulação das políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural.

Na conferência realizada no México em 1985, as diretrizes da carta patrimonial, nominada de Declaração do México sobre Políticas Culturais relacionam o uso econômico de forma sustentável do patrimônio, como uma possibilidade de desenvolvimento social, e o turismo na perspectiva sustentável seria uma destas formas (KÖHLER, 2019).

A formatação de produtos turísticos culturais deve levar em consideração em primeiro lugar, de acordo com Gastal (2008), a percepção das comunidades locais sobre seus bens culturais, sua história e suas memórias, uma vez que o residente do lugar turístico, ao conhecer sua herança cultural é capaz de defendê-la e de propagá-la.

A autora ressalta que estes são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável dos bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade⁵ e cidadania (GASTAL, 2008).

É nesta perspectiva que a participação da comunidade local de forma ativa no processo de patrimonialização de bens culturais passa a ser considerada como prioridade nos planos de desenvolvimento (KÖHLER, 2019).

“[...] a mais ampla participação do indivíduo e da sociedade no processo de criação de bens culturais e na tomada de decisões que concernem à vida cultural, estimula sua difusão e fruição” (KÖHLER, 2019. p. 08).

Com esse processo de ampliação do campo do patrimônio, bem como de seus valores, o valor simbólico emerge, e as características imateriais dos bens e manifestações culturais passam a integrar de forma incisiva o universo dos patrimônios culturais.

Canclini (1994) considera que a compreensão do que seja de fato patrimônio deve ultrapassar a de ideia de bens materiais, em especial de monumentos, suas características intangíveis denotam também grande valor.

[...] o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões “mortas” de sua cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso -, mas também os bens culturais, visíveis e invisíveis, novos artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação [...] (CANCLINI, 1994. p. 92).

⁵ A identidade cultural de acordo com Margarita Baretto (2007) é formada por meio das relações e interações dos indivíduos como núcleo social onde estão inseridos, portanto a afirmação da identidade cultural se dá pelo grau de sentimento de pertença dos indivíduos aos seus núcleos, que podem ser comunidades, cidades, estados ou países.

Para Hartog (2006), os patrimônios são também constituídos de testemunhos. Quer sejam grandes ou pequenos, nossa responsabilidade é de saber reconhecê-los em sua autenticidade, mas além disso, como nossa responsabilidade se encontra engajada em relação às gerações futuras.

A consolidação do patrimônio imaterial enquanto bens patrimonializáveis possibilitou um tratamento especial às culturas que não são dominantes (GRAMMONT, 2006). Muitas memórias subterrâneas⁶ passaram a ter visibilidade como parte integrante das culturas.

[...] que foi feito de tudo isso? Quem ainda encontra pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado, hoje, por um provérbio oportuno? [...] pois qual o valor de todo nosso patrimônio cultural [...] (BENJAMIN, 1987, p.115-116).

No Brasil é somente no ano de 2000, pelo Decreto 35551 daquele ano, que especificam-se as formas de institucionalização de forma oficial dos bens imateriais patrimonializáveis, por meio da instituição de quatro tipos de livros de registro⁷, forma similar como acontece com os bens materiais.

O conceito de valor imaterial adentra o século XXI numa perspectiva de reflexões e possibilidades, caminhando sempre numa linha tênue, num campo sem fronteiras limitantes. A nosso ver, representa possibilidades positivas, olhares plurais, vozes plurais, outras histórias, novas memórias e novos processos de institucionalização.

Neste sentido, para além de decretos e leis, muitos patrimônios se solidificam por estruturas simbólicas, apropriações afetivas das comunidades e dos grupos sociais, portanto muitos espaços populares como os “Mercadões” tornam-se singulares, pois neles estruturam-se e conectam-se relações culturais que condicionam também narrativas históricas e memórias.

Para Chuva (2011), os valores identificados nos bens culturais são atribuições de percepções humanas, portanto não são permanentes. Desta forma “os processos de

⁶ De acordo com Polack (1989) certa lembranças vivem no silêncio, adormecidas, encontram dificuldades de serem narradas por não possuírem reconhecimento e legitimação social.

⁷ Os livros de registros do bem imateriais nacionais são:
 Livro de registro dos saberes;
 Livro de registro das celebrações;
 Livro de registro das formas de expressão;
 Livro de registro dos lugares.

patrimonialização de qualquer bem cultural, de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos relacionados a ele” (CHUVA, 2011, p.18).

Diante desta concepção, o patrimônio define “menos o que se possui, o que se tem e se circunscreve mais ao que somos” (HARTOG, 2006, p.06).

Trata-se, de forma sintetizada, mais de patrimônio local, singular, cheio de peculiaridades e significados particulares, próprios, que objetivam produzir a continuidade para aqueles que lá habitam, portanto, as associações do patrimônio mostram a construção de uma memória que não é dada. Elas abrem à constituição de um universo rico simbólico (HARTOG, 2006).

“É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico” (BOURDIEU, 1989, p.08).

Para o autor, os símbolos são os instrumentos que integram os grupos sociais, possibilitando formas de conhecimento e comunicação que legitimam, de outras formas de poder, para além das formas políticas e econômicas (BOURDIEU, 1989).

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, se for reconhecido [...] (BOURDIEU, 1989, p.15).

Deste modo, o patrimônio faz mediação intangível dos seres humanos com valores, afetos, ideais abstratos, que, de certa forma, como afirma Gonçalves (2000), condiciona também a forma de agir das pessoas

Para o professor Ulpiano Meneses (2012), ao potencializarmos o sentido simbólico do patrimônio, caminhamos para imersão de entendimento do mundo a partir da desmaterialização das relações sociais, o que implica numa multivariada de possibilidades de novas histórias e novas memórias tão importantes quanto as “ditas oficiais”.

Assim, o valor imaterial, simbólico em todas suas nuances, também são instrumentos importantes de patrimonialização de bens culturais, talvez ainda pouco debatidos e reconhecidos, havendo, então, uma emergente necessidade de potencializá-los.

Pensar o patrimônio na sociedade contemporânea, diante de tais considerações, é depararmos com um campo em construção, uma teia que ora aproxima e integra muitos valores e sentidos materiais e imateriais, ora reforça antigos legados.

É pensar o patrimônio não apenas como algo situado num dado tempo ou num espaço estabelecido por pedra, cimento e cal, como apresenta Fonseca (2001) em seu artigo: *Para Além da Pedra e Cal; por uma concepção ampla de patrimônio*, distante e inalcançável, mas também como um processo presente, incessante, conflituoso e interminável de construção e reconstrução do tempo de histórias e memórias.

Ao reportamos estas novas possibilidades à pesquisa acadêmica, muitas questões epistemológicas e quebras de paradigmas passam a nortear as discussões teórico-metodológicas, numa tentativa de equacionar e explicar seus usos e apropriações.

Será que nossas pesquisas têm incorporado este universo plural de concepções? Como e de que forma os valores atribuídos ao patrimônio são abordados? Vamos descobrir...

1.2 Quando assunto é patrimônio e História Pública e turismo, o que se tem pesquisado?

Ao pensarmos, então, na complexidade que exprime o campo de estudos dos patrimônios culturais, muitos desafios podem ser elencados, e um deles é a discussão científica que aborde e evidencie a integração dos seus valores.

Desta forma, por meio do levantamento e análise das publicações em anais de eventos e dossiês⁸ brasileiros de História Pública disponibilizados virtualmente, buscou-se entender se o alinhamento e aprofundamento teórico acerca dos valores materiais e imateriais atribuídos aos patrimônios já acontece ou ainda é um caminho a ser explorado.

O escopo temporal delimitado se dá no período estabelecido entre 2012 e 2021, e pode ser justificado pelo fato de as produções científicas tornarem-se maiores e mais efetivas a partir de 2011 com a criação da *Rede Brasileira de História Pública*, onde a História Pública ganha corpo e alicerce em nível nacional. Como palavras chaves para busca foram delimitadas “patrimônio”, “história pública” e “turismo”.

⁸ Os endereços eletrônicos dos anais dos eventos e dos dossiês analisados estão disponíveis nas referências bibliográficas e documentais.

Além do levantamento quantitativo que resultou na identificação de 48⁹ pesquisas disponibilizadas em formato de artigos científicos e resumos, considerou-se etapa importante, também, a análise dos objetivos das pesquisas como premissas para ampliação de debates e novos olhares para o estudo dos patrimônios. Assim realizamos a leitura de todos os trabalhos identificados, e como resultado desse processo de leitura os dados pertinentes à nossa análise foram compilados em um quadro (1), conforme observado abaixo, o que permitiu melhor compreensão dos elementos estudados.

Quadro1- Publicações de Patrimônio, História Pública e Turismo em eventos de História Pública

Evento	Ano	Quant. de trab.	Tipo de patrimônio	Valores identificados
I Simpósio Internacional de História Pública: A história e seus públicos Realização: Universidade de São Paulo- USP	2012	9 Artigos	9 – Patrimônio Material	Histórico, Estético, Simbólico /Fé, Educacional.
I Simpósio Internacional de História Pública – “Perspectivas para a História Pública no Brasil” Realização: Universidade Federal Fluminense UFF.	2014	2 Artigos	2 - Patrimônio Material	Estético, Arquitetônico.
III Simpósio Internacional de História Pública: História Pública em Debate Realização: Universidade Regional do Cariri URCA-Ceará	2016	14 Artigos	14 - Patrimônio Material	Histórico, Arquitetônico, Estético, Educacional, Econômico.
IV Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública. Realização: Universidade de São Paulo- USP	2018	16 Resumos	15 - Patrimônio material 1 - Patrimônio Imaterial	Arquitetônico- Estéticos, Educacional, Turístico, Histórico.

Fonte: Organizado por PEGORARO, 2021

Iniciamos nosso levantamento pelas publicações na modalidade “trabalhos completos”, do *I Simpósio Internacional de História Pública - USP: A história e seus públicos*, realizado no ano de 2012, sob a coordenação de Sara Albieri (FFLCH-USP).

Nesta compilação, foram identificados 9 (nove) artigos com a temática “patrimônio”, no entanto apenas 1 (um) abordava os três campos pesquisados – Patrimônio, História Pública e Turismo.

Em sua totalidade, os 9 (nove) artigos com a temática “patrimônio” têm como objeto de pesquisa os bens materiais, e em 8 (oito) sua relação com a comunidade conduziu os caminhos de análise. Os principais valores identificados nas pesquisas são: histórico, estético, simbólico relacionado à fé, identidade local e o educacional.

⁹ Diante da quantidade de pesquisas identificadas em nosso levantamento, optamos pela apresentação de apenas algumas como forma de exemplificarmos nossa proposta de estudo.

Outra questão que chama a atenção na análise dos trabalhos diz respeito ao universo espacial, já que 7 (sete) dos nove artigos trabalham com os patrimônios que estão espacialmente situados no espaço urbano, prevalecendo, assim, o valor estético arquitetônico de embelezamento atribuído ao espaço urbano.

Dos nove (9) trabalhos, sete (7) transitam entre as temporalidades de “pioneirismo” e “desenvolvimento da urbanização”, enquanto dois (2) estudos abordam o espaço rural sempre vinculados a uma temporalidade do passado em específico, como, por exemplo, “período da cafeicultura” e da “cana de açúcar”. Destacamos 3 (três) artigos que ilustram de forma clara tais características.

De autoria de Nainôra Maria Barbosa de Freitas e Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa e intitulado “Patrimônio Cultural Religioso em Ribeirão Preto”, o estudo propunha a apresentação dos resultados quantitativos dos bens de natureza material, categorizados como “edificações” e “lugares” de tipologia religiosa urbana, construídos entre 1890 e 1950 e que ainda se encontravam edificadas, mesmo que muito descaracterizados, no que tange ao estado de preservação.

Já o artigo “Memória, Pesquisa e Patrimônio Histórico de Queimados”, desenvolvido por Claudia Patrícia de Oliveira Costa, Nilson Henrique de Araújo Filho, teve como objetivo mapear as condições atuais dos bens culturais municipais e a relação da população de Queimados com o seu patrimônio cultural.

Para inventariar a condição dos bens culturais, as autoras utilizaram a metodologia proposta pelo IPHAN, INRC– Inventário Nacional de Referências Culturais. Para a escuta da comunidade, os autores trabalharam com entrevistas e transformaram-nas em um documento que representou o ponto de partida para a publicização das memórias dos patrimônios identificados, fomentando o debate acerca da escrita da história de Queimados a partir da escuta das pessoas comuns.

Já a pesquisa denominada “Patrimônio e memória familiar: o contexto rural no estado de São Paulo”, de autoria de Lívia Morais Garcia Lima, estudou o patrimônio como espaço turístico educacional, valendo-se da educação patrimonial não-formal para explicar e contextualizar a relação urbano/rural, tanto para jovens como para adultos e idosos, evidenciando as particularidades do valor educacional do patrimônio.

O universo de estudo da autora foi composto por 18 (dezoito) propriedades rurais em regiões diferentes do Estado de São Paulo, sendo essas definidas pelos núcleos regionais das cidades de Campinas, Limeira-Rio Claro, São Carlos-Araraquara, Itu, Mococa- Casa Branca e Vale do Paraíba, que fazem parte de uma *Associação de Fazendas*

Históricas Paulistas, vinculadas à *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP*, em parceria com o *Centro de Memória UNICAMP*.

Como resultado do estudo, foi proposta a disponibilização de um conjunto de instrumentos e de metodologias de gestão, de conservação e de difusão para os responsáveis por esse patrimônio cultural rural. Tanto os proprietários quanto as respectivas instâncias públicas pertinentes à área da cultura, da educação e do turismo foram o cerne da pesquisa, o que demonstra a possibilidade de gestão integrada do patrimônio.

Diferentemente do primeiro evento, no *II Simpósio Internacional de História Pública – “Perspectivas para a História Pública no Brasil”*, realizado em 2014 na Universidade Federal Fluminense (UFF), sob coordenação Ana Maria Mauad, Clarissa Costa Mainardi Miguel de Castro, Juniele Rabelo de Almeida e Ricardo Santhiago, foram encontradas apenas 2 (duas) publicações que contemplam uma das palavras-chave pesquisadas: “patrimônio”, “história pública” e “turismo”.

Ambos os estudos seguem a perspectiva do patrimônio no seu sentido material e como elemento do espaço urbano, e nenhum traz o turismo como uma perspectiva de abordagem. O valor que se destaca na primeira pesquisa é o estético-arquitetônico, já o segundo apresenta a importância da integração de campos do conhecimento para a gestão dos patrimônios, com destaque para a História Pública.

Fabio Paride Pallotta e Luiz Henrique Martim Herrera, ao desenvolverem o artigo *Ícaro de Castro Mello: O (des) tombamento do Bauru Tênis Clube e a descoberta e publicização da arquitetura modernista em Bauru*, objetivaram dar publicidade à história e arquitetura modernista do arquiteto Ícaro de Castro Mello (1913-1986), reconhecido mundialmente por sua especialidade em construções esportivas, concedendo-se destaque à sede social do Bauru Tênis Clube.

A outra publicação, intitulada *História Pública e Arquivologia: Reflexões sobre acervos, patrimônio e memória* discute teoricamente um dos aspectos mais importantes propostos pela História Pública: a importância da interdisciplinaridade. Marcelo Nogueira de Siqueira enfatiza a importância da História Pública como uma possibilidade de divulgação do conhecimento histórico através da multiplicidade de disciplinas e da integração de recursos metodológicos e operacionais, oportunizando uma real possibilidade de diálogo e interação com a disciplina arquivística. Este estudo faz aproximações com a nossa pretensão de discussão sobre História Pública e Turismo, uma vez que apresenta a junção de ferramentas teórico-metodológicas de campos com

perspectivas diferentes para a construção integrada de práticas e conhecimento, como acreditamos que possa acontecer com o Turismo e a História Pública.

No ano de 2016, na Universidade Regional do Cariri-Ceará, aconteceu o *III Simpósio Internacional de História Pública: História Pública em Debate*. Neste evento, identificamos um grupo de trabalho que contemplava nossa tríade estudada, patrimônio, história pública e turismo. Sob coordenação de José Newton Coelho Meneses, Amanda Teixeira da Silva, o “GT 05 - História pública, patrimônio e turismo cultural” reuniu 14 (catorze) trabalhos.

A abordagem do patrimônio segue a mesma lógica de estudo até então analisada, bens materiais localizados no contexto urbano, com valores histórico e arquitetônico-estéticos prevalecendo como objetos de pesquisa, e apenas 2 (dois) trabalhos ampliam os valores para seu sentido educacional econômico, e estes têm objetos de pesquisa diretamente relacionados com a atividade turística.

Um deles é denominado: *O trabalho Educação patrimonial não formal e turismo cultural no contexto rural paulista*, de autoria de Livia Morais Garcia Lima. A autora analisa criticamente os princípios estruturadores das ações de educação patrimonial não-formal realizadas no âmbito do meio rural paulista e voltadas para o público adulto e idoso, provenientes de diferentes classes sociais. Cabe ressaltar que esta pesquisa é continuidade de outra já apresentada no primeiro Simpósio de História Pública em 2012.

O outro estudo, *O patrimônio cultural do Cariri na propaganda turística do século XXI*, apresenta questões relacionadas à memória, à história e suas expressões culturais como importantes ferramentas para a construção de materiais de divulgação, no entanto, problematiza os efeitos negativos do não planejamento da atividade turística sob uma perspectiva de participação endógena, como, por exemplo, a criação de espaços e imagens estereotipadas. Os atores locais desempenham papel estruturante no desenvolvimento equilibrado da atividade. A pesquisa é de autoria José Ítalo Bezerra Viana da Universidade Federal do Ceará.

A última publicação do bloco de eventos pesquisados refere-se ao *IV Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública*. Neste evento, que aconteceu no ano de 2018 na Universidade de São Paulo (USP), nossa delimitação de estudo “Patrimônio, História pública e Turismo” esteve distribuída em 2 (dois) grupos de trabalhos diferentes. Em 1 (um), estavam compreendidos a *história pública e patrimônio cultural* e o outro contemplava a *memória social, a educação não formal e turismo cultural*. Nossa análise fixa-se neste último grupo de trabalho.

No grupo de trabalho *memória social, a educação não formal e turismo cultural* coordenado por Juliana Pedreschi Rodrigues, Livia Morais Lima, Renata Fernandes e Samanta Quadrat, foram compilados um total de 16 (dezesesseis) resumos científicos que se relacionavam com a história pública e turismo. Mesmo o patrimônio estando desvinculado deste grupo de trabalho, três trabalhos ainda tinham como abordagem os patrimônios culturais como objeto de estudo, contemplando assim o foco de nossas análises.

Neste bloco de apreciações foi possível identificar de forma bastante recorrente os bens materiais distribuídos principalmente na trama urbana e uma continuidade de prevalência dos valores arquitetônicos estéticos. De forma pontual, o valor turístico e educacional é apresentado como possibilidade de preservação e manutenção do valor histórico do patrimônio, e, pela primeira vez, é identificado o patrimônio em sua perspectiva imaterial.

O artigo desenvolvido por Carolina Bárbara Reis, denominado de *Turismo, História Pública e visitas guiadas nas fazendas do “vale do café”* tinha como objetivo identificar de que forma a história de tais espaços circula entre os visitantes, na tentativa de entender como a história é consumida e absorvida fora da academia. A autora apresenta o turismo como ferramenta de disseminação de informação e de conservação patrimonial.

O próximo trabalho do GT *Memória social, a educação não formal e turismo cultural*, ora apresentado, abordou o turismo em sua vertente comunitária, intitulada: *No batuque das águas do Caxambú – RJ: interpretação do patrimônio para turismo de base comunitária*¹⁰, onde foi realizado o levantamento dos bens tanto materiais quanto imateriais da comunidade de forma participativa, com o intuito de delimitar ferramentas de desenvolvimento da atividade turística baseadas nas premissas do turismo de base comunitária.

De acordo com a autora do trabalho em questão, Patricia de Souza Lima, ao respeitarmos os sujeitos com seus discursos múltiplos, a interpretação do patrimônio passa a ser entendida como uma ferramenta educativa de significação de bens locais e manifestações culturais.

¹⁰ O turismo de Base comunitária é modelo de desenvolvimento turístico orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação, por parte dessas, dos benefícios advindos da atividade turística (MTUR, 2008).

Já um terceiro estudo selecionado no neste mesmo grupo de trabalho relata o projeto *Oficina de turismo social para terceira idade, Viver São Paulo*, da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP, que, dentre vários objetivos elencados, procura promover a interação dos participantes com o patrimônio cultural e natural e o ambiente urbano, como forma de rememoração.

No mesmo sentido de levantamento e análise de nossa temática, mas sob uma nova perspectiva, os dossiês de História Pública passam a conduzir o foco de nossas observações como pode ser observado no quadro 2.

Quadro 2- Dossiês de História Pública em Revista e Periódicos

Dossiês de HP em Revistas e Periódicos	Ano	Quant. de trab.	Tipo de patrimônio	Valores identificados
Revista Estudos Históricos	2014	1 Artigo	1 Patrimônio Material	Histórico
Revista Resgate	2014	-	-	-
Revista Transverso	2016	-	-	-
Tempo e Argumento	2016	2 Artigos	1 Patrimônio material	Histórico, Educacional.
Revista Observatório	2017	1 Artigo	1 Patrimônio material	Histórico, Educacional
Revista Nupem	2019	1 Artigo	1 Patrimônio material	Histórico, Político.
História hoje	2019	1 Artigo	1 Patrimônio material	Educacional
Revista Canoa do Tempo	2020	-	-	-
Revista História Oral	2021	1 Artigo	1 Patrimônio imaterial	Histórico, Simbólico / Identidade e Pertença

Fonte: Organizado por PEGORARO, 2021

Assim, as investigações partem das publicações do ano de 2014 dos periódicos *Revista Estudos Históricos* e da *Revista Resgate*, organizados por Luciana Heymann, Marco Aurélio Vannucchi, Paulo Fontes e Ricardo Santhiago, respectivamente.

Apenas na primeira revista uma publicação foi identificada, intitulada *Um imaginário pós-industrial? A popularização do patrimônio industrial no Ruhr e a representação de sua identidade regional*. Os autores Stefan Berger, Christian Wicke fazem a apresentação e problematização do patrimônio industrial a partir do exemplo de Ruhr na Alemanha. Promovem ainda reflexões importantes acerca dos desdobramentos históricos do patrimônio industrial e suas tendências.

Do mesmo modo que as publicações realizadas nos eventos inventariados, as pesquisas com publicações em periódicos e revistas se encaminham para o mesmo viés de abordagem, os estudos do patrimônio em sua perspectiva material, para além do valor histórico que é intrínseco ao bem, o valor estético arquitetônico também continua se destacando.

No ano de 2016 foram selecionadas os periódicos *Revista Transverso* e *Tempo e Argumento*, contudo, assim como no primeiro levantamento, apenas uma delas apresentou trabalhos com a temática em questão. O dossiê *História Pública* da Revista Tempo e Argumento - estruturado por Rogério Rosa Rodrigues e Márcia Ramos de Oliveira - trouxe 2 (duas) pesquisas internacionais na sua edição.

O primeiro estudo expõe uma experiência didática efetuada no contexto de um Projeto de Inovação Docente, onde se configurou uma Página da Internet, *Patrimônio, Sociedade e Educação*, como ambiente virtual de aprendizagem, tendo em vista contribuir para a recuperação do patrimônio histórico-educativo. Os autores da pesquisa são Magdalena Jiménez Ramírez e Francisco José Del Pozo Serrano e o artigo é intitulado *Memória, patrimônio educativo e espaços virtuais de aprendizagem: Uma experiência na Universidade de Granada*.

O segundo estudo, denominado *Monumento Estela de Luz: disputas em torno dos usos públicos da história do bicentenário de Sebastián Vargas Álvarez, no México*, promove uma discussão bastante pertinente sobre os usos da história em espaços públicos, a partir da vinculação destes espaços à monumentos de figuras públicas.

Os dois estudos, ao expressarem a importância de olhares plurais para os usos do patrimônio, destacam que o valor educacional quando ao patrimônio também atribuído, pode promover e estimular o conhecimento.

No que diz respeito à referência temporal de 2017, o dossiê de História Pública selecionado na *Revista Observatório* - coordenado por Fagno da Silva Soares e Marta Gouveia de Oliveira Rovai - tem publicado somente um artigo sobre a temática selecionada. Intitulado: *A Prática Extensionista e Educação Patrimonial: Esforços em Prol de uma História Pública* trata das possibilidades de perceber ações extensionistas universitárias enquanto via para a construção coletiva e plural do conhecimento histórico.

Nesta publicação, de autoria de Cícera Patrícia Alcântara Bezerra, Jucieldo Ferreira Alexandre, Priscilla Régis Cunha de Queiroz, fica evidente a importância do valor educacional desempenhado pelos patrimônios.

No ano de 2019, o levantamento foi realizado na compilação de trabalhos de História Pública da *Revista Nupem*, organizado pelos professores Ricardo Marques de Mello e Michel Kobelinski, e identificado 1 (um) trabalho, e na revista *História hoje*, apresentada por Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida, e foi selecionado também, apenas 1 (um) trabalho.

Na *Revista Nupem*, as pesquisadoras Leticia Brandt Bauer e Viviane Trindade Borges, do trabalho denominado *O Patrimônio Cultural e a História Pública: observações sobre os embates contemporâneos*, problematizam os processos muitas vezes cruéis de imposição daquilo que deve ser preservado e rememorado, analisam casos ocorridos no Brasil nos últimos cinco anos, apresentando como preservar e despertar o sentimento de identidade que aparecem como premissas inerentes ao que foi instituído como patrimônio cultural.

No entanto, as tensões e os conflitos que escapam do controle do poder público apresentados pelas autoras ilustram as instabilidades dentro desta perspectiva de seleção e de institucionalização de patrimônios baseada em uma visão linear hegemônica de narrativas.

Por fim, as autoras evidenciam a História Pública como espaço de mediação e canal de debates e diálogos sobre patrimônio cultural. Talvez a potência do trabalho das autoras esteja justamente em incluir as intervenções do presente na discussão acerca da produção de sentidos históricos empreendida por órgãos públicos, voltados à seleção e preservação de bens qualificados como históricos e culturais.

A pesquisa se destaca na nossa análise por ser a única até o momento a problematizar o valor político atribuído ao patrimônio, por vezes soberano e, desta forma, conduz-nos a debates sobre possíveis situações de conflitos e tensões com as quais o estudo dos patrimônios pode defrontar-se.

Já a pesquisa selecionada na revista *História Hoje* denominada *Educação Patrimonial e Ensino de História nas áreas metropolitanas*, teve como objetivo refletir como o ensino de história pode qualificar as atividades educativas do campo do patrimônio cultural e como este, por sua vez, pode colaborar para aprimorar o entendimento de certos conteúdos de história para os grupos que vivem em áreas metropolitanas, em contextos culturais diferenciados. Mais uma vez a importância do valor educacional do patrimônio é reforçado.

No ano de 2020, o periódico selecionado para estudo, *Revista Canoa do Tempo*, não teve publicações que abrangessem nossa temática.

Desta forma, nosso segundo bloco de levantamentos e análises se completa com a identificação do artigo: *Vai ter excursão? – Futebol de várzea, lazer popular e patrimônio cultural em Belo Horizonte (anos 1940-1980)*, de Raphael Rajão Ribeiro, no dossiê apresentado por Ricardo Santhiago e Bernardo Borges Buarque de Hollanda da *Revista História Oral*, edição 2021.

O autor da pesquisa examina a importância da realização de excursões por clubes de futebol de várzea de Belo Horizonte e sua inserção em uma cultura esportiva popular, assim como suas relações com o lazer entre populações da periferia da capital mineira entre os anos 1940 e 1980. Afirma ainda que estas relações são patrimônio imaterial. O valor simbólico aqui identificado atesta sua contribuição para a institucionalização de bens imateriais.

Diante do cenário apresentado, mesmo não encontrando nenhum trabalho que contemplasse os mercados públicos como objeto de estudo, tanto na sua materialidade quanto nos seus aspectos imateriais, constata-se que, de fato, os patrimônios e os bens culturais são importantes objetos de pesquisa que auxiliam na construção das narrativas históricas das sociedades. Os bens materiais no espaço urbano são prioridades ainda de pesquisas sobre o patrimônio, de forma que seu valor arquitetônico e estético de monumentalização conduzem na maioria dos trabalhos os caminhos de estudos.

O monumento assegura, sossega, tranquiliza, ao conjurar o ser do tempo. É garantia das origens e acalma a inquietude que gera a incerteza dos princípios. Desafio a entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, o monumento procura apaziguar a angústia da morte e da aniquilação (CHOAY, 2017, p.18).

No entanto faz se necessário ampliarmos os horizontes de reflexões e análises. Desta forma, em uma breve possibilidade de conexões e comparações, selecionamos no

campo do turismo publicações científicas, assim como na História Pública, disponibilizadas virtualmente no formato de artigos completos e de resumos, dos anais de um dos mais importantes e relevantes eventos da área, realizado anualmente pela *Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo* (ANPTUR), e do periódico *Cultura e Turismo – CULTUR*, que possui vinculações com o Programa de Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia.

A delimitação do escopo temporal aconteceu diferentemente do primeiro levantamento realizado na História pública, no Turismo fixamos os últimos três (3) anos, 2020, 2021, 2022, em função do período pandêmico houve um significativo aumento na produção e publicação de trabalhos científicos no campo do turismo, deste modo consideramos suficiente o referido recorte para que pudéssemos de forma qualitativa estabelecer as relações necessárias entre os campos teóricos acerca do nosso objeto de estudo.

Quanto às palavras-chave para busca, inicialmente foram utilizadas as mesmas da primeira etapa (“patrimônio”, “história pública” e “turismo”), no entanto, houve a necessidade de alteração pelo pouco ou nenhum trabalho encontrado com estes termos, assim ampliamos para turismo cultural, turismo e patrimônio cultural e turismo histórico.

Quantitativamente foram encontrados em todo o universo temporal pesquisado quinze (15) trabalhos, dos quais a grande maioria - dez pesquisas (10) - tem o patrimônio cultural material como objeto de estudos ou ainda os bens culturais não oficializados como patrimônio, conforme apresentado no quadro 3, e em comum todos os trabalhos demonstram a importância dos elementos culturais como importantes atrativos ou produtos turísticos.

Quadro 3- Trabalhos identificados no evento da ANPTUR.

Evento	Ano	Quant. de trab.	Tipo de patrimônio	Valores identificados
XIX Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - ANPTUR “Anptur 20 anos: passado, presente e futuro da pesquisa em turismo no Brasil” Recife – UFPE	2022	3 Artigos	1- Patrimônio Imaterial 2 - Patrimônio material\ bem cultural\ turismo cultural	Histórico, Estético, Simbólico /Fé, Educacional, Econômico.

XVIII Seminário ANPTUR "Resiliência e enfrentamento de crises no turismo". Realizado em formato remoto	2021	6 Artigos	1 - Patrimônio Imaterial 5-Patrimônio Material\ turismo cultural	Estético, Arquitetônico.
XVII Seminário Da ANPTUR Webseminário. Realizado em formato remoto	2020	6 Artigos	2 - Patrimônio Imaterial 4-Patrimônio Material\ turismo cultural	Histórico, Arquitetônico, Estético, Educacional, Econômico.

Fonte: Organizado por PEGORARO, 2022.

Dos trabalhos identificados no ano de 2022, destacamos a pesquisa denominada: *Turismo Cultural e Turismo de Base Comunitária: uma análise da produção científica brasileira durante a pandemia no período de 2020-2021*, pois promove aproximações e alinhamentos teóricos metodológicos de entendimento da atividade turística, no mesmo sentido dos nossos objetivos de pesquisa.

Os autores, Paula Louise Fernandes Silva, Fádua Dâmaris Abreu Veloso e Ricardo Pacheco da Silveira, ao delimitarem como objetivo geral tecer discussões a partir das produções brasileiras acerca das temáticas do Turismo Cultural e do Turismo de Base Comunitária publicadas entre 2020 e 2021, instigam o debate sobre as potencialidades do desenvolvimento do turismo pelo viés participativo, mas proporcionam também reflexões sobre os fatores limitantes para esse desenvolvimento.

No ano de 2021, foram identificados seis (6) trabalhos, dos quais cinco (5) caminharam também pela materialidade do patrimônio enquanto produtos turísticos, e assim, para valores dominantes como os estéticos, paisagísticos, além do econômico. Entretanto, a pesquisa *Saberes e Fazeres populares em Alagoas: potencialidades do artesanato para um turismo de valorização cultural*, de autoria de Mariana Magalhães Cavalcante, buscou apontar o artesanato do estado de Alagoas como rico patrimônio cultural material e imaterial a ser trabalhado enquanto atrativo turístico alternativo ao consolidado turismo de sol e praia. Conforme descreve a autora, o artesanato alagoano tem potencial favorável ao desenvolvimento de outras segmentações turísticas que possam melhor valorizar esses patrimônios.

Em 2020, as pesquisas selecionadas seguem o mesmo viés de abordagem que os anos posteriores, foram identificadas também apenas seis (6) artigos que contemplam a temática estudada. O trabalho que se destaca em função das reflexões apresentadas tem

como título *Roteiro do vinho em São Roque: relações entre o lazer, o turismo e a participação sociocultural* de autoria de Tamiris Martins da Silva e Edmur Antônio Stoppa.

A pesquisa buscou entender como acontecem as relações entre turismo e a participação sociocultural proporcionada pelas atividades de lazer disponibilizadas pelo roteiro enogastronômico. Por meio de entrevistas com empreendedores, turistas e comunidade, os pesquisadores puderam entender como os usos dos equipamentos de lazer dispostos ao longo do percurso são apropriados por estes três agentes, e ainda identificar pontos positivos e negativos dessas apropriações.

As pesquisas identificadas nos anais dos eventos da ANPTUR trazem na maioria de suas abordagens o patrimônio cultural a partir de seu entendimento como produtos turísticos, deste modo o viés econômico conduz a perspectiva do campo de estudos. No entanto, apesar de o viés estruturante das pesquisas ser o econômico, é por meio dele que se afloram outros olhares a outros elementos e valores dos patrimônios. Neste sentido, o desenvolvimento do turismo é apresentado sob um olhar de engajamento e articulação de todos os agentes pertencentes ao processo de preservação cultural.

Após o levantamento e análise das pesquisas sobre a temática estudada nos anais dos eventos realizados pela ANPTUR, realizamos o levantamento das possíveis publicações nos volumes do Periódico *Cultura e Turismo* – CULTUR. O periódico disponibiliza dois volumes anualmente, um em cada semestre do ano. Nos seis (6) volumes pesquisados foram identificados, apenas oito (8) artigos completos com as palavras chaves como observado no quadro 4.

Quadro 4 - Publicações no Periódico Cultura e Turismo – CULTUR

Revista CULTUR- Cultura e Turismo	Ano	Quant. de trab.	Tipo de patrimônio	Valores identificados
CULTUR, Nov. (2022) v. 16 n. 2 ISSN: 1982-5838	2022	1 Artigo	1 Patrimônio Imaterial	Histórico Econômico
CULTUR, Abr (2022) v. 16 n. 1 ISSN: 1982-5838	2022	2 artigos	1 patrimonio Imaterial- 1 Patrimônio Material\ turismo cultural	Histórico Econômico Afetivo
CULTUR, Nov. (2021) v. 15 n. 2 ISSN: 1982-5838	2021	2 artigos-	1 patrimônio Imaterial- 1 Patrimônio Material\ turismo cultural	-histórico Econômico

CULTUR, Mai (2021) v. 15 n. 01 ISSN: 1982-5838	2021	1 Artigos	1-Patrimônio material\ imaterial	Histórico, Econômico
CULTUR, Nov. (2020) v. 14 n. 02 ISSN: 1982-5838	2020	1 Artigo	1- Patrimônio Imaterial	Histórico, Educacional
CULTUR, Mai. (2020) v.14 n. 01 ISSN: 1982.5838	2020	1 Artigo	Patrimônio material	Histórico, Político.

Fonte: Organizado por PEGORARO, 2022.

Mesmo diante das poucas publicações encontradas, apenas oito (8), destacamos que, de todos os locais pesquisados, tanto na História Pública quanto no Turismo, a CULTUR é o espaço científico que o campo imaterial do patrimônio aparece mais frequentemente: 50% das publicações abordam a temática.

As duas edições do periódico no ano de 2022, totalizam três (3) publicações. O artigo *O turismo cultural em Paulino Neves (MA): narrativas locais como estratégia de divulgação* expressa a importância das fontes e narrativas locais, e como o turismo cultural pode fortalecer o imaginário popular de uma comunidade.

Os autores Patrício Câmara Araújo, Fernanda Carvalho Brito, Gillyenne Nascimento Silva consideram que a participação popular no desenvolvimento da atividade turística é um caminho decisivo para a manutenção da identidade cultural e de muitos bens culturais.

Ao entendermos que a cultura promove processos dinâmicos entre muitos grupos sociais, e não estáticos, desprovidos de mudanças, caminhamos para uma necessidade de construção compartilhada de atividades com significados plurais e agentes diversificados como na atividade turística. Desta forma, o turismo deve contemplar tais perspectivas no seu planejamento e desenvolvimento.

No ano de 2021, foram identificados também três (3) artigos no periódico selecionado, dois (2) abordaram os patrimônios em seu âmbito material, no entanto na publicação *Comidas típicas da cidade de Lavandeira (TO): um resgate do patrimônio cultural imaterial e material como potencial do turismo gastronômico nas Serras Gerais/To*, os autores Ana Cláudia Leal Trindade, Aline Alves Ribeiro, Willian Douglas Guilherme, teceram discussões pertinentes sobre a importância um olhar mais atencioso para o processo de patrimonialização de bens culturais imateriais.

Conforme discorrem no trabalho, o âmbito imaterial em muitos casos é subjugado e negligenciado em relação aos bens móveis e imóveis que constituem o universo de patrimonialização. Valendo-se do exemplo do saber fazer das comidas típicas do município de Tocantins, os autores da pesquisa questionam possíveis motivos e empecilhos ligados à identificação e seleção destes patrimônios por seus agentes mediadores, incluindo neste contexto os membros das comunidades.

No último bloco de identificação e seleção de pesquisas na CULTUR, correspondente ao ano de 2020, foram encontrados 2 artigos, e destacamos o trabalho que busca no turismo a possibilidade de afirmação do patrimônio imaterial. Intitulado: *O festejo da abolição na comunidade quilombola Dona Juscelina, Muricilândia-To: o olhar contemporâneo do turista e o patrimônio imaterial* de autoria de Khalla Ribeiro Tupinambá, Kênia Costa Gonçalves e Arystóteles Borges Chaves.

A pesquisa teve como objetivo investigar as representações do patrimônio imaterial da comunidade quilombola, por meio de um evento que acontece em comemoração à abolição do festejo da abolição. A partir da percepção dos atores sociais envolvidos no festejo: turistas, mestres e organizadores buscaram entender como acontecem as relações entre os atores sobre o legado patrimonial quilombola.

Diante do cenário apresentado, foi possível identificar iniciativas de conexões teórico-metodológicas entre a História Pública e o Turismo, ainda que de forma tímida. Na História Pública, mesmo que a materialidade dos patrimônios ainda estruture a maioria dos trabalhos, e o valor econômico dos bens culturais seja o alicerce nas pesquisas em Turismo, consideramos que é por meio dos entendimentos e análises de suas causas e efeitos que caminhamos para novas abordagens, perspectivas e reflexões.

Integrar novas práticas ou campos científicos no processo de se fazer História e de fazer Turismo, incorporar diálogos e promover espaços colaborativos podem oportunizar e evidenciar as singularidades culturais de uma comunidade, por exemplo.

Neste sentido, acreditamos que a perspectiva multidisciplinar possa promover o compartilhamento e a colaboração na produção do saber, novos olhares que promovem novos debates e novas formas de produzir e fazer história.

1.3 História Pública e Turismo: a multidisciplinaridade em prol da construção do conhecimento numa perspectiva plural.

O universo de entendimentos e proposições de definições, diante de muitas especificidades e particularidades do que seja História Pública, tem mais tempo “reflexivo” em nível internacional se comparado com nosso país.

Nos Estados Unidos, desde a década de 1970, a partir de uma demanda relacionada à empregabilidade e função do historiador para além da academia, Robert Kelley (1978) considera que o historiador também pode desenvolver um papel de consultor, um profissional, um membro de uma equipe. De acordo com o autor, existem muitas circunstâncias onde os interesses intelectuais de historiadores acadêmicos e as necessidades do público não acadêmico fluem naturalmente juntos (KELLEY, 1978).

Na França (ROUSSO, 1984) e na Inglaterra (LIDDINGTON, 2011), o debate sobre História Pública surge por meio de práticas já realizadas de História. O que nos conduzem a pensarmos quais públicos a História tem.

No entanto, no Brasil a História Pública tem promovido debates e reflexões somente há pouco mais de uma década, no que tange a novas possibilidades de produção de conhecimento histórico e historiografias, com premissas que oportunizem pensar a relação do saber acadêmico e outros públicos de formas diversas.

Ao nos propormos tecer discussões sobre a História Pública, muitas nuances nascem, no sentido de quais caminhos seriam necessários seguir para uma produção de conhecimento histórico e novas historiografias, diferentemente daquela forma tão arraigada na universidade.

Talvez uma lacuna bastante evidente nos debates e embates teóricos de História Pública, embora proporcionalmente controversa, seja a busca de uma definição que compreenda todas as dinâmicas e particularidades de suas práticas possíveis.

Cauvin (2020), ao levantar alguns questionamentos bastante pertinentes a respeito desta questão, conduz-nos a uma reflexão de que talvez - mais importante do que a tentativa de uma definição do que seja “história pública” - o espaço de conexão entre os diversos sujeitos, públicos e fontes seja mais elementar: “mais do que uma definição final, definitiva e única de História Pública, o que precisamos são debates, trocas e colaboração, informações sobre o que a História Pública pode se tornar” (CAUVIN, 2020; p.11).

No mesmo sentido Jill Liddington (2011), ao considerar que a tentativa de definir

a história pública em poucas possibilidades seja um campo escorregadio, o que nos indica que sua delimitação subtrairia algumas conexões com outros campos.

Então, um caminho relevante talvez seja o que Hilda Kean (2018) sugere, de não nos perguntarmos o que é, mas de nos questionarmos onde é possível fazer história pública.

Desta forma, o entendimento do processo de “feitura” seria um elemento fundamental, estruturante na História Pública, pautado no estabelecimento de um espaço dialógico, plural e multidisciplinar.

Porque o processo de aprender não começa no saber o conteúdo, mas no processo de aceitar que o que o outro tem a dizer pode ser importante para sua compreensão das coisas. Neste processo, historiadores acadêmicos terão o que ensinar, mas também o que aprender no sentido de perceber que o conhecimento histórico não lhes pertence. Se são conhecimentos diferentes, certamente, mas nunca devem ser diminuídos ou aumentados uns com relação a outros. Mas discutidos (FAGUNDES, 2017, p. 09).

Assim, as metáforas utilizadas por Cauvin (2020) e por Jill Liddington (2011) representam muito bem tanto a amplitude, quanto a conexão estabelecida no universo de abordagens possíveis que a História Pública pode promover.

A representação de uma árvore e de um guarda-chuva ilustram que um espaço colaborativo, múltiplo em saberes e fazeres, pode ser terreno fértil na concretização de novas formas de produção e disseminação da história.

Podemos associar todas essas características a uma mudança de pensamentos e paradigmas de quem são os responsáveis pela “história”, a forma como são retratadas e apresentadas as narrativas, como ela alcança as audiências, como o seu acesso se dá, entre outras tantas questões. De acordo com Almeida e Rovai (2013), a academia deve levar em consideração esses pressupostos a fim de colaborar para uma história mais humana e democrática.

As reflexões teóricas e as experiências em torno desse tema devem sempre ser alimentadas e orientadas por algumas questões importantes: qual é o campo da história pública e quais são os seus atores? A quem cabe a preservação e o controle sobre as informações históricas? (ALMEIDA; ROVAI, 2013, p.05)

Diante então destas premissas, torna-se bastante oportuno dizer que a História Pública, assim como sugere Santhiago (2016), tem de fato muitos significados, e, para além de muitos significados, várias possibilidades – história *para* o público, *com* o público, *pelo* público e ainda história *e* público. Nesta perspectiva cabe destacar a multidisciplinaridade da História Pública.

Meneses (2016) considera a história pública como uma promotora do engajamento de diversos atores e o estabelecimento de um espaço dialógico plural, de forma que várias audiências, entre eles, profissionais ou não, possam fazer parte do processo de construção da história de forma conjunta.

[...]Convencionamos chamar de “História Pública” um conjunto de interpretações sociais da vivência histórica e dos sentidos historiográficos construídos para compreensão dessa vivência. Esse repertório interpretativo é feito por ampla gama de sujeitos (não apenas historiadores e cientistas sociais) [...] (MENESES, 2016, p. 327/28 grifo nosso).

Ao pensarmos a História Pública como um campo do conhecimento que trabalha com a História não mais de forma isolada e nem numa perspectiva de linearidade, outros atores sociais e campos do conhecimento tornam-se importantes elos que, juntos, estabelecem uma rede de compartilhamento.

Está instalado, então, “um espaço de diálogo vigoroso e interdisciplinar – entronizado no campo da História, mas ramificado para outras áreas como a Educação, a Comunicação, os Estudos do Patrimônio [...]”. É um espaço de agregação (SANTHIAGO, 2016, p. 26). E por que não o Turismo?

Apresentando-se como campo diverso e plural, a História Pública dialoga de forma bastante próxima com o Turismo. Além de terem objetos de pesquisa em comum, como são os patrimônios e os bens culturais, algumas concepções teóricas alinham-se, em especial no que tange ao planejamento participativo da atividade turística.

De acordo com Meneses (2006), a proximidade teórico-metodológica dos dois campos científicos pode ser expressa pela forma como as duas áreas do saber dão tratamento ao objeto histórico:

Historiadores e turismólogos, assim, comungam de espaços fronteiriços e de interdisciplinaridade no atendimento de uma demanda por consumo de serviços e produtos que configuram bens culturais a serem apreendidos, documentados, preservados e comunicados (MENESES, 2006 p.13).

Da mesma forma como se propõe o compartilhamento das responsabilidades, do conhecimento e dos saberes pela História Pública, o planejamento participativo do Turismo objetiva promover:

Um olhar atento sobre o território, sua história, sua gente, suas demandas e a busca permanente pelo encontro de um equilíbrio entre os diferentes interesses envolvidos no desenvolvimento do turismo: os interesses dos turistas, dos comerciantes, dos governos, da população em geral. O espaço não é um palco para a ação deliberada dos atores hegemônicos [...] (CRUZ, 2006, p.08).

No planejamento participativo do Turismo, a inserção de novos sujeitos e grupos sociais também são ferramentas importantes na construção de ações, haja vista que entender melhor as experiências e necessidades sociais permite a construção de novas realidades.

O planejamento do turismo, seja ele numa escala regional ou local, não se dá sobre um espaço “plano” e vazio”, um receptáculo puro e simples de nossas ações. Ao contrário, este planejamento se dá sobre um espaço concreto, herdado, histórica e socialmente construído, e que, portanto, tem de ser considerado pela política pública e pelos programas e projetos que dela derivam. O desenvolvimento do turismo deve ser um projeto construído coletivamente e não uma resposta a interesses particulares, de grupos sociais específicos (CRUZ, 2006, p.7).

A importância da descentralização, bem como da democratização dos saberes, estabelece outros pontos em comum entre Turismo e História Pública. As diferenças tornam-se atrativas, contudo, emerge a necessidade de estruturas de articulação e mediação do processo de saber fazer como convencionamos “rede de compartilhamento” - já que as tensões e os conflitos também são constituintes no processo.

Na atividade turística, as diferenças e as tensões certamente influenciam na vida e desenvolvimento de seus povos de diversas formas, são diversos contextos sociais, políticos e históricos, geográficos e econômicos que interferem diretamente nas motivações e expectativas com relação ao próprio processo de desenvolvimento da atividade. No entanto, são os próprios agentes sociais que, estimulados e engajados, devem decidir o que fazer, como fazer e a quem dirigir tais ações (GÂNDARA; TORRES; LEFROU, 2005).

Neste mesmo sentido, na História Pública Marcelo Abreu (2021) - em artigo relatando e contextualizando o processo de produção de um documentário na favela da Maré – RJ, também descreve a importância da articulação e mediação:

“De dentro” e “de fora”¹¹ são categorias definidas na interação entre moradores “crias” e não moradores da favela, durante a produção do documentário essas condições se provariam necessárias e difíceis. É um produto de tensão entre a coordenação da rede e a equipe realizadora [...] acerca do controle e autoridade da narrativa que se desejava traduzir em filme. Promovemos uma série de encontros, reunimos direção, pesquisadores de “dentro” e de “fora”, coordenação [...] para discutir o argumento, o processo de pesquisa, o uso do acervo local etc (ABREU, 2021, p.85-86).

¹¹ O Autor Marcelo de Abreu, em seu artigo *Fazendo história em comum: divulgação histórica, exposição, documentário e história pública*, (2021) utiliza das expressões os “de dentro” e os “de fora” para contextualizar todas as tensões e conflitos estabelecidos diante da escolha das narrativas históricas a serem abordadas no documentário pelos grupos de moradores locais da comunidade, e o grupo multidisciplinar de profissionais.

É possível então vincularmos o processo de planejamento a partir de uma percepção diferente, onde os recursos turísticos - neste caso os bens históricos culturais - possam ter tratamento de construção histórica dinâmica onde seja possível promover a inclusão identitária e social de quem participa ativamente da atividade (MENESES, 2006).

O compartilhamento no processo é o viés que conduz à produção do fazer, seja na História Pública ou no Turismo. Dentre os vários pontos em comum nas aproximações teóricas apresentadas aqui, o espaço dialógico, colaborativo, pautado na pluralidade, de atores, narrativas, saberes, fontes e conhecimentos, são o cerne da relação de produção de conhecimento e informação, que não se finda e nem se esgota. Há ainda novas pretensões de discussões.

CAPÍTULO 2

A CIDADE DE CAMPO MOURÃO E A CONSTITUIÇÃO DE HÁBITOS URBANOS

Assim como na maior parte dos municípios de pequeno e médio¹² portes, em Campo Mourão os patrimônios culturais estão relacionados a sua fundação e sua colonização, ou seja, vinculam-se a uma narrativa histórica de pioneirismo, principalmente com espaços e personagens de relevância política e social. Campo Mourão não se diferencia deste universo, no entanto ele é expandido de forma bastante enfática para uma outra narrativa que se conecta com configuração urbana da cidade, principalmente no percurso do tempo que perpassam as décadas de 1950, 1960 e 1970.

A vontade de pujança urbana, aliada a potencialidades territoriais, condiciona adjetivos e ideais de desenvolvimento ao município. Neste escopo temporal, Campo Mourão foi “município modelo” do Estado do Paraná, considerada *Cidade Centro do Progresso* e a futura Capital do Estado¹³.

Nesta perspectiva de desenvolvimento do município, com características de “Cidade Grande”, são inseridos, instalados, adaptados e reformados muitos elementos arquitetônicos, urbanísticos e de lazer que, ao longo do tempo, se afirmaram emblematicamente enquanto identidade cultural mourãoense.

Alguns elementos não resistiram ao tempo e ficaram na memória de muitos grupos sociais da cidade, outros se transformaram em patrimônio histórico do município, seja na sua perspectiva institucionalizada, ou pela forma de apropriação cotidiana e afetiva da comunidade.

Representando de tal modo símbolos culturais locais, os usos públicos dos bens culturais do município se dão pelo desenvolvimento de atividades culturais, educacionais, de lazer e entretenimento e atividades comerciais, conferidos não somente pelos residentes, mas por visitantes e turistas, uma vez que também são atrativos turísticos da cidade, como pode ser observado no mapa turístico da Cidade (Figura 2).

¹² Não há um consenso na delimitação de parâmetros para definição do que seja pequeno e médio município, no entanto apoiamos-nos nos postulados estabelecidos pelo IBGE (1999), que considera pequeno município até 20 mil habitantes e médio município 100 mil habitantes.

¹³ Esses adjetivos associados a cidade de Campo Mourão, são também títulos de obras historiográficas dos autores Pedro Da Veiga (1999) e Irineu Brzezinski (1975).

Figura 2 - Mapa Turístico de Campo Mourão.



Fonte: GUIA TURÍSTICO DE CAMPO MOURÃO, 2022.

Autoria: NIGRO, 2022.

Desta forma, o presente capítulo tem como objetivo apresentar os principais elementos arquitetônicos, urbanísticos e de lazer que se tornaram ao longo do tempo bens culturais materiais e imateriais do município de Campo Mourão, no Paraná.

Para tanto, recorreremos à historiografia desenvolvida pelos principais historiadores e memorialistas municipais, que, para além de contemplarem com efetividade a delimitação temporal da pesquisa, fornecem em suas obras informações pertinentes também a outras temporalidades que contextualizam desde o desbravamento da região, onde está inserido o município, até sua contemporaneidade.

2.1 Entre o passado e o presente: O patrimônio Histórico-Cultural da cidade de Campo Mourão.

Nos primeiros anos de efetiva municipalização, período compreendido pelo final da década de 1940 a meados da década de 1950, Campo Mourão não tinha ainda uma administração pública contínua que viabilizasse a resolução de muitas questões inerentes ao cotidiano urbano de uma nova cidade, como, por exemplo e principalmente, a infraestrutura urbana mínima ao desenvolvimento pleno municipal (VEIGA, 1999).

Havia apenas inseridos na rudimentar trama urbana alguns serviços básicos de utilidade pública, que estavam aquém dos essenciais, como informa Veiga (1999): uma casa escolar, uma delegacia de polícia com cadeia e prefeitura municipal, uma igreja paroquial, uma praça, e diversas casas de madeira.

A prioridade do período histórico era de fato a fixação da sede urbana do município de Campo Mourão, bem como sua organização espacial e territorial, haja vista que um dos principais problemas se relacionava à delimitação e à legalização da posse de terras (VEIGA, 1999).

Deste modo, após a efetivação do primeiro pleito eleitoral¹⁴ do município no final de 1947, o então eleito prefeito Pedro Viriato de Souza Filho assume cargo com a missão de organização social e espacial da cidade.

De fato, a partir de então o município inicia seu desenvolvimento urbano. No plano da administração pública, os equipamentos e infraestruturas urbanas alinham-se com ideais desenvolvimentistas que vislumbram o município como uma grande cidade, com destaque não somente regional, mas estadual.

Alguns condicionantes externos contribuíram para fomentar o “sonho” do município se tornar um centro urbano moderno e próspero. Um desses agentes foi representado por incentivos e estratégias de desenvolvimento das esferas Estadual e Federal.

Pode-se dizer que, entre 1940 e 1970, o estado do Paraná sofreu radical transformação em suas feições. Àquela época, a maior parte de seu território ainda estava por ser ocupado e a expressão relativa da sua população era bastante pequena. Em razão dos grandes movimentos ocupacionais organizados, especialmente, ao Norte do estado, pela Companhia de Terras, e na região Sudoeste, e do deslocamento da fronteira agrícola do sul do país em direção a essas duas regiões [...] (PADLS, 1971, p. 04).

Outro agente foi uma frente migratória multicultural,

É possível afirmar que uma das características marcantes na formação do município de Campo Mourão resulta pelo fato dessa região ser considerada cenário do encontro de diversas correntes migratórias (nordestinos, mineiros, paulistas, paranaenses, catarinenses e gaúchos) (MORIGI, 2016, p.45).

Conforme destaca Brzezinski (1975), em apenas um só dia, em meados de 1950, foram registradas a chegada e instalação de vinte e quatro famílias procedentes da região

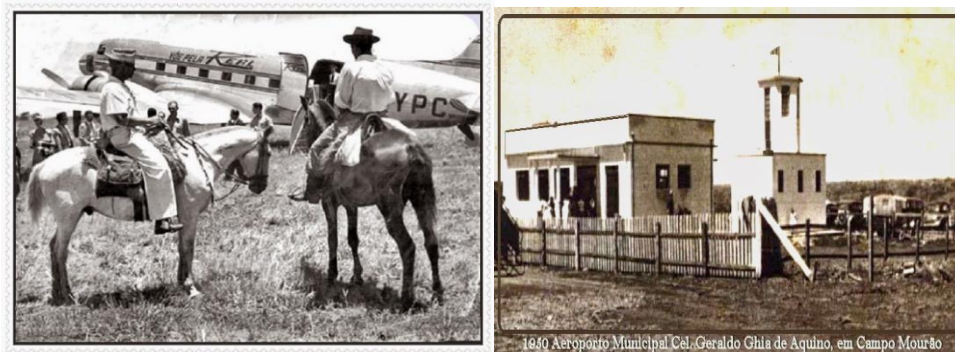
¹⁴ Anteriormente a sua emancipação político-administrativa e territorial, o então distrito de Pitanga tinha sua administração pública realizada por indicações do governador do Estado Moisés Lupion (SIMIONATO, 2008).

de Maringá.

Diante da potencialidade aliada a motivações de estruturação urbana da cidade, um equipamento digno de “Cidade Grande” foi construído: a estação aeroviária de Campo Mourão em 1955, ilustrada pela figura 3, de acordo com Santos Junior (2010), ela representava o sonho de desenvolvimento municipal.

Mesmo o município possuindo outras necessidades urbanísticas, o aeroporto estava no alicerce das prioridades municipais, como exemplo do empenho em prol do desenvolvimento municipal, e em plena metade da década de 1960, a estação aeroviária era operada por 4 companhias aéreas (Consórcio Real, Aerovias S.A, Viação São Paulo, e Cruzeiro do Sul).

Figura 3 - Fotografias da Estação Aeroviária de Campo Mourão década de 1960



Fonte: acervo de DUARTE, Ivaldo, 2013.

Autoria: desconhecida

Hoje, o aeroporto municipal Cel. Geraldo Guia de Aquino é patrimônio histórico tombado pela lei n.2027 de 2006.

Neste mesmo período histórico, os municípios ganham suas primeiras referências culturais. Com o “surto de desenvolvimento”, de acordo com Simionato (2008) hábitos urbanos se transformaram em práticas culturais que foram apropriadas pelos novos moradores e, ao longo do tempo, se configurando como tradições para as novas gerações. Para a autora, as pessoas traziam na bagagem, além de seus pertences materiais, usos e costumes que auxiliaram na configuração da identidade cultural de Campo Mourão (SIMIONATO, 2008).

A identidade cultural se estrutura pela forma, pelas peculiaridades e singularidades com que os diversos grupos sociais se apropriam dos elementos materiais e imateriais dispostos na sociedade. Conforme afirma Hall (2000, p.11), a identidade cultural é “formada na interação, entre o eu e a sociedade”

Os espaços públicos de Campo Mourão são elementos que desde sempre estruturam sua identidade cultural, e a tradição de fazer uso das praças talvez seja o principal legado cultural municipal.

Desta forma, a praça central, popularmente intitulada de “Praça da Catedral”, tem valor significativo na configuração urbana de Campo Mourão. No âmbito físico estruturou espacialmente o desenvolvimento da cidade e, no âmbito social, possibilitou a sociabilidade, convívio e lazer dos munícipes.

Conforme destaca Alex (2008), as praças, ruas, jardins e parques constituíram-se no cerne do sistema de espaços públicos urbanos brasileiros, refletindo o ideal da vida urbana em determinado momento histórico, acompanhando, desta forma, a evolução das cidades, suas delimitações, funções e aparências.

A forma como estes espaços estão dispostos na trama urbana, somado a elementos sociais, econômicos e históricos, caracteriza-se como o requisito mais importante na busca por explicar e evidenciar as particularidades e singularidades de cada cidade (LAMAS, 2011; LYNCH, 1999;). Estes espaços são denominados por Lefebvre (1991) como espaços de representação, espaços dominados, experimentados. Aquele que é vivido por meio das imagens e dos símbolos que o acompanham, é, portanto, o espaço dos habitantes, dos visitantes.

Em Campo Mourão, o Bosque das Copaíbas - hoje espaço ocupado pelo colégio Santa Cruz - localizado na região central do município foi o primeiro espaço de lazer da cidade como pode ser observado na figura 4. Segundo Santos Júnior (2018, p.149): “As famílias escolheram como lugar de entretenimento o bosque, situado na região central da cidade, conhecido como Bosque das Copaíbas [...]. Neste Bosque, as famílias se encontravam para colocar a conversa em dia”.

Figura 4 - Fotografia Bosque das Copaíbas, final da década de 1950.



Fonte: BATHKE, Wille. Jr 2011
 Autoria: desconhecida

Próximo ao Bosque das Copafbas ficava situada a Raia dos Porungos, primitiva Praça 10 de Outubro (atual Getúlio Vargas), e no espaço acontecia um dos principais eventos de lazer da cidade, as denominadas disputas de 'pencas', que se constituíam em corridas de cavalos, conforme destaca Bathke Junior (2011 s/p.) “Nas apostas valia tudo; dinheiro, animais, sacas de alimentos, arreios, guarda-chuvas e até dentaduras, desde que tivessem dentes de ouro. Só era proibido apostar a mulher”.

Em meados da década de 1950, a Raia dos Porungos se moderniza e assume *layout* de praça, são introduzidos mobiliários urbanos, arborização e elementos paisagísticos culturais representados por um chafariz e um coreto.

O chafariz, (Figura 5), de acordo com Santos Jr. (2010), foi o primeiro construído em todo o Vale do Piquirivai. Ao longo do tempo foi reformado por diversas vezes, ficando um extenso período desativado por conta de um problema hidráulico de difícil resolução.

Por sua beleza, em 1993 foi destaque da capa dos exemplares da lista telefônica do Noroeste do Paraná. No mesmo ano foi institucionalizado como patrimônio histórico-cultural do município pela lei nº 805 de 1993, e em 2014 foi enviado projeto de institucionalização do equipamento de lazer como patrimônio do estado do Paraná (SANTOS JUNIOR, 2010).

Figura 5 - Fotografias do Chafariz Municipal



Fonte: DUARTE, Ilivaldo, 2018
Autoria: DUARTE, Ilivaldo

O coreto municipal, (figura 6) denominado “Alberto Nogaroli” - em homenagem ao maestro da banda municipal - foi construído no mesmo período do chafariz com o objetivo de abrigar eventos cívicos e manifestações culturais. As apresentações da banda

municipal tinham grande representatividade na sociedade mourãoense enquanto atividade de lazer e entretenimento.

Figura 6- Coreto Municipal Alberto Nogaroli.

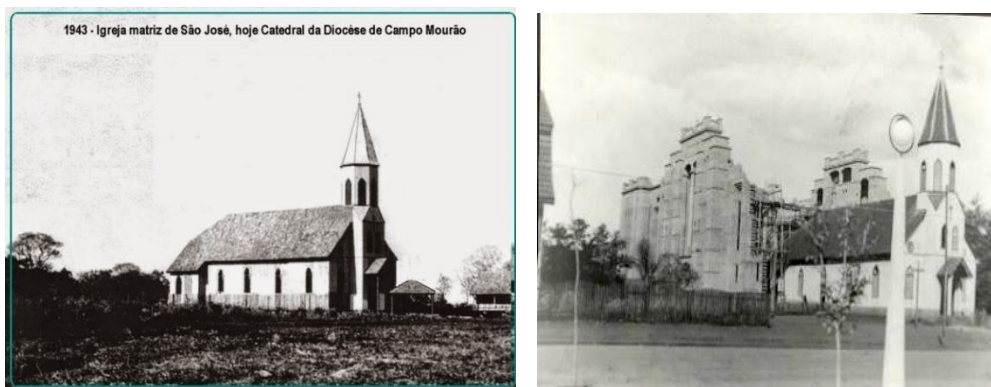


Fonte: BLOG BAÚ DO LUIZINHO, 2011
 Autoria: Luiz Haid, 211

Pela mesma lei nº 805 de 1993, o coreto também foi oficializado como patrimônio histórico-cultural de Campo Mourão.

A Catedral São José, também localizada neste conjunto, é o símbolo mais imponente de edificação arquitetônica urbana municipal, entretanto, o espaço tem valor imaterial atribuído, desde quando era uma simples igreja toda de madeira como apresenta a figura 7, datada da década de 1938, praticamente uma década anterior à emancipação política e administrativa do município (VEIGA, 1999).

Figura 7- Fotografias da Igreja São José de Campo Mourão



Fonte: BAÚ DO LUIZINHO, 2012
 Autoria: desconhecida

Na década 1950, foi dado início à substituição da Igreja, com a construção da Catedral, cujo projeto arquitetônico era peculiar e idêntico ao da igreja de São Bento do

Sul-SC. A conclusão da obra só se findou na década de 1970, com a instalação das portas de madeira carvalho, que representam a vida de São José, padroeiro da cidade (SANTOS JUNIOR, 2018; VEIGA, 1999). Hoje, a catedral é um dos maiores atrativos culturais do município, e em 2009 foi eleita pelos munícipes como símbolo de Campo Mourão.

Figura 8 - Fotografia Catedral São José de Campo Mourão

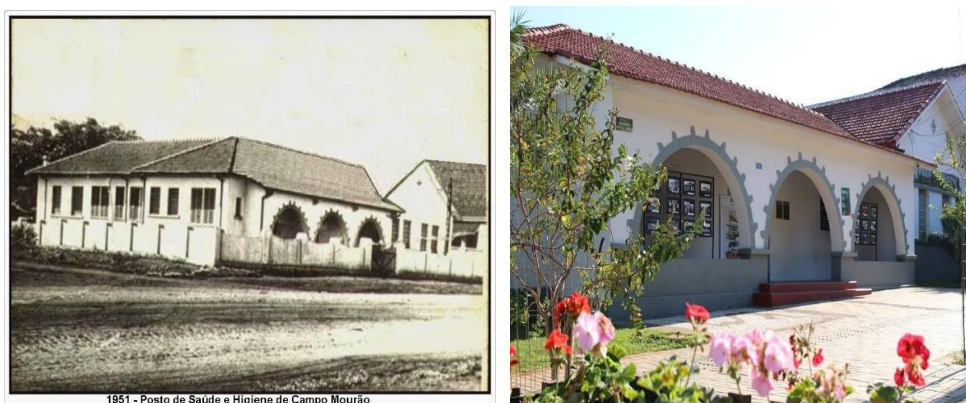


Fonte: acervo DUARTE, Ilivaldo, 2018
 Autoria: Ivaldo Duarte, 2018

Também faz parte deste conjunto urbano a primeira construção de alvenaria da cidade, datada de 1949. O prédio abrigou até a década de 1990 o centro de saúde municipal (SANTOS JUNIOR, 2010). Destaca-se que para sua edificação os tijolos, demonstrada pela figura 9, bem como cimento, foram trazidos da cidade de Guarapuava, já que não havia ainda empresas do setor de materiais de construção civil em Campo Mourão (VEIGA, 1999).

Desde 2004, o prédio é tombado como patrimônio histórico-cultural pela lei 1362 de 2001 e abriga o acervo do museu municipal.

Figura 9 - Fotografias da Primeira Construção de Alvenaria de Campo Mourão



Fonte: JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR, 2022
 Autoria: desconhecida

Por meio do decreto 4.833 de 2010, o espaço onde estão compreendidos todos estes elementos urbanos aqui brevemente apresentados foi promovido a “centro histórico”, afirmando deste modo sua relevância histórica cultural.

O decreto delimita o centro histórico, o entorno das Praças Getúlio Vargas e São José, nos espaços compreendidos entre as avenidas Capitão Índio Bandeira e Irmãos Pereira, e as ruas Harrisson José Borges e ainda o quadrilátero formado entre as avenidas Capitão Índio Bandeira e Manuel Mendes Camargo entre as ruas Brasil e Francisco Ferreira Albuquerque (SANTOS JUNIOR, 2010, p.28).

Contudo, à medida que a cidade crescia, espacial e populacionalmente, o tecido urbano também se modificava. Na década de 1960, o município passava por grandes transformações em suas feições urbanas, novos elementos urbanos eram criados, substituídos ou adaptados, tornando-se igualmente relevantes na narrativa histórica de urbanidade municipal.

Com a chegada de 1960, o progresso veio de maneira acelerada. Primeiro com as construções de alvenaria. Depois com o asfalto, galerias pluviais, água encanada. A vida ficou mais digna. [...] estradas foram pavimentadas, o comércio e a indústria cresceram [...] (SANTOS JUNIOR, 2018).

Como informa Veiga (1999), no período que se estende de 1960 a 1980 foram criados 59 bairros em Campo Mourão. Um importante exemplo seria o bairro Lar Paraná. Como descreve Brzezinski (1975) em sua obra “A futura Capital”, o bairro representava o ideário da cidade metropolitana da futura capital.

Hoje, o Jardim Lar Paraná é o bairro melhor localizado, mais populoso, e o loteamento foi registrado em vinte e sete de abril de 1959. Em aproximadamente 1460 dias de existência, o jardim mencionado passou a ter praticamente vida própria e independente, superando as mais otimistas previsões. É realmente uma cidade satélite [...] (BRZEZINSKI, 1975, p.106).

O Lar Paraná abrigava importantes madeireiras que, economicamente além da agricultura, era a atividade¹⁵ que impulsionava o desenvolvimento econômico da cidade neste período histórico. Culturalmente, as madeireiras e serrarias também tinham bastante representatividade, conforme apresenta Santos Junior (2018), estas empresas eram responsáveis por promoverem a sociabilidade e o convívio de muitos grupos sociais municipais, como ilustra a Figura 10.

¹⁵ Cabe aqui destacar que, por narrativas populares, tamanha foi a importância da atividade madeireira que a cidade de Campo Mourão contribuiu para construção da atual capital do Brasil, “Brasília”, no governo de Juscelino Kubitschek, com o envio de madeira.

As festas que reuniam a comunidade mourãoense eram realizadas nas serrarias e animadas por acordeões. Na chegada do ano novo, todos os apitos estridentes das serrarias anunciavam a chegada do primeiro dia do ano: dia da fraternidade universal. Era um espetáculo inesquecível (SANTOS JUNIOR, 2018, p.194).

Figura 10 - Fotografia de um “Encontro Festivo” Serraria do Sr. Belin Carollo.



Fonte: Acervo MUSEU MUNICIPAL, 2021.
 Autoria: desconhecida

O centro do município também se expandia, várias ruas e avenidas concretizaram uma gama de atividades comerciais. Com a pujança da avenida Capitão Índio Bandeira, muitas lojas de rua e de departamentos se instalaram e foram implementados os primeiros edifícios com salas comerciais, com destaque para o hotel Santa Maria, edifício mais alto, com primeiro elevador da cidade, o qual funciona até hoje (VEIGA, 1999; SANTOS JUNIOR, 2018).

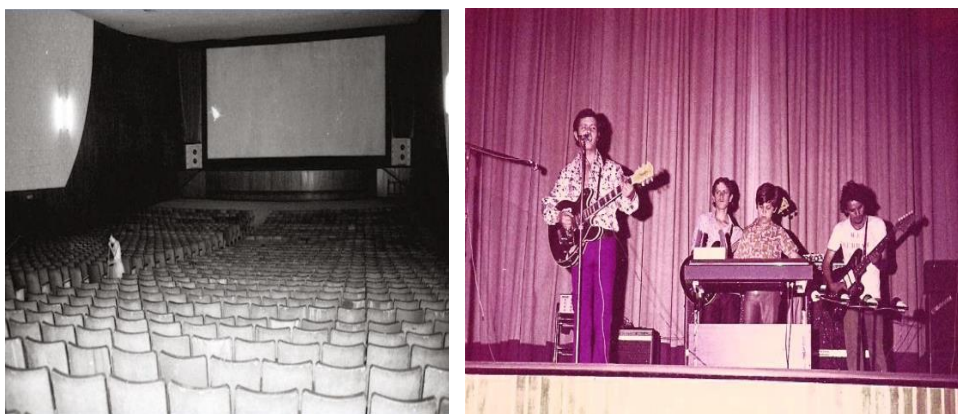
Figura 11 - Fotografias da Avenida Capitão Índio Bandeira 1970 e da Construção do Hotel Santa Maria.



Fonte: BLOG BAÚ DO LUIZINHO, 2020
 Autoria: desconhecida

No ano de 1963, seguindo a tendência de grande centro urbano, um importante equipamento de lazer foi inaugurado no município, o cinema *Cine Plaza*, o qual, localizado no centro do município, representava um importante, além de moderno, local de entretenimento dos jovens mourãoenses. Para além de filmes, o espaço era utilizado para a realização de vários tipos de eventos, como por exemplo shows, posse de prefeitos, formaturas e assembleias.

Figura 12- Fotografias do Cine Plaza Campo Mourão



Fonte: BAÚ DO LUIZINHO, 2018
Autoria: desconhecida

O uso do equipamento de lazer Cine Plaza era tão efetivo que, de acordo com Santos Junior (2018), a empresa de transportes municipais Viação Mourãoense disponibilizava aos domingos a quantidade de 10 (dez) ônibus, no término da sessão às 20 horas, para auxiliar na locomoção dos frequentadores das sessões.

Neste mesmo período, meados da década de 1960, o Bosque das Copaiabas foi substituído por uma moderna rodoviária, que, além do transporte intermunicipal e interestadual, organizava o transporte público municipal. O projeto de gestão deste modal idealizado pela prefeitura foi inspirado em modelos de cidades de grande porte (VEIGA, 1999).

Para além da sua função de transporte, o prédio da rodoviária transformou-se em um espaço público de referência e convivência, pois possuía uma galeria comercial, hotel, bares e restaurantes, um verdadeiro complexo comercial, ilustrado na primeira imagem da figura 13.

A rodoviária funcionou no centro da cidade até o ano de 2000, quando foi transferida para uma estrutura maior e mais moderna em outro bairro da cidade. Hoje o prédio faz parte do centro histórico municipal, passou a ser denominado *Estação da Luz*,

abriga a biblioteca pública municipal, que oferece ao público um acervo de livros e jornais da imprensa local, e, lá se desenvolvem também atividades culturais de cunho educacional, sendo seu principal público-alvo as escolas do município. É, ainda, sede da Fundação Cultural de Campo Mourão – FUNDACAM, e da Academia Mourãoense de Letras.

Figura 13 - Fotografias da Antiga Rodoviária, hoje Estação da Luz de Campo Mourão.



Fonte: acervo DUARTE. Ilivaldo, 2018
 Autoria: desconhecida e Marcus Ayres, 2009

Imbuídos deste ideal de crescimento e desenvolvimento não somente local, mas numa perspectiva regional e estadual, os personagens políticos, como o prefeito eleito em 1963, Milton Luiz Pereira, destacam-se por projetarem e efetivarem Campo Mourão como “município modelo” (SANTOS JUNIOR, 2018).

Em 1966 a cidade recebe o título de “município modelo”, conferindo ao pequeno “grande” município uma repercussão em nível nacional, já que foi divulgado nos principais jornais do país.

No dia 16 de fevereiro de 1966, o prefeito foi até a câmara municipal comunicar extraoficialmente que, em concurso entre 272 municípios brasileiros, foi Campo Mourão escolhido como “Município Modelo do Paraná”. O título foi conferido pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário _ INDA e pelo departamento de Assistência Técnica aos Municípios [o que] acabou colocando a cidade como representante do Paraná nessa promoção de âmbito nacional (SANTOS JUNIOR, 2018 p.259).

Diante de tanta potencialidade, a esfera pública imbuída deste sentimento de consolidação do município enquanto “próspero centro urbano”, o planejamento urbano se fez necessário, haja vista que a cidade também se expandia para outros espaços, além do centro. Desta forma, a década de 1970 é marcada pela implementação e efetivação de elementos urbanos em outros espaços da cidade, para além do centro.

No Plano Diretor Municipal de 1969, por exemplo, foi planejada a implementação de uma área denominada de “centro cultural”, onde deveriam, de forma

ordenada e organizada, serem instalados equipamentos de uso cultural. No referido lugar ao longo dos anos foram construídos os prédios onde, hoje, estão instalados o campus da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), a Casa da Cultura, o Teatro Municipal e o mercado municipal, objeto de nossa pesquisa.

O prédio da UNESPAR foi criado em 1972, tornou-se um espaço símbolo de oportunidade de profissionalização para muitos habitantes da região de Campo Mourão. Oferta dez cursos de graduação, e alguns cursos de pós-graduação nas modalidades *latu* e *stricto sensu*.

Figura 14 - Fotografia da FECILCAM- Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.



Fonte: acervo de DUARTE, Iivaldo, 2013
 Autoria: Ivaldo Duarte

Tamanho potencialidade do então “centro cultural”, no ano de 1995 o fórum popular de cultura - comissão ligada à secretaria de cultura para discutir questões relacionadas aos aspectos culturais da cidade - propôs a criação de um calçadão cultural, denominado Arcádia¹⁶ Mourãoense (figura 15).

Figura 15 - Croqui da Arcádia de Campo Mourão.



Fonte: REVISTA PAUTA, 1995
 Autoria: desconhecida

¹⁶ Segundo dicionário, Arcádia é uma designação comum a sociedades literárias dos séculos XVII-XVIII que cultivavam o classicismo e cujos membros adotavam nomes de pastores na simbologia poética

O projeto tinha como objetivo o fechamento da avenida Comendador Norberto Marcondes, entre a Antiga Fecilcam, o Teatro Municipal e a Casa da Cultura, criando um espaço de encontro e convívio social, para residentes e para artistas, literários e filósofos, lugar de manifestações e expressões artísticas (ARCÁDIA MOURÃOENSE, REVISTA PAUTA, 1995).

No que diz respeito ao *layout*, a Arcádia disporia de áreas fechadas, jardim, livraria, cafeteria, além de um mural livre e um espaço denominado “átrio” para manifestações e apresentações culturais da população e artistas (ARCÁDIA MOURÃOENSE, REVISTA PAUTA, 1995).

No entanto, o projeto não se efetivou e legalmente foi somente em 2009 que o centro cultural é oficializado por meio da lei 2463

Art.1. Fica denominado Centro Cultural de Campo Mourão o espaço compreendido pelos prédios da Casa da Cultura Thomaz Edison de Andrade Vieira, Teatro Municipal, Faculdade Estadual de Ciências e Letras - Fecilcam, Escola Municipal Gurilândia, Mercado Municipal e do Centro de Educação Profissional do SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, localizados entre as Avenidas Comendador Norberto Marcondes e Goioerê e as Ruas São Josafat e Edmundo Mercer (CAMPO MOURÃO, 2009, s/p.).

Em área urbana oposta ao centro cultural, o parque municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, popularmente conhecido como “Bosque das Capivaras” e também “Parque do Lago” foi inaugurado em 1971, e desde então representa um importante equipamento cultural e de lazer para os residentes. Possui uma área de vegetação nativa preservada de 262 mil metros quadrados e equipamentos para recreação como parque infantil, concha acústica, e pista de caminhada e academia (PARQUE DO LAGO COMPLETA 42 ANOS, Jornal Tribuna do Interior, 02/05, 2013).

O parque se destaca como bem cultural importante para o município, pois, por seu uso coletivo, proporciona sociabilidade. No espaço, são desenvolvidas atividades culturais promovidas pela Fundação cultural do município - FUNDACAM (PARQUE DO LAGO COMPLETA 42 ANOS, Jornal Tribuna do Interior, 02/05, 2013).

Figura 16 - Fotografia do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.



Fonte: JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR, 2013
Autoria: FMK, 2013

Todos os elementos urbanos aqui apresentados, além de representarem a constituição urbana de Campo Mourão, foram apropriados no percurso do tempo como bens culturais e utilizados para a prática cultural. São espaços relevantes e significativos e, para além de patrimônio material, tem representação simbólica e afetiva aos residentes.

A gestão dos patrimônios históricos culturais oficiais, no município, anterior a década de 2000, acontecia de forma pontual e isolada, sempre como proposta oriunda de algum vereador preocupado com a história e a memória municipal (SANTOS JUNIOR, 2010).

Em 2001, como proposta também de uma vereadora, “professora Lole”, foi apresentado e aprovado um projeto de estruturação de um conselho municipal do patrimônio Cultural (COMPAC). O conselho tinha como principal objetivo estabelecer estratégias e ações necessárias para o tombamento dos bens culturais de Campo Mourão em sua perspectiva tanto material como imaterial (SANTOS JUNIOR, 2010).

Baseado na política nacional, diante dos pressupostos do Decreto Nacional 25 de 1937 responsável pela institucionalização dos patrimônios materiais e do Decreto Nacional 3.551 de 2000, que versa sobre os patrimônios imateriais, o conselho municipal do patrimônio Cultural (COMPAC) estruturou diretrizes oficiais para patrimônios municipais, pelas quais deveriam os bens culturais, serem oficializados a partir de sua inscrição no livro do tombo municipal em uma das sessões então denominadas: Sessão do Tombo Arqueológico; Sessão do Tombo Histórico; Sessão do Tombo das Artes Aplicadas; Sessão do tombo das Belas Artes; Sessão do tombo do Patrimônio Imaterial.

Para além do alinhamento com política nacional, as premissas da política estadual também condicionaram as ações de oficialização dos patrimônios culturais de Campo Mourão. No estado do Paraná alocado na secretaria de Estado da Cultura está a Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC), que tem como objetivo estruturar estratégias de seleção e salvaguarda do patrimônio material e imaterial do estado do Paraná embasadas na legislação competente a esta esfera (Lei Estadual nº 1211/53 e Decreto nº 4841/2015), que tratam sobre patrimônio histórico, artístico, cultural, arquitetônico, arqueológico, etnográfico, paisagístico e aos saberes e aos fazeres (CPC, 2023).

A Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) do Paraná tem também diretrizes direcionadas a gestores municipais, estão disponíveis orientações e modelos para a confecção de legislações municipais, como, por exemplo, lei para abertura de arquivo público e histórico e sobre o tombamento de bens culturais. Além de modelo de leis, o CPC possui uma cartilha norteadora, que oferece como conteúdo principal, a apresentação dos principais tipos de patrimônio com suas definições, bem como os eixos estruturantes de atuação do conselho (CPC, 2033),

Atualmente, o município de Campo Mourão possui como patrimônios oficiais no âmbito material o centro histórico com os seus elementos arquitetônicos - Catedral São José, Chafariz e Coreto, Estação da Luz e o Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, o prédio do Paço Municipal e o livro de Registro da Câmara dos Vereadores, A estação Aeroviária do aeroporto da cidade e o Cruzeiro da Igreja Santa Cruz, e no âmbito imaterial tem registrado o saber fazer do carneiro no buraco, prato tradicional municipal.

No entanto, para além do que já está posto e oficializado, Campo Mourão possui muitos bens culturais significativos tanto em seu âmbito material como nos seus aspectos imateriais que também têm significância na constituição dos hábitos urbanos da cidade, e o Mercado é um deles. Tais bens fogem da centralidade urbana e se alocam pelos bairros e comunidades do município: basta um olhar atento e qualificado que muitas narrativas históricas e memórias vêm à tona. Um entendimento plural promove histórias e memórias diversas com significados tão importantes quanto os ditos oficiais.

Neste sentido, a pluralidade e diversidade deve fazer parte dos debates e das ações estabelecidas pelos responsáveis pelas políticas públicas e pelos mediadores dos bens culturais. Em Campo Mourão, mesmo possuindo uma estrutura político administrativa relacionada à seleção, institucionalização e gestão dos patrimônios municipais, o conselho municipal do patrimônio Cultural (COMPAC) mostra-se desarticulado com outros setores e instituições tanto públicas como privadas, de forma que poucas ações são

desenvolvidas, e quando realizadas estão voltadas aos patrimônios já instituídos como oficiais.

Desde o ano de 2010, nenhum bem cultural foi oficializado, as ações pontuais desenvolvidas pelo poder público, em especial pela Fundação Cultural de Campo Mourão, fixaram-se no desenvolvimento de atividades culturais realizadas no Coreto e na Estação da Luz, como por exemplo contação de histórias e também eventos culturais no centro histórico em datas comemorativas, como aniversário da cidade e natal. As atividades relacionadas à manutenção dos aspectos arquitetônicos aparecem como prioridades neste contexto e não as de usos desses espaços.

Outra questão bastante relevante é a ausência de qualquer ação relacionada à educação patrimonial, seja ela formal ou informal.

A educação Patrimonial trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06).

Desta forma, faz-se necessária a inclusão de novas abordagens sobre o processo de patrimonialização e gestão dos bens culturais por parte do conselho, já que essas outras formas de se instituir patrimônios são imensamente significativas e importantes fontes de histórias e memórias, como acreditamos que seja o caso de nosso objeto de estudo o Mercado Municipal de Campo Mourão. Aqui está posto um grande desafio.

2.2 Os Mercadões como Patrimônio Cultural

2.2.1 A Estruturação dos Mercados Públicos Brasileiros

Os Mercados Públicos brasileiros na forma como os conhecemos hoje, tem iniciada sua estruturação a partir da organização das feiras livres e comércio tradicionalmente realizados em espaços públicos, entre o século XIX até meados do século XX, seguindo novas concepções e modelos higienistas de organização e

desenvolvimento das cidades que estavam no foco da composição e disposição espacial da sociedade moderna europeia (CORDERO, 2017).

De acordo com Cordero (2017) os Mercados Públicos representavam uma possibilidade de ordenamento territorial urbano, as propostas de construções tinham o objetivo de concentrar e regular em espaços fechados, cobertos e organizados, as atividades comerciais que invadiram desordenadamente as praças e ruas da maioria das cidades europeias.

Para tanto, algumas referências arquitetônicas foram desenvolvidas e implementadas nas cidades de Londres, Paris e Berlim, servindo como inspiração e como modelo para a implementação de muitos mercados públicos em muitos países. Desta forma, no Brasil, os primeiros Mercados Públicos seguiram tais inspirações (MURILHA, SALGADO, 2011).

Conforme apresentam Murilha e Salgado (2011), o primeiro modelo arquitetônico desenvolvido de Mercado Público, foi denominado de *tipo clássico de mercado fechado*, seu desenho possuía referência na Antiguidade Clássica, em especial nos átrios romanos - um pátio cercado por várias salas.

Neste modelo de Mercado Público a arquitetura é disposta em formato quadrado ou retangular, em madeira ou alvenaria, com pátio interno descoberto e geralmente com um chafariz no meio (MURILHA; SALGADO, 2011).

O primeiro Mercado Público construído em nosso país, datado da segunda metade do século XIX, é deste tipo, foi denominado de *Mercado da Candelária* no Rio de Janeiro, ele serviu como modelo para a construção de outros Mercados Públicos em outras cidades brasileiras, como São Paulo e Florianópolis (MURILHA; SALGADO, 2011).

O local onde foi edificado o Mercado da Candelária já era um ponto de referência de comércio público popular, o espaço abrigava uma feira onde a venda das mercadorias era feita pelos escravos e pescadores (MONTONI, 2020).

A infraestrutura do mercado era composta por um prédio quadrilátero amplo e arejado. Possuía 16 janelas em cada fachada e 4 portas por onde entravam os clientes, conforme ilustrado pela Figura 17. Em seu centro, havia um belo chafariz de pedra, decorado com 4 golfinhos de bronze (MONTONI, 2020).

Figura 17- Fotografia do primeiro mercado público brasileiro: Mercado da Candelária Rj.



Fonte: MALE, 2020
Autoria: Gorberg&Fridman (Mercados do Rio) 2003

Entre os anos de 1869 e 1870, o mercado da Candelária ganhou mais um andar e mais 3 pavilhões anexos, no entanto no início do séc. XX entrou em decadência; foi vítima de uma série de incêndios, além das inúmeras reclamações da população sobre suas condições precárias e, em 1911, foi demolido (MONTONI, 2020).

Em São Paulo, o primeiro Mercado Público da cidade também é datado da segunda metade do século XIX e localizava-se nas imediações da rua 25 de Março, conhecida até hoje pelo comércio popular.

Como apresentam Murilha e Salgado (2011), o primeiro Mercado Público de São Paulo não era muito grande, sua estrutura era composta por um pavilhão estreito e longo, com aberturas em forma de arcos, com vãos pequenos e de grande altura, apresentando certa elegância para as construções da época, como ilustrado pela figura 18 abaixo.

Figura 18 - Fotografia do primeiro mercado público de São Paulo: Mercado Público da rua 25 de Março



Fonte: NASCIMENTO, Douglas, 2021
Autoria: desconhecida

Conforme destaca Nascimento (2021), o Mercado Público da Rua 25 de Março era também popularmente conhecido como *Mercado Caipira*, foi um importante entreposto comercial de frutas, verduras, legumes e aves de produtores que vinham da região para ali comercializar seus produtos.

Mais que a representatividade física e espacial, o Mercado também era simbólico no que diz respeito aos seus aspectos imateriais. Uma grande parte desses comerciantes e produtores eram imigrantes, o que garantia ao espaço, como afirma Nascimento (2021), trocas culturais significativas.

Para além do Rio de Janeiro e de São Paulo, essa tipologia em escalas de tamanho diferentes se espalhou por várias regiões do país. O Mercado Público de Florianópolis é outro exemplo, e talvez o mais imponente, já que ele resiste até a contemporaneidade. Hoje, o Mercado Público de Florianópolis é patrimônio municipal e um dos pontos turísticos mais visitados da ilha de Santa Catarina.

A história do Mercado Público de Florianópolis se assemelha com as histórias dos mercados da Candelária no Rio de Janeiro e o da rua 25 de Março em São Paulo, uma vez que o espaço já se configurava como território de comércio ao ar livre.

Segundo Carvalho (2020), entre os séculos XVII e XIX havia instalados no espaço comerciantes com uma variedade de tipos de produtos, mascates, oleiros, pescadores e colonos da Ilha abasteciam os navios que seguiam em direção ao Rio do Prata e ao oceano Pacífico. Com a esperada visita de D. Pedro II à Ilha de Santa Catarina, foi construída a estrutura do Mercado Público para abrigar os comerciantes.

A arquitetura do mercado é formada por três prédios divididos em duas alas e um vão central que separa os espaços – átrio, possui um total 6.344.50 m² e instalados 118 boxes. Na década de 1980, o prédio foi tombado como patrimônio histórico municipal. O Mercado Municipal de Florianópolis emprega cerca de 300 funcionários, e tem visitação média diária de oito mil pessoas (NEIVA, 2018).

Figura 19 - Fotografias do Mercado Público de Florianópolis



Fonte: INSTITUTO CIDADE E CULTURA, 2020
 Autoria: Thiago de Andrade

Ao longo dos anos foram necessárias várias intervenções arquitetônicas e estruturais para garantir a segurança e funcionamento do espaço, a mais emblemática aconteceu em 2005 quando um grande incêndio destruiu praticamente toda a ala norte do prédio e precisou ser reconstruída. Contudo, em todas as obras realizadas, foram mantidas as características estéticas originais do prédio (CARVALHO, 2020).

Uma segunda tipologia de Mercados Públicos que se instalou no Brasil está diretamente relacionada à evolução dos materiais utilizados na construção civil, com o incremento do uso de vários materiais nas edificações, e principalmente a utilização do ferro possibilitou vantagens estruturais, estéticas e arquitetônicas, já que, segundo Murilha e Salgado (2011), se podia então, repetir diversas vezes a mesma forma, pavilhões, um número de boxes fixos e espaços completamente cobertos.

Esta tipologia foi batizada na França de *Les Halles*, com significado literal de salões ou pavilhões, sua principal referência é o Mercado Central de Paris como ilustra a figura 20.

Figura 20 - Mercado Público Les Halles de Paris



Fonte: MURILHA, SALGADO, 2011
 Autoria: desconhecida

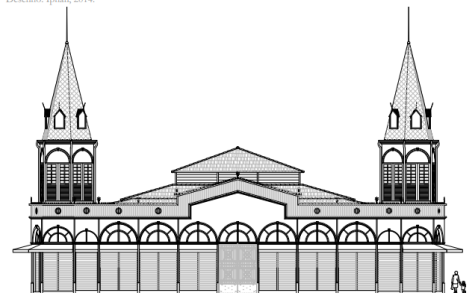
O Mercado Público de Paris é constituído por doze pavilhões cobertos com vidro e com fechamentos laterais também em vidro e colunas estruturais de ferro fundido. Este grande Mercado Público serviu como o principal centro de abastecimento para a cidade de Paris a partir da segunda metade do século XIX até o início do século XX (MURILHA, SALGADO, 2011).

No Brasil, vários Mercados Públicos também foram construídos a partir desta proposta, entretanto o número de pavilhões é uma variação recorrente, haja vista o tamanho da cidade. Em pequenas cidades, por exemplo, apenas um pavilhão seria suficiente para a organização do comércio de produtos e serviços disponibilizados.

O Mercado Público de Peixes de Belém no Pará, como observado na figura 21 também conhecido como o *Mercado do Ver o Peso* é um exemplo desta tipologia de Mercado Público, datado de 1867, e está em pleno funcionamento até os dias atuais (IPHAN, 2015).

Figura 21 - Ilustração e fotografia Mercado Público de Ver o Peso de Belém.

Fig. 33. Corte transversal do Mercado de Ferro.
 Desenho: Iphan, 2014.



Fonte: IPHAN PA, 2015
 Autoria: Giovanni Blanco Sarquis

O Mercado Público de peixes fica localizado em um complexo arquitetônico e paisagístico de 25 mil metros quadrados, com uma série de construções históricas. E exatamente pelo valor etnográfico e paisagístico desse conjunto - popularmente conhecido como a maior feira ao ar livre da América Latina -, o IPHAN efetuou seu tombamento em 1977, nomeando-o de *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ver-o-Peso* (IPHAN, 2015).

O patrimônio histórico edificado do Ver-o-Peso dá abrigo às diferentes nuances da cultura amazônica, seja nos produtos comercializados, nos seus modos de fazer e conhecimentos tradicionais expressos no manuseio das ervas curativas nas receitas e preparos culinários, em seus diferentes ofícios (barqueiros, peixeiros, carregadores, balanceiros etc.); em gestos, linguagens, ritos, que se produzem e reproduzem, atravessando gerações ao longo dos seus mais de 300 anos (IPHAN, 2015 p.14).

Outro exemplo de grande representatividade no cenário brasileiro é o *Mercado de São José em Recife*, edificado na segunda metade do século XIX, inspirado no projeto do mercado público em ferro de Grenelle, Paris. As peças empregadas em sua construção, moduladas em ferro, foram quase todas importadas de fundições europeias, em especial as francesas (IPHAN, 2018).

É o mais antigo edifício pré-fabricado em ferro no Brasil e um dos raros exemplares da arquitetura típica do ferro do século XIX. É constituído por dois pavilhões retangulares, com cobertura em quatro águas e estruturas independentes, conectados por um vão central de menor largura, que conforma uma rua coberta, com telhado em duas águas. A área total do Mercado de São José é igual a 3.687,50m² (IPHAN, 2018).

Figura 22 - Mercado Público de São José, Recife – Pe



Fonte: IPHAN - Pe 2018
Autoria: IPHAN - Pe

O Mercado Público de Recife é patrimônio inscrito como Monumento Nacional no livro do tomo de Belas Artes desde 1973. É ainda hoje possível encontrar no local artesanato tipicamente pernambucano, produtos em couro, folhetos de cordel, artigos para cultos africanos, além de comidas típicas, ervas medicinais, especiarias em geral, carnes, peixes e crustáceos (IPHAN, 2018).

O Mercado Público de São José faz parte da proposta de estruturação de roteiros turísticos a partir de patrimônios, denominados *rotas do patrimônio: uma viagem através da história* promovido pelo IPHAN, desde 2018.

De acordo com o IPHAN (2018), recentemente o Mercado de São José passou por obras de requalificação turística, que contemplaram a manutenção geral das estruturas, acessibilidade e sinalização do monumento para um melhor acesso e usos pelos visitantes.

O terceiro tipo de arquitetura de Mercados Públicos aqui apresentado que influenciou os Mercados Públicos brasileiros, principalmente a partir do início do século XX são classificados como sistema construtivo misto com torreões laterais (MURILHA, SALGADO, 2011).

A principal característica desta tipologia são os torreões, que têm por significado torres e cúpulas, de acordo Murilha e Salgado (2011) e eram executados nas laterais ficando mais altos, destacando-se em relação à volumetria geral da edificação.

O exemplo mais expressivo desta categoria arquitetônica é o *Mercado Central de São Paulo*, (figura 23) com mais de doze mil metros quadrados. Este edifício é considerado como um dos marcos arquitetônicos existentes na cidade de São Paulo. Pode-se dizer que as fachadas e a volumetria com seus torreões em cada lateral do edifício são similares às do Mercado Central de Berlim (OLIVEIRA 2013).

Figura 23 - Ilustração e fotografia do Mercado Central de São Paulo



Fonte: SÃO PAULO IN FOCO, 2013
Autoria: Abrahão de Oliveira

Além dos torreões, os vitrais são outro diferencial bastante significativo do Mercado de São Paulo. Ao todo, são 32 painéis subdivididos em 72 vitrais espalhados pelo edifício que ilustram vários aspectos da produção de alimentos, figura 24 (OLIVEIRA 2013).

Figura 24 - Fotografia dos Vitrais do Mercado Central de São Paulo.



Fonte: PORTAL DO MERCADÃO, 2022
Autoria: desconhecida

O Mercado Público Central de São Paulo foi tombado como patrimônio histórico e cultural pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) e pelo Conselhos de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), órgãos oficiais de tombamento em esfera municipal e estadual, respectivamente. É importante atrativo turístico e gastronômico da cidade, a iguaria sanduíche de mortadela tem representatividade tanto nacional quanto internacionalmente (OLIVEIRA, 2013).

É fato que os Mercados Públicos por sua arquitetura tornam-se singulares, são construções que condicionam fisicamente lugares, garantindo significados de referência espacial no tecido urbano.

Contudo, para além de sua arquitetura, os Mercados Públicos destacam-se como um lugar de intensa vida social e intercâmbio cultural, onde as práticas trabalhistas tradicionais têm lugar e uma complexa teia de relações sociais é tecida, deste modo são percebidas não somente as atividades de natureza comercial, mas também simbólicas (ROMANO et al, 2020).

Com uma diversidade de produtos e serviços, os mercados públicos oferecem desde gêneros alimentícios, gastronômicos, hortifrutigranjeiro, ervas medicinais,

artesanato e atrações culturais. A forma peculiar como são comercializados os produtos e os serviços faz com que as pessoas tenham contato com singularidades do modo de viver, com saberes e fazeres de diversos grupos sociais. São os mercados, deste modo, espaços de história e memória, verdadeiros patrimônios, materiais e imateriais (PINTAUDI, 2006).

Conforme destacam Lopes e Vasconcellos (2010), o encontro e o contato direto entre vendedores, compradores, transeuntes, viajantes permite um mútuo jogo de trocas, para além das de cunho comercial. Assim, é possível reconhecer os lugares de mercado enquanto espaços de sociabilidade, uma vez que estes constituem um *locus* de interação recíproca entre indivíduos através de costumes predominantes ou pelo comportamento relacionado às múltiplas atividades, as quais neles, historicamente, teceram seu lugar.

Desta forma, os Mercadões Municipais (como acabam sendo chamados) representam no contexto urbano muito mais do que um espaço de comércio, são lugares de sociabilidade, de trocas, lugar identitário e simbólico para residentes e visitantes, são atrativos turísticos, em muitos casos de grande relevância cultural. Em pequenas cidades podem representar a centralidade da vida social, funcionando como importante ponto de referência local (ROMANO et al, 2020).

De acordo com Pintaudi (2006), na sociedade contemporânea os Mercadões são apropriados como lugares históricos, onde se pode produzir conexões socioculturais, sentimento de pertença por meio de uma diversidade de olhares e usos.

Diante de tantas singularidades, os Mercadões, por seus usos diferenciados, de fato condicionam e estruturam processos simbólicos que vão muito além das relações comerciais. Nestes lugares muitas memórias e histórias conectam o passado ao presente e dinamizam o cotidiano de diferentes grupos sociais de forma única, promovendo deste modo experiências singulares.

2.3 O Mercado Municipal de Campo Mourão enquanto patrimônio afetivo.

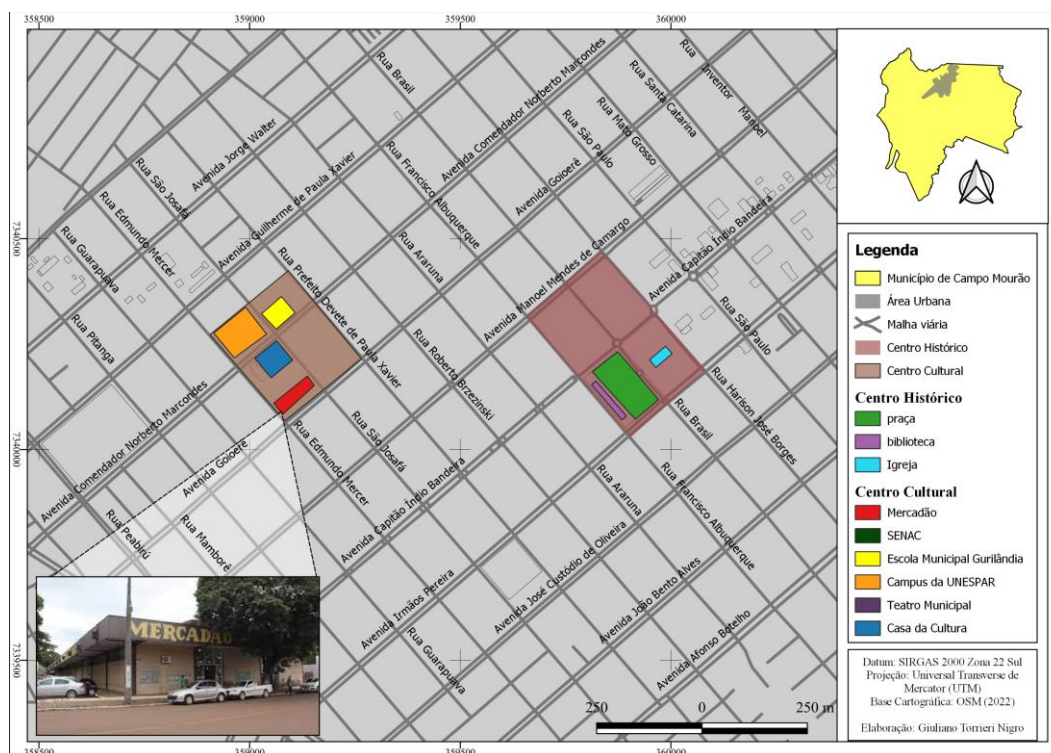
Em Campo Mourão, o Condomínio Prefeito Horácio Amaral, popularmente conhecido como “Mercadão”, está localizado na Avenida Goioerê, esquina com a Rua São Josafat, número 699, como pode ser observado no mapa de localização figura 25, no então, definido urbanisticamente, “Centro Cultural da cidade” conforme expressa a lei municipal 2463 de 2009 já apresentada. Seu horário de funcionamento acontece de segunda a sexta das 08h às 18h e aos sábados das 08h às 15h, no entanto cada lojista tem autonomia para fixar

seu próprio horário de atendimento ao público.

Os espaços adjacentes ao Mercado são compostos por estruturas educacionais de relevância, não apenas em nível local, mas também em nível de contexto regional, como o Campus da UNESPAR, o Serviço de Aprendizagem Nacional Comercial – SENAC, o Colégio Estadual de Campo Mourão que oferece a jovens e adultos o ensino médio.

A Casa da Cultura e o Teatro Municipal são espaços culturais bastante ativos na cidade e compõem também o entorno do Mercado. Para além destes elementos, um ponto de embarque e desembarque de transporte público municipal e de transporte rodoviário intermunicipal se insere como espaço fronteiro de relevância para o Mercado, uma vez que promove o fluxo de pessoas nesta área da cidade e consequentemente a potencialidade de visita ao condomínio.

Figura 25 – Mapa de localização do Centro Cultural e do Centro Histórico de Campo Mourão



Fonte: NIGRO, 2023

O projeto de construção do Mercado de Campo Mourão foi apresentado para diversos setores da sociedade mourãoense, pelo prefeito Augustinho Vecchi e pelo presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano e Saneamento de Campo Mourão (CODUSA), Munir Karam, em 1969 (SANTOS JUNIOR, 2018).

O planejamento da edificação de autoria do engenheiro Luiz Gubert, se assemelha com as características do tipo de mercado *Les Halles*, como fora

anteriormente descrito. Um pavilhão fechado e coberto previa uma área total de 3.500 metros quadrados e o funcionamento de 108 bancas, 26 lojas, 04 açougues e um bar, conforme ilustra o material publicitário distribuído na época de sua implementação na cidade na figura 26.

Figura 26 - Material Publicitário do projeto do Mercado Municipal de Campo Mourão.



Fonte: DUARTE, Ilivaldo, 2015
 Autoria: desconhecida

O Mercado Municipal foi concluído e inaugurado na gestão do prefeito Horácio Amaral em 1971 (SANTOS JUNIOR, 2018). Desde sua inauguração, o Mercado oferece uma diversidade de produtos e serviços, desde gênero alimentícios, confecções, artesanato e loja de armarinhos. Inicialmente, os produtos ficavam expostos em bancas de acesso fácil e o limite entre um produto ou serviço ofertado era quase que inexistente como observado na figura 27 e tal configuração se aproximava com a realidade vivenciada nas antigas feiras livres.

Figura 27 - Fotografias do Mercado Municipal de Campo Mourão década de 1970.



Fonte: BOCA SANTA, 2022

Autoria: desconhecida

Atualmente, a infraestrutura interna do Mercado está condicionada de maneira mais moderna, as lojas estão dispostas em dois grandes corredores, onde se alocam um total de 60 boxes com tamanhos variados (espaços individuais com limites bem definidos, edificados em alvenaria e vidro) que abrigam cerca de 42 lojas, (cabe destacar que alguns lojistas têm utilização de mais de um box), possui banheiros somente de uso dos lojistas. Externamente abriga amplo estacionamento e três portas que dão acesso ao fluxo de pessoas.

Figura 28 – Fotografias do ambiente externo e interno do Mercado



Fonte: PEGORARO, 2023.

Quanto à oferta de produtos e serviços ela se mantém ainda bastante diversificada, alguns produtos e serviços possuem as mesmas características daquelas oferecidas no início das atividades do Mercado, como o café torrado e moído na hora,

e os “secos e molhados”¹⁷. Para além destes, é possível ainda encontrar hortifrutis, artesanato, confecções, serviços de alimentação e bebidas, produtos naturais e, diferentemente da época de sua inauguração, e se apropriando de tendências contemporâneas, lojas de eletroeletrônicos e tecnologia.

Em relação às lojas, a maioria delas é do tipo empresa familiar, os próprios lojistas desempenham todas as funções inerentes a gestão do empreendimento, assim como os colaboradores são maridos, esposas ou filhos. Quanto ao tempo de funcionamento, é possível encontrar lojas com instalação recente, entre 6 meses e um ano e meio de funcionamento, outras entre cinco e 10 anos de oferta de produtos e serviços no local, no entanto a maioria está em funcionamento entre 20 e 50 anos.

Em seus mais de cinquenta anos, o Mercado em seu âmbito material passou por requalificações em sua infraestrutura, e imaterialmente consolidou-se como ponto de referência para frequentadores não somente municipal, mas de cidades da região.

Dar uma passadinha no mercadão já é tradição na região há quase 50 anos. Os segredos do sucesso do Condomínio Comercial Prefeito Horácio Amaral, o “mercadão” são vários. Creio que a simpatia dos lojistas e a diversidade de mercadorias são os pontos fortes do local. Isso sem falar naquele cheirinho de café torrado do seu Cláudio e nos belíssimos artesanatos confeccionados pelos artesãos locais (TRILHAS E LUGARES,¹⁸ 2015 s/p).

Figura 29 – Fotografias do Condomínio Comercial Prefeito Horácio do Amaral



Fonte: TRILHAS E LUGARES, 2015
Autoria: Bruna Elisa M. de Lima

¹⁷ “Secos e molhados” é uma terminologia que foi bastante utilizada no tempo passado para designar loja que oferecia produtos para abastecimento das principais necessidades domésticas.

¹⁸ *Trilha e Lugares* é uma página na internet com endereço eletrônico <https://trilhaselugares.com> criada por um geógrafo, uma turismóloga e ex-alunos da UNESPAR, campus de Campo Mourão, que tem por objetivo apresentar os atrativos turísticos e produtos turísticos da Região de Campo Mourão, bem como dicas e curiosidades.

No que diz respeito às questões administrativas, o Mercado de Campo Mourão sempre representou problemas de ordem jurídica, mais especificamente sobre a posse legal dos comerciantes em relação a suas bancas, em virtude da não-legalização e averbação do prédio em cartório. Diante de tais fatos, a administração pública iniciou um processo, no ano de 2002, de revitalização e regularização dos espaços do Mercado Municipal.

A revitalização do Mercado foi iniciada no ano passado, quando a prefeitura começou a legalizar os espaços. [...] foi descoberto que 57 das 90 bancas estavam ocupadas irregularmente e que os donos dos boxes não tinham escritura porque o prédio de 2.414 metros quadrados, com mais de 30 anos, ainda não estava averbado em cartório (O MERCADÃO VAI VIRAR SHOPPING POPULAR, FOLHA DE LONDRINA, 04/02, 2003, s/p).

Com a conclusão da revitalização em 2004, o poder público municipal não é mais responsável pela administração do espaço, as bancas e boxes foram negociados, de forma que os comerciantes que já ocupavam os espaços tivessem prioridade de compra (O MERCADÃO VAI VIRAR SHOPPING POPULAR, FOLHA DE LONDRINA, 04/02, 2003).

Desde então, o “Mercadão” tem nome legal: *Condomínio Comercial Prefeito Horácio Amaral*, e sua gestão acontece de forma privada, onde um síndico é eleito e, desta forma, conduz as ações administrativas e representa o coletivo de lojistas do espaço.

Para o atual síndico Oséias Furtado de Mel, que ocupa o cargo de gestão faz dois anos e tem loja há 25 anos no Mercado, “as coisas ficaram mais fáceis de serem resolvidas desde quando virou condomínio, se fosse preciso trocar uma lâmpada, por exemplo, era muito demorado, hoje não, já resolvemos rapidamente”.

Para além das questões administrativas e jurídicas, o Mercado teve outro evento que marcou sua história de maneira bastante significativa. No ano de 2009, em um domingo no período da noite, o prédio do mercado é acometido por um incêndio, o Corpo de Bombeiros municipal estimou, na época do ocorrido, que quase 100% do local tenha sido atingido (INCÊNDIO DESTRÓI O MERCADÃO DE CAMPO MOURÃO, GAZETA DO POVO, 19/10, 2009).

Figura 30 - Fotografias do incêndio no Mercado de Campo Mourão em 2009.



Fonte: GAZETA DO POVO, 2009
Autoria: Renan Colombo e Dirceu Portugal,

O Mercado possuía paredes construídas em alvenaria, no entanto seu forro era de madeira, e muitas lojas armazenavam produtos inflamáveis, como brinquedos de plástico e roupas, o que contribuiu para a propagação de forma rápida e intensa do fogo (INCÊNDIO DESTRÓI O MERCADÃO DE CAMPO MOURÃO, GAZETA DO POVO, 19/10, 2009).

O Mercado na ocasião era ocupado por 69 boxes, o que representava entre 35 e 40 lojas diferentes, o incêndio representou um prejuízo estimado em aproximadamente R\$ 1,5 milhão, de acordo com o síndico do Mercado na época, Luiz Carlos Ramalho (INCÊNDIO DESTRÓI O MERCADÃO DE CAMPO MOURÃO, GAZETA DO POVO, 19/10, 2009).

Com ajuda da prefeitura, que disponibilizou recursos financeiros para aluguel de um outro espaço para alocação dos comerciantes provisoriamente, e com recursos que o seguro do condomínio possuía – os quais cobriam danos à infraestrutura - o Mercado foi reconstruído literalmente das cinzas (Incêndio Destrói o Mercado de Campo Mourão, GAZETA DO POVO, 19/10/ 2009).

Em 2011 foi realizada a reinauguração do espaço do Mercado Municipal “Condomínio Prefeito Horácio Amaral”, e os lojistas que haviam perdido suas lojas no incêndio voltaram com as atividades em sua sede de origem totalmente revitalizada. (Incêndio Destrói o Mercado de Campo Mourão, GAZETA DO POVO, 19/10/ 2009).

Desde então, o Mercado, mesmo com infraestrutura mais moderna, no que se refere a materiais de construção, preserva as características arquitetônicas de seu projeto original e resiste como lugar de referência urbana para a cidade. O espaço ainda permanece cheio de memórias e histórias que ligam o presente ao passado, muitas delas

reproduzidas e afirmadas pelos empresários, que, por meio de gerações, garantem a oferta material e imaterial de elementos que estruturam o funcionamento do espaço.

Contudo, será que os frequentadores e os lojistas percebem o Mercado como patrimônio de Campo Mourão? Uma forma de entender tanto como os visitantes e lojistas do Mercado de Campo Mourão percebem o espaço e qual sua representatividade, enquanto patrimônio municipal, é questionando-os e pesquisando-os.

2.4 A percepção dos frequentadores e dos lojistas do Mercado Municipal de Campo Mourão Pr.

2.4.1 O instrumento de pesquisa

A fim de descobrir a percepção dos frequentadores e dos lojistas do Mercado de Campo Mourão, enquanto patrimônio da cidade, por meio de uma abordagem de amostragem não probabilística, por intencionalidade e conveniência (DENCKER, 2002; GIL, 2010), elaboramos um questionário, para coleta de dados.¹⁹

A amostragem por intencionalidade e conveniência aplicada aos frequentadores e lojistas do mercado que se mostraram dispostos a colaborar com a pesquisa permitiu a seleção de pessoas dentro do universo que representaram a intenção de estudo. Conforme destaca Gil (2010, p.93): “Consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população”.

Em relação à escolha da técnica de pesquisa, questionário, se deu atendendo aos pressupostos de Dencker (2002) e Gil (2010). Segundo os autores, a finalidade do questionário é obter, de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação em relação a uma população ou amostra.

No que diz respeito às perguntas, estas objetivaram coletar, direta ou indiretamente, as razões do comportamento ou atitude específica dos entrevistados, mostrando seu nível de informação. Desta maneira, buscaram estar comprometidas com a finalidade do estudo de forma clara para que os entrevistados não tivessem dificuldades em respondê-las (DENCKER, 2002).

¹⁹ O questionário está disponível ao final deste trabalho como Apêndice A

Para a aplicabilidade do instrumento de coleta de dados, diante das características de funcionamento do nosso objeto de pesquisa, foi necessário estabelecer alguns critérios que contribuíssem com a validação das informações coletadas, sendo eles:

- A aplicação de forma virtual do questionário dos frequentadores, pela distribuição de um link para preenchimento em grupos e contatos de WhatsApp
- A aplicação *in loco*, com a abordagem dos frequentares e dos lojistas.
- Horários diferenciados, no período da manhã e tarde
- Dias de início de mês, por maior fluxo de pessoas em função do recebimento de salários.

Desta forma a coleta de dados se iniciou no mês de julho de 2022, e se findou no início do mês de fevereiro de 2023, com 53 respondentes para o questionário relativo aos frequentadores e 20 respostas para o questionário dos lojistas, o que permitiu a formação de uma base plural de 73 respostas para nossa análise.

O questionário desenvolvido para os frequentadores foi organizado (apêndice A) em três (3) blocos de perguntas.

O primeiro bloco objetivou investigar o perfil dos frequentadores quanto à idade, sexo, residência, escolaridade. O segundo bloco se fixou em questões relacionadas à motivação da ida ao mercado municipal, como, por exemplo, a atratividade dos produtos e serviços, o atendimento, bem como sua infraestrutura.

Já o terceiro bloco foi composto por questões que permitiam expressar a opinião dos entrevistados quanto à historicidade e à simbologia do espaço para a cidade.

Da mesma forma, o questionário elaborado para os lojistas (Apêndice B) também se dividiu em três (3) blocos de questionamento, contudo, neste caso, as primeiras questões buscaram identificar o tipo de produto comercializado, o tempo de funcionamento do empreendimento no Mercado, bem como a quantidade de empregos gerados por cada lojista.

O segundo e terceiro bloco do questionário para os lojistas seguiram a mesma organização de questões do questionário dos frequentadores, para que fosse possível o cruzamento de informações na análise dos dados.

Além dos questionários, foi realizada uma entrevista (Apêndice C) com o síndico do condomínio comercial Horácio do Amaral – Mercado, em uma tarde no mês de janeiro de 2023, com perguntas semiestruturadas. Foi possível entender como a gestão do espaço acontece, bem como os principais pontos positivos e negativos do espaço na

percepção síndico. A entrevista teve duração de 02 horas e aconteceu na loja que ele possui no Mercado.

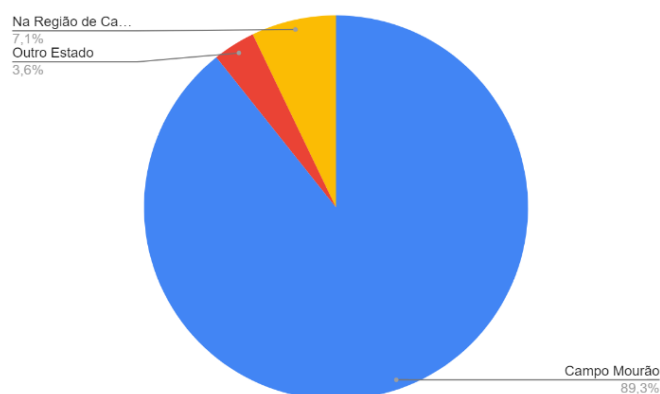
Os dados coletados permitiram análises e reflexões sobre o espaço estudado, contribuindo para a estruturação de possíveis ações que auxiliem na afirmação do lugar como Patrimônio Municipal, pelo menos em plano afetivo, e assim de sua história e de suas memórias.

2.4.2 Apresentação e análise dos resultados

Diante dos dados levantados, organizados e tabulados, nossa análise parte do perfil dos frequentadores do Mercado de Campo Mourão. Observou-se uma diversidade de idades frequentantes do espaço, a maior parcela das visitas acontece por pessoas adultas com idade entre 45 e 55 anos, representando um percentual de 35%, há também uma parcela significativa de jovens entre 15 e 25 anos, 14%, e da mesma forma, se destacam os visitantes idosos com mais de 65 anos de idade, com um representativo de 10,7%. Essa diversidade etária é corroborada pela afirmativa da maioria dos lojistas: 85,7 % garantem que seus negócios atendem a todos os públicos e a todas as idades. No que se refere ao gênero, 53% dos entrevistados são do sexo masculino e 46% do sexo feminino e, em relação à escolaridade, 67% dos respondentes informaram possuir ensino superior completo ou incompleto e 33% ensino fundamental ou médio concluídos.

Ainda em especial, a diversidade de faixas etárias identificadas acenam para os diferentes usos, bem como para os interesses de usos atribuídos ao espaço, e neste sentido ao pensarmos no Mercado enquanto um bem cultural de Campo Mourão a apropriação dos vários grupos o classificam coletivamente como um espaço de significados singulares na cidade, e assim nos aproximamos da reflexão proposta por Canclini (1994, p.92), que considera que o “patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica”.

Em sua grande maioria, a demanda real de frequentadores do Mercado é de residentes do próprio município, como podemos observar no gráfico (1) abaixo.

Gráfico 1 - Local de Residência dos frequentadores do Mercado de Campo Mourão

Fonte: Organizado por PEGORARO, 2023.

Ao analisarmos esse quantitativo sob o viés dos processos de patrimonialização em uma perspectiva ampla do campo, para além daqueles oficiais, podemos considerar que os residentes têm, nos seus usos, o Mercado associado também a uma questão cultural, as “idas e vindas” ao lugar fazem parte da identidade cultural local.

De acordo com Gonçalves (2000) a patrimonialização de um bem cultural está diretamente relacionada aos processos culturais herdados, ou reconstruídos pelos diversos grupos sociais com os elementos culturais. Esses processos de alguma forma funcionam como mediadores dos patrimônios. A nosso ver, os mourãoenses, ao utilizarem o Mercado estão em constante processo de trocas e afirmações culturais e apropriações patrimoniais.

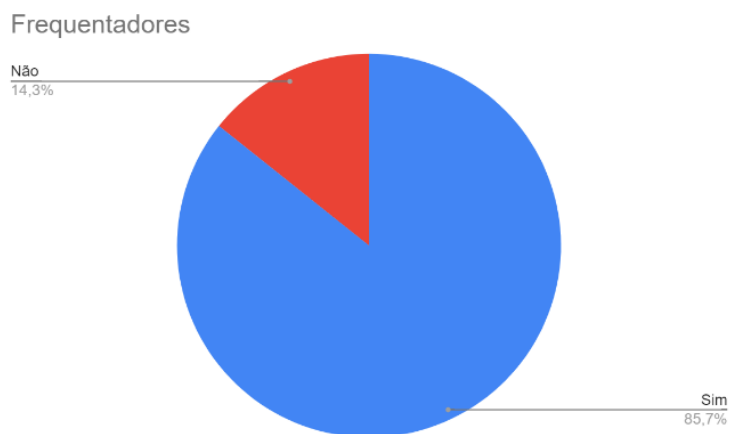
No entanto, há também de ser considerada a demanda potencial representada ainda de forma tímida - 7,1%, - pelos frequentadores das cidades da região dos municípios de Campo Mourão (COMCAM)²⁰. Além de bem cultural municipal, o Mercado pode representar uma potencialidade enquanto atrativo turístico, por sua localização estratégica. Ele está próximo a um centro de saúde regional, o que faz com que diariamente aumente o fluxo de pessoas nas suas imediações. Em nossas entrevistas foram identificados moradores das cidades de Peabiru, Barbosa Ferraz, Terra Boa, Janiópolis, Mamborê, Luiziana.

O desenvolvimento de atividades para além das comerciais já ofertadas no espaço poderia ser uma alternativa para o incremento desta demanda e o fomento da atividade turística no local. Na percepção dos frequentadores, a inserção de outras atividades no

²⁰ Campo Mourão é a sede administrativa, política e econômica da COMCAM, *Comunidade dos Municípios de Campo Mourão*, que está representada por 24 municípios próximos, ou vizinhos.

Mercadão, como as culturais, representa uma oportunidade, 85,7% se mostraram favoráveis à sua realização.

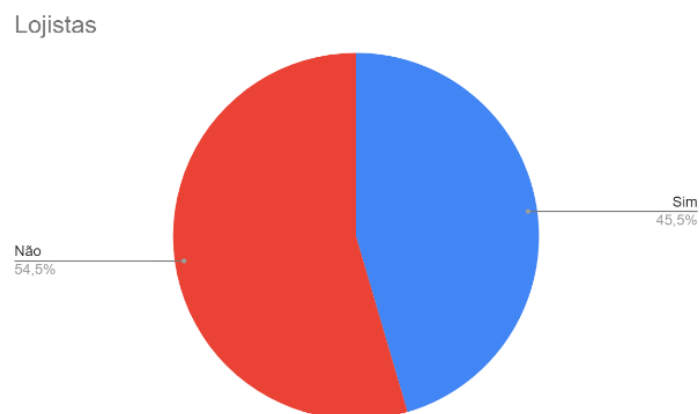
Gráfico 2 - Sobre a oferta de outras atividades, como atividades culturais no Mercadão - frequentadores.



Fonte: Organizado por PEGORARO, 2023.

Como sugestões de atividades culturais, foram apontadas pelos respondentes a realização de feiras com comidas típicas e regionais, apresentações musicais e teatrais, exposições e encontro de colecionadores, por exemplo, e, em específico, a utilização do estacionamento para atividades de recreação para a terceira idade, bem como a criação de um espaço de convívio. Talvez estas sugestões expressem uma necessidade dos residentes e ao mesmo tempo possíveis problemáticas relacionadas ao acesso e oferta de atividades culturais no município.

Diferentemente dos frequentadores, os lojistas se mostraram divididos quanto ao desenvolvimento de novas atividades, sendo que 54,5% dos entrevistados são contrários a promoção de atividades como as de cunho culturais, como ilustra o Gráfico 3.

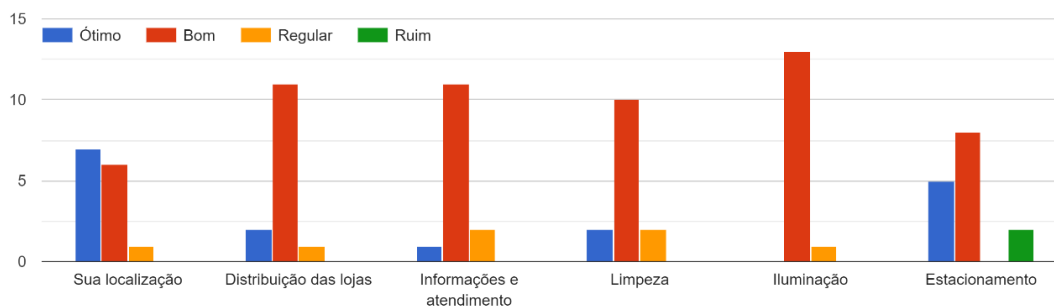
Gráfico 3 - Sobre a oferta de outras atividades, como atividades culturais no Mercado - lojistas.

Fonte: Organizado por PEGORARO, 2023.

Este percentual significativo de negativas, pode ser explicado pelos problemas já enfrentados pelos lojistas no que diz respeito principalmente às questões jurídico administrativas, tanto que uma queixa apontada pelos lojistas é o fato do Mercado muitas vezes ser concebido como uma propriedade municipal.

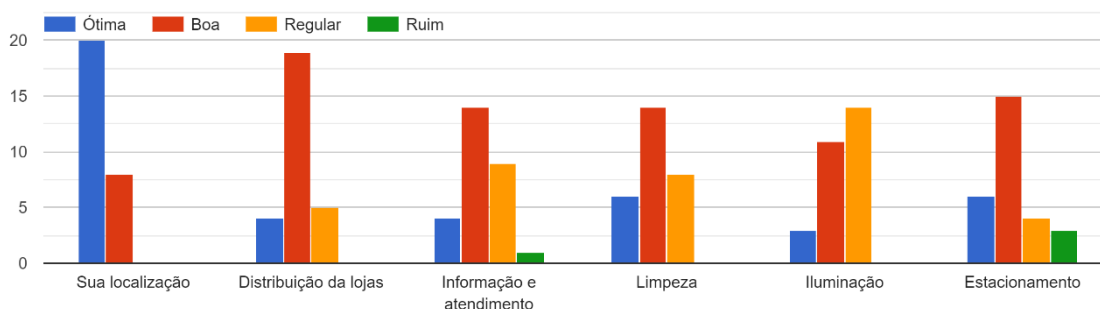
Outro fator relevante indicado repetidamente pelos lojistas questionados é a falta de espaço para a realização das atividades para além do que já é ofertado. Quanto ao estacionamento, este, na percepção dos lojistas, funciona como um grande facilitador para os frequentadores frente à recente normatização (pagamento de taxa pelo tempo de uso) dos estacionamentos em via pública realizada pelo Poder Público Municipal. Desta forma, a requalificação do estacionamento é apontada como um ponto negativo pela maioria dos donos de lojas entrevistados.

Para outras questões referentes à infraestrutura, tais como iluminação, limpeza, distribuição das lojas, informações e atendimento e localização os empreendedores qualificam como “boa” e suficientes para o atendimento com qualidade das necessidades dos frequentadores do Mercado, como se pode ver pelos índices apontados pelo gráfico 4.

Gráfico 4 - Qualificações da infraestrutura do Mercado - Lojistas.

Fonte: Organizado por PEGORARO, 2023.

Ao compararmos esta avaliação dos lojistas com a percepção dos frequentantes sobre os mesmos pontos, notamos discordâncias, principalmente no que se refere à informação e atendimento, limpeza e iluminação, como apontado pelo gráfico 5.

Gráfico 5 - Qualificações da infraestrutura do Mercado- Frequentadores.

Fonte: Organizado por PEGORARO, 2023.

Em relação ao acesso à informação e atendimento ao público, observou-se a ausência de placas de sinalização informativa quanto ao horário de funcionamento do Mercado, placa com mapa de distribuição das lojas, ou ainda qualquer conteúdo que auxiliasse os frequentadores no uso do espaço. No que diz respeito à iluminação, principalmente em dias chuvosos e pela exposição de muitos produtos nos corredores faz com que o ambiente fique com sua luminosidade prejudicada, tornando o lugar escuro.

Quanto a limpeza, é possível notar, principalmente no período da tarde no ambiente interno, marcas pelo fluxo de pessoas (pegadas e lixo), no chão. No ambiente externo, são perceptíveis marcas de uso nas paredes. Também não foram identificadas lixeiras para uso comum, tanto interna como externamente.

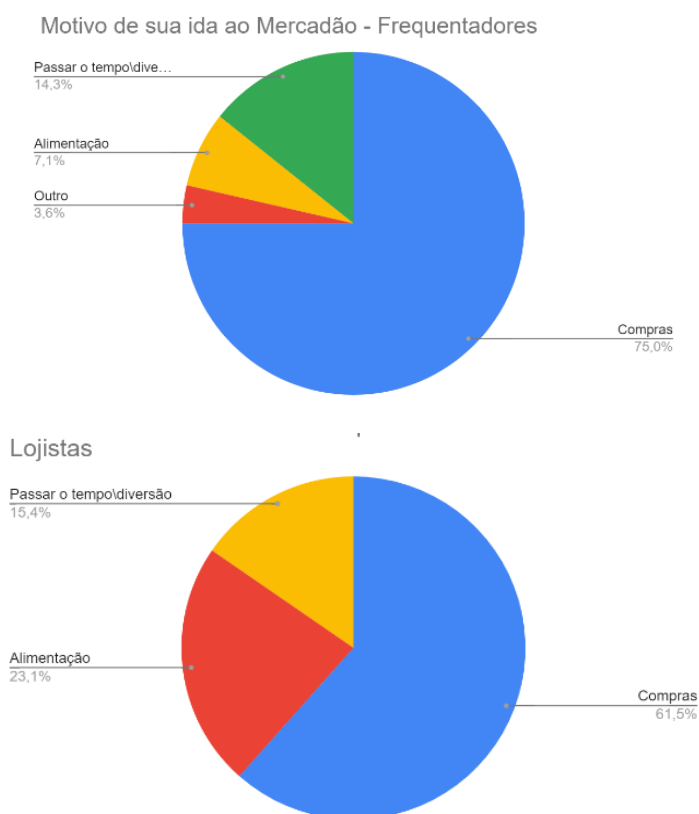
Quando da nossa entrevista junto ao síndico, tais questões foram abordadas, e em resposta o gestor considera que não há problemas com a iluminação e que a manutenção preventiva e corretiva das lâmpadas acontece com regularidade, inclusive há iluminação de emergência instalada nos corredores. A respeito da limpeza, ele nos informou que o condomínio tem uma funcionária que faz os serviços necessários tanto no período da manhã como da tarde, mas que, de fato, apenas uma funcionária não é suficiente para a demanda de serviço existente.

Já sobre as questões de informação e atendimento, o síndico informou que cada lojista tem autonomia na fixação dos horários de atendimento, desta forma não vê a necessidade de placas informativas. Para os outros tipos de comunicação com informações que auxiliassem o visitante do espaço, mostrou-se interessado em uma possível proposição aos lojistas para a implementação deste tipo de sinalização.

A nosso ver, o planejamento de atividades, além das comerciais, de forma participativa por meio de parceria público – privada, por exemplo, pode contribuir na minimização destas questões elencadas pelos frequentadores como problemas, e ainda incentivar à delimitação de estratégias que favorecessem a promoção do lugar para além de um centro comercial, fortalecendo e afirmando assim o consumo do espaço também em seu âmbito cultural.

Deste modo, como afirma Meneses (2006), pensar em um planejamento diferente, com um olhar mais qualificado, onde o bem histórico-cultural possa ser apropriado como uma construção histórica e cultural dinâmica e em andamento contribui para a inclusão identitária e social de quem participa desse processo.

Hoje, os usos do Mercado são alavancados por seus aspectos econômicos e comerciais, a principal motivação de uso são compras, por concentrar de fato uma diversidade de produtos e serviços em um mesmo espaço. Esta motivação é uma percepção comum tanto para os frequentadores, quanto para os lojistas, como podemos observar nos percentuais (gráfico 6) abaixo,

Gráfico 6 - Motivação de ida ao Mercado.

Fonte: Organizado por PEGORARO, 2023.

A atividade econômica também condiciona a frequência de idas da maioria dos frequentadores ao espaço: 60,7% dos entrevistados indicam que vão ao Mercado sempre que precisam adquirir um produto ou serviço. Apesar disso, o valor econômico atribuído ao bem cultural não deve ser um fator limitante na consideração de outros aspectos que entendemos importantes e significativos, como os culturais já mencionados.

O espaço não se torna desqualificado enquanto bem cultural só porque tem como atividade âncora o comércio, como destaca Gonçalves (2007, p.110) “Esses bens são ao mesmo tempo de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica, fisiológica”.

Nesta perspectiva, procuramos entender dos lojistas e dos frequentadores como esses outros aspectos são absorvidos. A diversidade de olhares afirma a importância de entendimentos plurais sobre apropriações feitas aos patrimônios, em específico ao Mercado de Campo Mourão ao buscarmos pelas experiências vividas, expressas em linguagens, conhecimentos, modos de usar o bem cultural e seu espaço físico, por aqueles que são frequentantes, e por aqueles que o têm como labor, poderemos criar caminhos

diferentes para conhecer, preservar, difundir - enquanto também patrimônio cultural (CANCLINI, 1994).

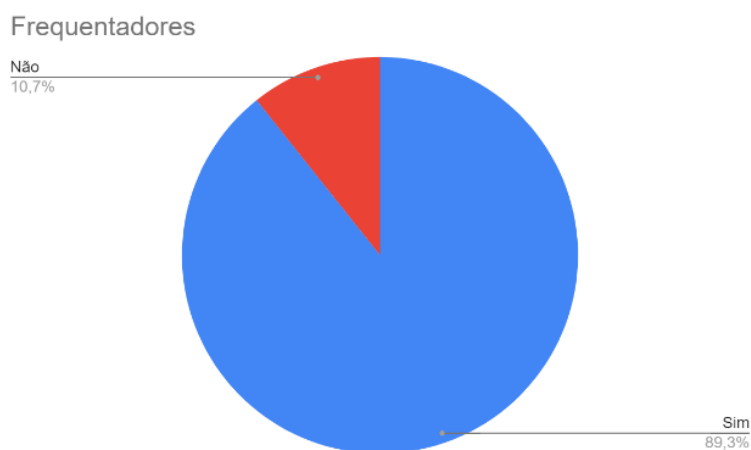
Nesta aspecto, os patrimônios exigem mais do que uma mera verificação, é necessário o questionamento sobre seus vários âmbitos, os questionamentos se mostram sempre reveladores, conforme destaca Choay (2017).

De acordo com Meneses (2006, p.62): “A interpretação do patrimônio é uma atividade de comunicação destinada a compreensão dos bens culturais. Ela atribui significados possíveis ao legado histórico e cultural e permite a quem usufrui do conhecimento do patrimônio, a possibilidade de criar soluções a problemáticas”.

Desta forma procuramos entender os aspectos referentes à historicidade, memória e simbologia do Mercado de Campo Mourão pelos olhares dos lojistas e dos frequentadores, a fim de qualificá-lo como um patrimônio afetivo da cidade.

Quando questionou-se os grupos pesquisados sobre lugares que faziam parte da história da cidade de Campo Mourão e se, nas suas percepções, o Mercado é um deles, a maioria dos frequentadores 89,3%, como ilustra o gráfico 7, consideram que “sim”, o Mercado faz parte da história e, de forma unânime, 100% dos lojistas também percebem o espaço deste modo.

Gráfico 7 - Mercado como lugar histórico de Campo Mourão.



Fonte: Organizado por PEGORARO, 2023.

Consideramos, apoiados nos postulados de Choay (2017), que na constituição de um patrimônio a natureza ou valor afetivo é essencial, é necessário exercitar e aflorar memórias, de forma a recordar o passado e fazê-lo conectar-se com o presente, para que possam manter e preservar suas singularidades e particularidades, ou seja, sua identidade.

Esta relação afetiva fica clara nos relatos sobre a historicidade e sobre as memórias, vivências e experiências dos entrevistados com o Mercado

Em seus aspectos históricos, alguns dos entrevistados consideram que o Mercado:

“É um prédio histórico, que conta um pouco da história de Campo Mourão” (ENTREVISTADO A).

“Possui mais de 50 anos de história, foi um prédio construído para os feirantes da época” (ENTREVISTADO B).

“O mercado é uma referência por ser antigo, se tornou um costume ir até lá a procura de produtos que sabemos ter somente lá” (ENTREVISTADO C).

“O mercado é um dos primeiros pontos de venda da cidade, onde antigamente era uma estrutura aberta que funcionava como uma feira. Muitos comerciantes iniciaram lá e permanecem até os dias de hoje” (ENTREVISTADO D).

“O Mercado está presente há muitos anos na cidade. Muitas lojas de lá são passadas de até 3 gerações anteriores, e estas possuem muitos clientes que são fiéis a estas lojas. Assim também acontece com os clientes que levam suas outras gerações para comprar lá. Além de tudo isso, o mercado possui uma grande variedade de produtos, todos em uma estrutura só, fazendo com que as pessoas vão até lá não só pra comprar uma agulha, mas aproveitam e compram um chá e também um café (referência de lá) (ENTREVISTADO E).

“Pelo seu tempo de funcionamento; pela edificação característica; pelo fato de fazer parte do ideário de cada indivíduo” (ENTREVISTADO F).

Ao refletirmos a sobre a importância histórica do Mercado para a cidade de Campo Mourão, podemos de fato pensar os patrimônios como sistemas de relações sociais e simbólicas capazes de operar uma mediação sensível entre o passado, o presente e o futuro (GONÇALVES 2015).

Para além do seu aspecto histórico, as memórias, vivências e experiências conectam de maneira significativa as relações dos agentes mediadores nos processos de patrimonialização. Da mesma forma e na mesma medida em que a historicidade do Mercado se destaca, as memórias, vivências e experiências complementam o processo, e assim destacamos os seguintes relatos:

“É um local muito conhecido, utilizado como ponto de referência, além de que lá encontramos mais do que produtos, encontramos uma relação humana e afetiva entre vendedores e compradores” (ENTREVISTADO F).

“Um lugar acolhedor desde a minha infância” (ENTREVISTADO G).

“Marcou minha infância, frequentava semanalmente com meu pai, onde comprava carne e hortifrutis” (ENTREVISTADO H).

“Porque é um espaço que frequento desde adolescente, faz parte da nossa vida” (ENTREVISTADO I).

“Cresci vendo pessoas de várias gerações frequentemente no mercadão” (ENTREVISTADO J).

“Desde adolescente frequento, então tornou-se um lazer” (ENTREVISTADO K).

“Quando era criança minha mãe me trazia no mercadão para passear” (ENTREVISTADO L).

“Trinta anos de longas memórias, passei minha infância aqui no mercadão” (ENTREVISTADO M).

“A época que aconteceu o incêndio” (ENTREVISTADO N).

“Sorvete de massa. Saía do colégio e passava para tomar... sabor de infância” (ENTREVISTADO O).

“Era o passeio semanalmente com meu pai, onde comprava carne e hortifrutis e eu fazia um lanche no Bar do Seu Ozório, ou lanchonete do fruto maduro para tomar suco de polpa de frutas” (ENTREVISTADO P).

São exatamente as relações e apropriações coletivas associadas ao tempo, às memórias, vivências e experiências que afirmam o bem cultural em patrimônio e o promovem para além das estratégias oficiais, são estas relações que instigam sua conservação sem a necessidade de instrumentos jurídicos administrativos, ou seja, por outras formas e sentidos se materializam e imaterializam o patrimônio.

Diante de tais ponderações é possível considerar numa perspectiva plural que o Mercadão de Campo Mourão é um patrimônio afetivo da cidade, e uma forma que encontramos de atestarmos este fato foi por meio da confecção de uma nuvem de palavras a partir das expressões indicadas pelos entrevistados para definição do espaço.

Figura 31 - Se você pudesse definir o Mercadão em uma palavra, qual seria?



Fonte: Organizado por PEGORARO, 2023

As palavras *histórico, memórias, lembranças, cultura, vida, antigo* indicam que o Mercado Municipal tem instalada uma rede de significados no ideário coletivo, talvez menos destacadas ou apreendidas, dos que as comerciais, contudo codificadas com a identidade cultural da cidade. Assim, faz-se necessário, para além de olhares qualificados, ações que auxiliem na sua afirmação, conservação e promoção.

Neste sentido, nossos apontamentos e reflexões acenam para lacunas que se ampliam para outros bens culturais da cidade de Campo Mourão no que diz respeito a estratégias e ações destinadas à disseminação de informações e conhecimento de forma efetiva sobre historicidades, memórias, vivências e experiências dos patrimônios oficiais e afetivos da cidade. Já que o que existe atualmente são iniciativas de comunicação e informação, tanto do poder público, quanto privado sempre no sentido de mera divulgação dos espaços ou das atividades desenvolvidas neles.

Diante deste cenário, entendemos oportuno a proposição de criação de um espaço virtual para disseminação de informações, saberes e conhecimentos de forma plural e dialógica, o que denominamos de *rede de compartilhamento de ações e saberes - projeto contando histórias, produzindo memórias*.

2.5 Projeto contando histórias, produzindo memórias.

Inspirados nas proposições da História Pública, pautados na importância da descentralização, bem como na democratização dos saberes (figura 32), criamos uma *rede de compartilhamento* e colaboração de saberes e ações, tendo como objeto de pesquisa e atuação os atrativos turísticos, em especial os patrimônios culturais institucionalizados ou afetivos de Campo Mourão.

Figura 32 - Rede de compartilhamento e colaboração de saberes e ações



Fonte: PEGORARO, 2022

A rede foi criada e articulada de forma multidisciplinar.

É composta por atores de vários campos do conhecimento, como Turismo, História, Tecnologia da Informação, pela gestão pública, na figura do Conselho de Desenvolvimento de Campo Mourão – CODECAM,²¹ por meio de sua *Câmara Temática de Cultura e Turismo*, onde estão contemplados, como membros efetivos e atuantes, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Fundação de Cultura (FUNDACAM), empreendedores do setor turístico em seus vários segmentos e representantes das instituições de ensino superior da cidade.

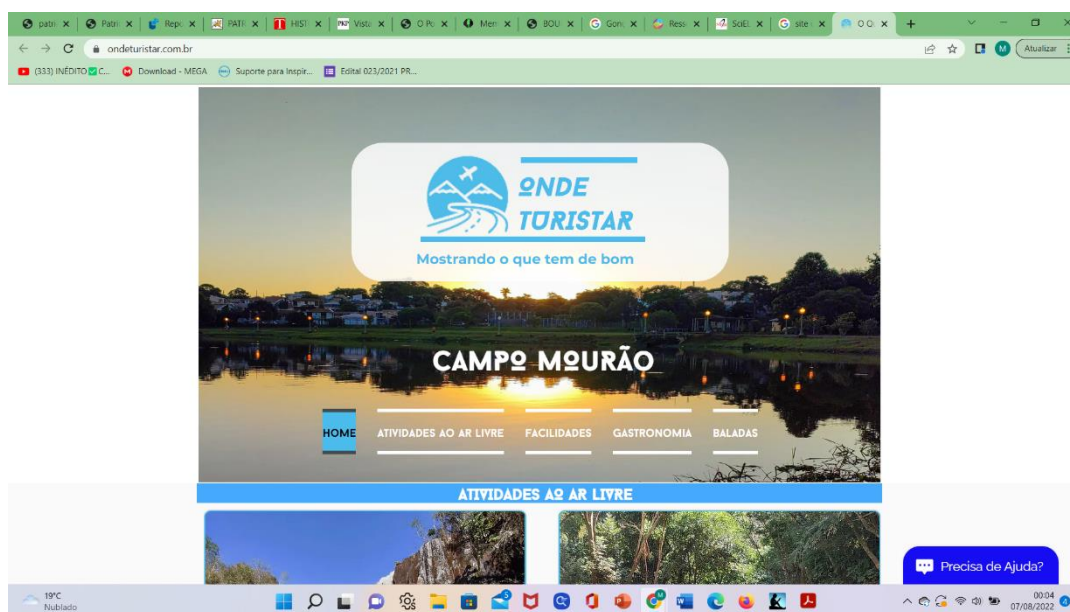
A partir do estabelecimento da rede de compartilhamento, criamos um grupo de trabalho com intuito de identificar e inventariar fontes e narrativas sobre os bens culturais do município, construir conhecimento de forma plural e definir estratégias de disseminação das informações levantadas. Essas ações caminham no mesmo sentido dos pressupostos apresentados pela História Pública e com o desenvolvimento do turismo de forma participativa.

²¹ O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Campo Mourão – CODECAM, foi criado em 2017. Tem a finalidade de aproximar a sociedade civil mourãoense do Poder Público Municipal para juntos, buscarem o desenvolvimento econômico de Campo Mourão. Sua estrutura organizacional é composta de um conselho pleno, uma mesa diretora e 8 câmaras temáticas denominadas: Câmara Temática do Agronegócio, Câmara Temática de Atração e/ou Captação de Investimentos, Câmara Temática de Comércio e Serviços, Câmara Temática de Educação e Empreendedorismo, Câmara Temática de Cultura e Turismo, Câmara Temática de Desenvolvimento Econômico em Saúde, Câmara Temática de Indústria, Tecnologia e Inovação, Câmara Temática de Urbanismo e Infraestrutura.

Como primeira ação foi sugerido o site *ondeturistar.com.br* como ferramenta tecnológica possível para a criação de uma seção destinada ao projeto. A sugestão do site se deu em função do responsável ser um dos integrantes do grupo de trabalho e já desenvolver atividades na área e ainda demonstrar interesse na perspectiva da proposta apresentada pelo grupo de trabalho.

O site tem como objetivo fornecer informação digital, com acesso público e totalmente gratuito, disponibilizando informações sobre opções de atividades de lazer na cidade, e busca promover o nome da cidade, incentivar o turismo e aquecer a economia local.

Figura 33 - Site onde Turistar



Fonte: *ondeturistar.com.br*, 2022

Atualmente, a maior parte das informações que o site disponibiliza está concentrada em dois grandes atrativos, os naturais e os gastronômicos da cidade de Campo Mourão. Em relação aos atrativos naturais, os parques, unidades de conservação e áreas verdes do município são o foco das publicações, o que de certa forma incentiva o desenvolvimento do turismo municipal em espaços naturais. Já as publicações relacionadas aos serviços de alimentação e gastronomia possibilitam informação sobre produtos e serviços disponibilizados.

Os atrativos históricos e culturais da cidade ainda não têm informação disponibilizada, desta forma, seria criado uma aba no menu para os patrimônios culturais e bens culturais de Campo Mourão o que auxiliaria e fomentaria os objetivos do site e do grupo de trabalho.

O grupo de trabalho tem se reunido periodicamente e planejado estratégias de ação a serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazo. A curto prazo, tem se encaminhado um projeto piloto, o qual se encontra em fase de formatação de conteúdo e de layout dos dados, bem como a forma como serão incluídos na página.

No conteúdo definido para esta fase, se concentrariam os bens culturais do Centro Histórico e Centro Cultural de Campo Mourão, e nossa pesquisa seria utilizada como fonte de dados. A médio e longo prazos, outras áreas e bairros da cidade seriam contempladas.

Para além da disponibilização das informações, o grupo tem a intenção de promover uma interação com os visitantes da página, os visitantes, ao buscarem informação no site, teriam espaços para inserir dados, informações, experiências e vivências e assim atualizar informações contribuindo para a constituição de memórias e histórias de forma colaborativa.

O Projeto ainda caminha de forma embrionária, mas não deixa de representar uma oportunidade para, de forma participativa, estimular o desenvolvimento do turismo no âmbito Municipal e de construir histórias e memórias sob olhares plurais. É importante que desde sua concepção o projeto segue incentivando e possibilitando novos olhares sobre novas formas de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que os patrimônios sempre estiveram presentes na vida das sociedades, com significados diversos, e características tanto materiais quanto imateriais tão singulares estruturaram, e ainda estruturam de forma bastante peculiar, as relações históricas, políticas, econômicas e culturais dos grupos sociais, e desta forma mostram-se permeados por processos dinâmicos de uso e desusos.

Herdados ou apropriados, os patrimônios ligam o presente a acontecimentos e fatos passados. Como “bens”, são interpretados e configurados no tempo e no espaço de modo que auxiliam na forma como nos reconhecemos pertencentes às comunidades, cidades e nação. Promovem identidades e sentimentos de pertença, e por meio deles é possível entender como as pessoas interagem com locais, objetos, acervos, valorizando-os ou negando-os.

Por esse motivo, sempre foram objetos importantes para estudos e pesquisas em várias áreas do conhecimento científico. Como campo bastante fértil de produção de conhecimento da História, norteiam discussões epistemológicas, teóricas e metodológicas, principalmente sobre as narrativas históricas e memórias, onde, por meio das vinculações que se dão entre o passado, presente e futuro, buscam as possíveis respostas para muitas das questões estabelecidas e fundamentadas em nossa sociedade.

Em específico à História Pública, seu entendimento deve se lançar para além de debates sobre definições e conceitualizações teóricas, e deve valer-se também de instrumentos que permitam práticas diferentes no processo de construção e disseminação do conhecimento histórico. Seus pressupostos permitem conectarmos alguns “outros” elementos e/ou atores que juntos podem construir uma história diferente, rica, democrática e multidisciplinar.

No que cabe ao Turismo em uma perspectiva participativa e responsável de seu planejamento e gestão, ele pode tornar-se aliado da História Pública, juntos podem guiar ações e propor novas ferramentas metodológicas que possam contribuir na construção de novas possibilidades de estudos e práticas acerca dos patrimônios e bens culturais. Neste sentido, destacamos a necessidade e relevância de mais estudos e pesquisas que discutam de forma conjunta não somente as possibilidades e vantagens, mas também as tensões e embates promovidos por esses campos teóricos.

A importância sobre tais necessidades foi percebida nas pesquisas identificadas e aqui apresentadas, ao expressarem a relevância da emergência e urgência em olhares plurais para os usos do patrimônio. A colaboração na produção do saber pode promover perspectivas e nuances ainda pouco evidenciadas nos patrimônios culturais como, por exemplo, e principalmente, outras formas de patrimonialização para além daquelas regidas por instrumentos legais. Na medida em que essa vertente se destaca, novos agentes mediadores passam a figurar como determinantes, e outros bens culturais se declaram como singulares.

Neste contexto, abrimos espaços para bens culturais populares de usos comum e coletivamente apropriados por narrativas que não se configuram como oficial. Ao delimitarmos os *Mercadões* como fonte de pesquisa, a partir destes pressupostos, trilhamos caminhos ricos, carregados de oportunidades, mas também cheio de embates e tensões. Neste sentido, valer-se da multidisciplinariedade pareceu-nos ser a estratégia pertinente, haja vista que olhares plurais promovem análises plurais.

Os Mercadões ao surgirem como espaços criados para abrigar e organizar as feiras livres, passaram a traduzir materialmente e imaterialmente o cotidiano de muitas cidades, a forma peculiar de suas edificações e estilos arquitetônicos os codificam como pontos de referência na paisagem onde estão inseridos. A concentração e variedade de produtos e serviços ofertados garantem a singularidade das relações comerciais. E enquanto espaço cultural promovem vivências e experiências que se transformam em sentimento de pertencimento e identidade.

Desta forma, por meios de uma gama de conexões complexas, devem ser percebidos como mais do que espaços comerciais, uma vez que dizem muito sobre nossas histórias e a forma como elas nos ligam e nos integram com nossas experiências no presente.

Em Campo Mourão, o período da implementação do Mercado, década de 1970, estava associado ao ideário político de configuração urbana e ordenamento territorial da cidade, nos moldes “de grande centro urbano”. Essa narrativa se afirmou como um momento histórico de bastante relevância, isso nos explica o porquê de muitos bens culturais deste período serem apropriados tanto de forma oficial como de maneira afetiva como patrimônio histórico pelos residentes de Campo Mourão.

No entanto, mesmo se alocando no espaço delimitado e denominado como “Centro Cultural”, o Mercado na historiografia municipal, diferentemente dos outros

bens, aparece de forma pontual com informações principalmente relacionadas a data de sua implementação a qual consideramos intrigante diante de sua representatividade.

Para além de uma lacuna historiográfica sobre o Mercadão, as questões que interferiram diretamente tanto na sua gestão como na sua infraestrutura - como a transferência do seu caráter público para o privado em 2002 e o incêndio em 2009 – talvez possam ter distanciado o bem cultural dos mecanismos municipais oficiais de patrimonialização, o que proporcionou a sua afirmação, ao menos em um primeiro olhar, do seu valor econômico, e o aproximou de seus valores simbólicos e afetivos (Talvez tais questão sejam ou sirvam como inspirações para futuras pesquisas).

Ao acessarmos, portanto, o Mercado Municipal enquanto objeto de pesquisa, nos aprofundamos em questões que não estavam postas, visíveis, a serem apenas observadas de forma simplificada. Estas questões estavam ligadas aos condicionantes de suas apropriações, principalmente aquelas vinculadas a uma perspectiva imaterial. Deste modo, foi decisivo estabelecer um espaço dialógico, onde o saber científico se conectasse com outros saberes, neste caso, o dos lojistas e dos frequentadores, permitindo assim de forma plural e compartilhada que muitas percepções fossem afloradas. A escuta aos dizeres, bem como as opiniões, deram base a nossas reflexões.

As percepções e suas relações com espaço a partir dos olhares dos lojistas e dos frequentadores permitiram considerarmos que as opiniões divergentes identificadas estão ligadas a questões materiais, como a infraestrutura do espaço por exemplo, e que aquelas ligadas à importância histórica, memória e experiências vividas, instalam-se e afirmam-se numa rede de significados comuns, codificados e conectados aos processos culturais que promovem a identidade cultural da cidade, afirmando assim o Mercadão como importante patrimônio cultural afetivo de Campo Mourão.

Acreditamos que, com o desenvolvimento de nossa pesquisa, podemos estimular um olhar diferenciado aos processos inerentes à patrimonialização dos bens culturais. Esperamos que os frequentadores e lojistas entrevistados sintam-se motivados em promover o Mercadão enquanto valoroso bem cultural. Em nível municipal, que seja incentivo para estabelecimento de ações de forma diversificada, participativa, onde se destaquem novas audiências e narrativas. E cientificamente seja utilizado como fonte para futuras pesquisas. Que o fruto de nosso trabalho incite novas perspectivas de identificação, seleção e gestão dos patrimônios culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ABREU, Marcelo. Fazendo história em comum: divulgação histórica, exposição, documentário e história pública. In: SCHIMIDT, Benito B; MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Fazendo História Pública**, Vitória (ES): ed. Milfontes, p.73-90, 2021

ALEX, Sun. **O projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: SENAC, 2008. 291p.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, de Oliveira Gouveia Marta. **História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história**, in Anais da ANPUH, 2013, disponível em:file:///C:/Users/Downloads/artigo%20Juniele%20da%20Anpuh_HisPublica_2013.pdf Acesso em: março de 2021.

AMÂNCIO, Hélder Pires. Antropologia e patrimônio cultura. **Cadernos NAUI** Vol. 3, No. 5, jul –dez 2014.

ARCÁDIA MOURÃOENSE. **Revista Pauta**. Campo Mourão, nº1, p.23. Dezembro de 1995.

BARRETO, Margarita. **Cultura e Turismo**. Campinas (SP). Papyrus, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em outubro 2021

BRASIL. **Decreto – lei nº 25**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acessado em outubro 2022

BRASIL. **Decreto N° 3551**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm> Acessado em outubro 2021.

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: **Magia, técnica, arte e política. Obras escolhidas**. V. 1. Tradução de: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, 3ª ed. São Paulo (SP): Ed Brasiliense, 1987. 253 p.

_____. Antiquidades. In: **Rua de mão única. Obras escolhidas II**. V 2 Tradução de: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo, Ed Brasiliense, 1987. 280 p.

BRZEZINSKI Francisco Irineu. **A futura Capital**. Campo Mourão, Jurua. 1975.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BATHKE, Wille Junior. Campo Mourão- anos 70- o que vemos? Blog do Wille Bathke Junior. Maio de 2011. Disponível em: https://wibajucm.blogspot.com/2011_05_01_archive.html. Acessado em outubro 2021.

CAMPO MOURÃO. **Decreto- Lei N° 2463**. Institui o Centro Cultural de Campo Mourão e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3211/leis-de-campo-mourao?q=+lei+2463> Acessado em outubro 2021.

CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção do Imaginário Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** – Cidades nº23, Rio de Janeiro: IPHAN- Minc, p.94-115, 1994.

CARVALHO. Rafael. **Mercado Público de Florianópolis: As atrações e como chegar**. 10 de dezembro de 2020. Esse mundo é nosso. Disponível em: <https://www.essemundoenosso.com.br/mercado-publico-de-florianopolis-como-chegar/>. Acesso em: 15 out. 2022.

CAUVIN, Thomas. Campo Nuevo, Prácticas Viejas: Promesas y Desafios de la História Pública. **Hispania Nova: Revista de História Contemporânea**. N. 1. Extraordinário, p. 7 – 51, 2020.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 6ªed. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo, Estação Liberdade/Editora UNESP, 2017.

_____. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro (Org.). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34. Brasília: IPHAN, 2011.

COLOMBO. Renan; PORTUGAL. **Incêndio destrói o Mercado de Campo Mourão**. Gazeta do Povo. Correspondente em Campo Mourão, Pr. 19/10, 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/incendio-destroi-o-mercadao-de-campo-mourao-akc22yhsf9w5ujfhqdmxxzpi/>. Acessado em Março de 2022.

CORDERO, A.H. “Los mercados públicos: espacios urbanos em disputa”. **Iztapalapa Revista de Ciencias Sociales y Humanidades** n.83:165-186. 2017 Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2007-91762017000200165&script=sci_abstract . Acesso em: 15 out. 2022.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Turismo e a Relação sociedade Natureza: Realidades Conflitos e Resistências**. Fortaleza-CE: Ed.UECE, 2007.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

CRUZ, Rita de Cássia. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço**. América Latina: cidade, campo e turismo, São

Paulo: USP, dez. 2006.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura. 2002, 286 p.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. O que é, como e por que História Pública? Algumas considerações sobre indefinições. VIII Congresso Internacional de História, 2017, Maringá. **Anais**: Universidade Estadual de Maringá, 2017. Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3426.pdf>. Acesso em Maio de 2021.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. 296p.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio. In: **Tempo Brasileiro**: Patrimônio Imaterial, Out-Dez, nº 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FUNARI, Pedro. Paulo; PINSKY, Jaime. (Orgs.) **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GÂNDARA, José Manoel Gonçalves; TORRES, Enrique; LEFROU, Daniel. A participação de todos os atores no processo turístico. **IBCDTur - Revista Virtual de Direito e Turismo**, v. 5, p. 35-36, 2005.

GASTAL, Susana de Araújo. Turismo e Cultura: por uma relação sem diletantismos. In: **Turismo**: 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAMMONT, Anna Maria .de. A Construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais. In **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, vol. 4, núm. 3, septiembre, 2006, pp. 437-442

GONÇALVES, José Reginaldo Santos “O patrimônio como categoria de pensamento” In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (Orgs.) **Patrimônio e memória**: ensaios contemporâneos, Rio de Janeiro: DPA/ FAPERJ, 2000.

_____. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2ª ed. Ed da UFRJ: Rio de Janeiro, 2004.

_____. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira, BELTRÃO, Jane Felipe, ECKERT, Cornelia (Orgs) **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

_____. O Mal-Estar no Patrimônio: identidade, tempo e destruição. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan.-jun. 2015.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Editora Vértice, 1990.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio, **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36. p. 261-273, Jul/Dez 2006.

_____. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HISTÓRIA ORAL. **Dossiê: Esportes & fontes orais** v. 24, n. 2, ISSN 2358-1654. Julho a dezembro de 2021. Disponível em v. 24 n. 2 (2021): Esportes & fontes orais | História Oral (historiaoral.org.br). Acesso em Junho. 2021

HORTA, M, L; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INCÊNDIO DESTRÓI O MERCADÃO DE CAMPO MOURÃO, *Gazeta do Povo*, Maringá Pr. 19 de Outubro de 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/incendio-destroi-o-mercadao-de-campo-mourao-akc22yhsf9w5ujfhqdmxxzpi/>. Acessado em Outubro de 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Mercado de são José, Recife Pe**. Encarte Rotas do Patrimônio: uma viagem através da história. Recife, PE 2018. (pdf)

KELLEY, Robert. Public History. Its origins, nature and prospects [História Pública, suas origens, natureza e perspectivas]. **The Public Historian**, v.1, n.1, p.16-28, 1978/ DOI102307/3377666

KEAN, Hilda. Where is Public History? [Onde está História Pública?] In: **A companion to public history**. Hoboken / David Dean. NJ. Ed. nº1 (2018) p. 33 – 44.

KÖHLER, André Fontan. As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro **Revista Iberoamericana de Turismo** v. 9, n. 2, p. 138-163, dez. 2019

LAMAS. José Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e desenho Urbano**. 6º ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. 590p.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 227p.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? O Público e seus passados. In. ALMEIDA Juniele R de; ROVAI, Marta G. de Oliveira (Orgs), **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, p. 31 – 52., 2011.

LOPES, Ricardo Ferreira; VASCONCELLOS, Lélia Mendes. Considerações sobre os mercados públicos: relação de sociabilidade e vitalidade urbana nas cidades. **Anais do III CINCCI – III Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: uma relação de origem**. São Paulo, 2010.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. Trad. Lúcia Haddad. São Paulo, (17) nov. 1998.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: ROCA, 2002.

MARQUES, Laura. CORIOLANO, Luzia Neide M.T. O Turismo que queremos e a cidade que desejamos. In. CORIOLANO, Luzia Neide M.T. VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Turismo e a Relação Sociedade Natureza: Realidades Conflitos e Resistências**. Fortaleza-CE, EdUECE, p.392-404. 2007.

MENESES, José Newton C de. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

_____. Posfácio, as leituras públicas da história e o patrimônio histórico-cultural. In. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO Ricardo (Orgs) **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 327 – 331

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.” In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**. SUTTI, Weber (Coord.) Brasília: IPHAN, 2012.

MERCADO DE FERRO RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO - 2010/2015. organização, Carla Ferreira Cruz, Fernando José de Mesquita e Giovanni Blanco Sarquis. – Belém, PA: Iphan-PA, 2015. (pdf)

MORIGI Josimari de Brito. **A verticalização urbana de campo mourão – Paraná (1970-2015): análise dos agentes produtores do espaço urbano**. 2016. 159f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Paraná. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD). – Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento. Campo Mourão, 2016.

MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone. A arquitetura dos mercados públicos. Tipos, modelos e referências projetuais. **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 138.02, Vitruvius, nov. 2011. Disponível em <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MONTONI, Gabriela. **Mercado da Candelária**. Rio Memórias. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/mercado-da-candelaria/>. Acesso em: 15 out. 2022.

NASCIMENTO, Douglas. **O Mercado Municipal que quase tivemos**. São Paulo Antiga. São Paulo. 12/01/2021. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/o-mercado-municipal-que-quase-tivemos/>. Acesso em: 15 out. 2022.

NEIVA, Renata. **Mercado Público de Florianópolis**. Cidade e cultura com Florianópolis 12, 10, 2018. Disponível em: <https://www.cidadeecultura.com/mercado-publico-de-florianopolis/>, Acesso em: 15 out. 2022.

NIGRO, Giuliano. **Mapa de localização centro cultural e centro histórico**. Campo Mourão, 2023. Escala: 1x25.000cm.

NIGRO, Giuliano. **Mapa Turístico de Campo Mourão**. Campo Mourão, 2023. 1 mapa .

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.07-28. Dez 1993.

O MERCADÃO VAI VIRAR SHOPPING POPULAR. Folha de Londrina. Londrina, Pr. 04/02, 2003. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/mercadao-de-campo-mourao-vai-virar-shopping-popular-433677.html>. Acessado em Março de 2022

OLIVEIRA, Abrahão de. **História do Mercado Municipal de São Paulo**. Sp in Foco. 03 de abril de 2013. Disponível em <https://www.saopauloinfoco.com.br/tag/historia-do-mercado-municipal-de-sao-paulo/> Acessado em Novembro de 2022

O QUE ENCONTRAR NO MERCADÃO DE CAMPO MOURÃO. Trilhas e Lugares. 17 de Novembro de 2015. Disponível em: <https://trilhaselugares.com/o-que-encontrar-no-mercadao-de-campo-mourao>. Acessado em Março de 2022

/

PADLS, Pedro Calil. O Paraná: Uma Visão de Conjunto, **Revista de Administração Empresarial**, Rio de Janeiro, v. 11(1), p. 35-50 Jan.\Mar. 1971.

PARANÁ. **Conselho do Patrimônio Cultural**. Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba, Paraná. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/> Acesso em 01\2023.

PARQUE DO LAGO COMPLETA 42 ANOS. Tribuna do Interior. Campo Mourão, Pr. 02/05, 2013. Disponível em <https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/parque-do-lago-completa-42-anos/>. Acessado em Março de 2022

PIZZI, R. A trajetória e utilização do conceito de patrimônio ao longo do tempo. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 19, n. 1, p. 21 - 36, 30 abr. 2020.

PINTAUDI, S. M. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (81). Disponível em

<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-81.htm>> [ISSN: 1138-9788]. Acessado em Março de 2022.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

REVISTA DE CULTURA E TURISMO – CULTUR. v. 16 n. 2 (2022): CULTUR, Ano 16, n. 02, Nov 2022. ISSN: 1982-5838 Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/issue/view/207> Acesso em Dezembro 2022

REVISTA DE CULTURA E TURISMO – CULTUR v. 16 n. 1 (2022): CULTUR, Ano 16, n. 01, Abr 2022. ISSN: 1982-5838 Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/issue/view/201> Acesso em Dezembro 2022

REVISTA DE CULTURA E TURISMO – CULTUR. v. 15 n. 2 (2021): CULTUR, Ano 15, n. 02, Nov (2021) ISSN: 1982-5838 Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/issue/view/194> Acesso em Dezembro 2022

REVISTA DE CULTURA E TURISMO – CULTUR. v. 15 n. 01 (2021): CULTUR, Ano 15, n. 01, Mai (2021). ISSN: 1982-5838 Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/issue/view/193> Acesso em Dezembro 2022

REVISTA DE CULTURA E TURISMO – CULTUR. v. 14 n. 02 (2020): CULTUR, Ano 14, n. 02, Nov (2020). ISSN: 1982-5838 Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/issue/view/187> Acesso em Dezembro 2022

REVISTA DE CULTURA E TURISMO – CULTUR. v. 14 n. 01 (2020): CULTUR, Ano 14, n. 01, Mai (2020). ISSN: 1982-5838 Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/issue/view/182> Acesso em Dezembro 2022

REVISTA CANOA DO TEMPO. História Oral e Pública: escutas sensíveis em tempos desafiadores. v. 12 n. 01. ISSN: 25948148. Janeiro a Junho 2020 Disponível em

https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/issue/view/380 , Acesso em Junho. 2021

REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS. Dossiê História Pública. v. 27 n. 54(CPDOC - FGV) – Junho a Dezembro de 2014. ISSN: 01032186. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/2483>. Acesso em Junho. 2021

REVISTA HISTÓRIA HOJE. Dossiê: História Pública v. 08, n. 15 ISSN: 1806-3993. Janeiro a Junho 2019. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/15/showToc>. Acesso em Junho. 2021

REVISTA RESGATE. Dossiê História Pública. V. 22 n.28. Junho a Dezembro de 2014. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/issue/view/1177/showToc>. Acesso em Junho. 2021

REVISTA NUPEM. **Dossiê: História Pública** v. 11, n. 23 ISSN: 2176-7912. Maio de 2019. Disponível em: <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/issue/view/24>. Acesso em Junho. 2021

REVISTA TEMPO E ARGUMENTO. **Dossiê História Pública**. V. 08 n. 19 - ISSN:21751802. Dezembro de 2016. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/issue/view/519/showToc>. Acesso em Junho. 2021

REVISTA TRANSVERSO. **Dossiê História Pública**. V. 07 n. 07 - ISSN:2179-7528 .2016. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/tranversos/issue/view/1384/showToc>. Acesso em Junho. 2021

REVISTA OBSERVATÓRIO. **Dossiê Por uma História Pública:** comunicação e ensino e aprendizagem. v. 3 n. 2 ISSN:2447-4266. Abril a Junho de 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/issue/view/178>. Acesso em Junho. 2021

ROBERTA Giraldi Romano; et al. Mercados municipais: olhares sobre cultura e territorialidade em diferentes regiões do Brasil. **Gaia Scientia**, [S. l.], v. 14, n. 4, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1981-1268.2020v14n4.52758. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/52758>. Acesso em: 15 out. 2022.

ROUSSO, Henry. **L'histoire appliquée ou les historiens thaumaturges**. [A história aplicada ou os historiadores taumaturgos] Vingtième Siècle, revue d'histoire, n.1, janvier 1984. Histoires de l'avenir. 1984 au rendez-vous d'Orwell. P.105-122. Doi: 13.3406/xxs.1984.1771

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, p. 23 – 35, 2016.

SANTOS JR, Jair Elias; VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão: A Construção de uma Cidade**. Campo Mourão: Midiograf, 2018.

_____. **Patrimônio Cultural: um retrato de Campo Mourão**. Campo Mourão (PR): Kromoset, 2010.

SIMIONATO, Edina Conceição. **Campo Mourão: Sua gente... Sua história**. 3ª Ed. Revista e ampliada. Campo Mourão: Kromoset Artes Gráficas, 2008.

XVII SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO 2020. Webseminário. **Anais**, ISSN: 23596805, anptur.org.br: Dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=17> Acesso em Dezembro 2022

XVIII SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO 2021: resiliências e enfrentamento de crises no turismo. Webseminário. **Anais**, ISSN: 23596805, anptur.org.br. Setembro de 2021. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=18> Acesso em Dezembro 2022

XIX SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO 2022: ANPTUR 20 anos: passado, presente e futuro da pesquisa em turismo no Brasil. **Anais**, ISSN: 23596805, anptur.org.br: Setembro de 2021. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=19> Acesso em Dezembro 2022

I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA PÚBLICA: A HISTÓRIA E SEUS PÚBLICOS. **Anais**, Rede Brasileira de História Pública (RBHP). Universidade de São Paulo Julho de 2012. Disponível em: https://redebrasileiradehistoriapublica.files.wordpress.com/2013/01/a-histc3b3ria-e-seus-pc3bablicos-_. Acesso em Agosto de 2021.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA PÚBLICA – “PERSPECTIVAS PARA A HISTÓRIA PÚBLICA NO BRASIL”. **Anais**, Rede Brasileira de História Pública (RBHP, Universidade Federal Fluminense, Setembro 2014. Disponível em: <http://historiapublica.com.br/wp-content/uploads/2016/04/Anais-II-Simposio-RBHP-2014.pdf>. Acesso em Agosto de 2021.

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA PÚBLICA – HISTÓRIA PÚBLICA EM DEBATE. **Anais**, Rede Brasileira de História Pública (RBHP, Universidade Regional do Cariri, Ceará, Novembro de 2016 disponível em: <http://www.historiapublica.com.br/simposio2016/>. Acesso em Agosto de 2021.

IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA REDE BRASILEIRA DE HISTÓRIA PÚBLICA. **Anais**, Rede Brasileira de História Pública (RBHP, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP Leste). Agosto de 2018. Disponível em: <https://issuu.com/ricardosanthiago/docs/publichistory2018>. Acesso em Agosto de 2021.

THIESSE, A.-M. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, [S. l.], v. 9, n. 15, p. 7–23, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6609>. Acesso em: 14 out. 2022.

THIOLLENT. Michel -**Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão**: centro do progresso. Maringá: Bertoni, 1999

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PERFIL, PERCEPÇÃO E MOTIVAÇÃO DO VISITANTE DO MERCADÃO MUNICIPAL

1. Qual sua idade?

- 15 -25
- 25-35
- 35-45
- 45-55
- 55-65
- MAIS DE 65

2. Gênero

- Masculino
- Feminino
- Outro

3. Escolaridade

- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior
- (...) Sem escolaridade

4. Você reside em:

- Campo Mourão
- Região – Cidade: _____
- Outro Estado: _____

5. Com que frequência você visita o mercadão municipal?

- 1 vez por semana
- Mais de uma vez por semana
- 1 vez por mês
- Mais de uma vez por mês
- 1 vez por ano
- Sempre que preciso de um produto ou serviço.

6. Qual seu motivo de sua ida ao Mercadão?

- Compras
- Alimentação
- Passar o tempo\diversão
- Outro. _____

7. Como você qualifica a infraestrutura do mercadão em relação à:

- Sua localização (.)
- Distribuição das lojas ()
- Informações e atendimento (.....)
- Limpeza, (.....)
- Iluminação (.....)
- Estacionamento. (....)

Ótima - O
Boa - B
Regular- RE
Ruim- RU

8. Quanto à oferta de produtos e serviços você classifica o mercadão municipal como:

- Ótimo
 Boa
 Regular
 Ruim

9. Para você o que mais chama atenção no mercadão:

- A variedade de produtos e serviços oferecidos
 As pessoas
 Os aromas e sabores
(...) Sua construção/arquitetura

10. Para além das atividades comerciais oferecidas, você acha interessante a oferta de outras atividades, como atividades culturais no mercadão?

- (...) Sim
(...) Não
Sugestões

11. Existem espaços \lugares que fazem parte da história da cidade de Campo Mourão. Para você o “Mercadão” é um deles e faz também parte da história da cidade?

- Sim
 não

Se sim por quê? _____

12. Se você pudesse definir o Mercadão em uma palavra, qual seria?

13- Você possui alguma história ou memória do ou no Mercadão que gostaria de compartilhar?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO EMPREENDEDORES\ LOJISTAS DO MERCADÃO

1. Tipo de produto ou serviço comercializado.

2. Há quanto tempo está instalado no Mercado?

3. Possui colaboradores? Quantos?

4. Qual o perfil dos clientes\visitantes?

() Jovens

() Adultos

(...) Idosos

(...) todos

5. Qual seu motivo de ida dos frequentadores ao Mercado?

() Compras

() Alimentação

() Passar o tempo\diversão

() Outro. _____

6. Como você qualifica a infraestrutura do mercado em relação à:

Sua localização (.)

Distribuição das lojas ()

Informações e atendimento (.....)

Limpeza, (.....)

Iluminação (.....)

Estacionamento. (...)

Ótima - O

Boa - B

Regular- RE

Ruim- RU

7. Quanto à oferta de produtos e serviços você classifica o mercado municipal como:

() Ótima

() Boa

() Regular

() Ruim

Sugestões: _____

8. Para você o que mais chama atenção no mercado:

() A variedade de produtos e serviços oferecidos

() As pessoas

() Os aromas e sabores

(...) Sua construção\arquitetura

9. Para além das atividades comerciais oferecidas, você acha interessante a oferta de outras atividades, como atividades culturais no mercado?

(...) Sim

(...) Não

Sugestões

10. Existem espaços \lugares que fazem parte da história da cidade de Campo Mourão. Para você o “Mercadão” é um deles e faz parte da história da cidade?

() Sim

() Não

Se sim por quê?

11. Se você pudesse definir o Mercadão em uma palavra, qual seria?

12- Você possui alguma história ou memória do ou no Mercadão que gostaria de compartilhar?

APÊNDICE C: ROTEIRO ENTREVISTA COM SÍNDICO DO MERCADO MUNICIPAL

Quanto tempo exerce o cargo de síndico?

Quantas lojas estão distribuídas no espaço?

Como funciona a gestão?

Desde quando a gestão é particular?

Qual sua relação com mercadão?

Na sua opinião o que o mercadão representa para o município e para seus moradores.

Qual as maiores qualidades

Quais as maiores dificuldades

O mercadão faz parte da história de campo mourão

Período de maior fluxo de vendas e pessoas